

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Luiza Boézzio Greff

À PROCURA DE SENTIDOS: ANDANDO EM SILÊNCIO

Santa Maria, RS
2017

Luiza Boézzio Greff

À PROCURA DE SENTIDOS: ANDANDO EM SILÊNCIO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientador: Prof^a. Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Greff, Luiza Boézzio
À procura de sentidos: Andando em Silêncio / Luiza
Boézzio Greff.- 2017.
121 f.; 30 cm

Orientador: Ananda Eloina Scherer
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2017

1. Discurso 2. Movimento Social 3. Memória 4. Marcha
5. Silêncio I. Scherer, Ananda Eloina II. Título.

Luiza Boézzio Greff

À PROCURA DE SENTIDOS: ANDANDO EM SILÊNCIO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em 22 de fevereiro de 2017:

Amanda Elöina Scherer, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Mônica Graciela Zoppi Fontana, Dr. (Unicamp) - videoconferência

Róbson Ramos dos Reis, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Nenhum passo dessa marcha pela *Marcha del Silencio* teria sido dado sem a poesia de Mario Benedetti. Quando li *A Trégua*, algo em mim passou a ser atraído pelo *pais con el nombre de un río* e, desde então, sinto que tenho mais de um lugar no mundo. Foi guiada pelos passos de Benedetti que minha marcha encontrou a *Marcha* e, nas linhas de um mapa virtual, encontrei-me latino-americana, encontrei-me pulsando nas veias abertas de uma América Latina que também é minha... Se há que se iniciar os agradecimentos, agradeço, então, à poesia destes lugares ao sul...

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Amanda Scherer, pela generosidade de acompanhar meus passos na difícil tarefa de encontrar um lugar no espaço acadêmico. Obrigada por ensinar questionando e ensinar a questionar. Obrigada por acreditar e por me fazer acreditar. Obrigada por tornar o aprender um processo apaixonante, obrigada por instigar e inspirar.

Agradeço a cada uma das professoras do PPGL UFSM, com quem tive o prazer de dividir tantos dias e aprender tanto ao longo destes dois anos. Professora Verli Petri, por acreditar em mim desde aquela disciplina no início da graduação... Professora Larissa Cervo, a quem eu já admirava como colega de laboratório e a quem admiro ainda mais hoje, minha professora: obrigada por cada leitura e contribuição. Agradeço também a professora Mônica Zoppi Fontana por participar deste caminho e por sua leitura atenta e suas contribuições generosas.

Tive, também, colegas (hoje amigas) que compartilharam leituras, inquietações, reflexões, horas e horas de viagem: Denise e Liana, obrigada por mostrarem um caminho de tranquilidade no meio do caos. Kelly, obrigada por passar de colega a amiga-companheira de estudo, de escrita, de projetos para o futuro, de conversas sobre o drama da escrita um sábado escaldante. Obrigada por partilhar o caminho.

Aos meus amigos a quem tantas vezes faltei e a quem tantas vezes recorri: obrigada por oferecerem mais do que os dois pés no chão. Àqueles que foram “ombro” tantas vezes, Andressa, Lara, Edsiana (minha melhor descoberta da História...), Halyne, Felipe, Sabrina, Éline, minha prima Paula, minha tia (e inspiração) Norma: obrigada por todas as palavras. Tudo seria mais difícil sem vocês. Colegas do Laboratório Corpus: obrigada por tanto aprendizado e por tantos momentos de descontração.

À Bruna Cielo, obrigada por cada palavra. Obrigada por caminhar comigo, por acreditar nos meus mapas e por me ajudar a desenhar alguns. Obrigada por toda leitura, por

toda escrita, por toda escuta e por partilhar das dores e delícias destes últimos anos. Obrigada por partilhar e por me ensinar sobre reciprocidade.

Ao meu companheiro de sono e sonho... preciso agradecer por cada noite em claro, por cada escuta atenta, por cada resgate. Obrigada por tanto amar, por tanta amizade, por tanto cuidado. Tiago, obrigada por respeitar meu tempo, minha falta de tempo, meu espaço e minhas urgências. “*Você é o meu melhor naufrágio...*”. Sem teu suporte eu nem teria começado.

Meus pais são duas das pessoas mais comprometidas com seus ideais que eu já conheci. Meus pais lutaram sempre para que eu não precisasse ser “um exemplo de superação”, para que eu não precisasse sofrer o que eles sofreram, para que eu não fosse engolida pela engrenagem que os tentou engolir. Preciso agradecer aos meus pais pelo privilégio de, filha de uma família pobre, ter tido a oportunidade de optar pela vida acadêmica. Preciso agradecer aos meus pais por terem oferecido grande parcela das suas vidas ao trabalho de me ajudar a construir meu caminho. Não é exagero dizer que eu não estaria aqui sem vocês. Não é exagero dizer que vocês são meu norte e sul.

Por fim, agradeço a algumas pessoas que tornaram este estudo possível de diversas maneiras: aos *compas* do grupo de *Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos en Uruguay*, obrigada pela acolhida, pelas orientações e por resistir sempre. Agradeço em especial à senhora Belela Herrera, um dos nomes mais importantes na luta anti e pós-ditatorial uruguaia e uma das pessoas mais fortes e inspiradoras que encontrei em meu caminho; à senhora Madelón Aguerre, representante do *Servicio de Paz y Justicia – Uruguay*, grande colaboradora, grande amiga. Agradeço também ao *compa* Sergio Miraballes, por tanta ajuda ao longo destes últimos meses e à Ana María, por juntar nossos caminhos naquele abraço que me fez sentir, de fato, latino-americana. Agradeço a colaboração dos funcionários da *Fundación Mario Benedetti*, especialmente o senhor Ariel Silva, ex-secretário e amigo pessoal do poeta Mario Benedett.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras por todo o suporte ao longo destes dois anos; aos colegas do Laboratório Corpus pela parceria e pelas experiências acadêmicas compartilhadas. Agradeço a CAPES pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível dedicar-me exclusivamente a este trabalho.

“Haverá de se começar outra etapa em que as palavras não serão mais as mesmas e os sujeitos e as preposições e os verbos transitivos e os complementos diretos já não serão os mesmos. Terá mudado a sintaxe, virão novas regras e novas exceções, palavras novíssimas vindas das cinzas”
(Mario Benedetti)

RESUMO

À PROCURA DE SENTIDOS: ANDANDO EM SILÊNCIO

AUTORA: Luiza Boézzio Greff
ORIENTADORA: Amanda Eloina Scherer

Neste trabalho, temos por objetivo refletir sobre como funciona discursivamente o movimento social pós-ditatorial uruguaio *Marcha del Silencio*, constituindo-se como um discurso que se propõe como parte de um processo de “recuperação” e “(re)construção” de memória coletiva sobre o acontecimento histórico do período ditatorial. Por este viés, buscamos o entendimento para as seguintes questões: Como o discurso deste movimento social significa não apenas o luto, mas a luta e a memória de sujeitos inscritos em uma busca constante por *verdade, justiça, memória e nunca mais*? Por quais processos discursivos a *Marcha del Silencio* significa essa “(re)construção” de memória coletiva? Para empreender tal estudo buscamos amparo teórico-metodológico na Análise de Discurso de filiação francesa, tomando como central as reflexões sobre os conceitos de língua, sujeito e história. Na articulação de tais conceitos e no estudo sobre seu funcionamento, encontramos vias para compreensão das noções de discurso e memória, norteadoras de nossa análise. O gesto interpretativo constituído sobre o objeto de interesse se prolonga na a reflexão acerca da a noção de condições de produção do discurso e seu funcionamento em entrelaçamento com o estudo das noções de arquivo e *corpus*. Tal trajeto de leitura foi essencial para posterior recorte e análise do *corpus discursivo*, composto por três cartas-convocatórias para as edições da *Marcha del Silencio* dos anos de 1996, 2005 e 2015, textos dos quais foram recortadas as sequências discursivas mobilizadas no processo analítico. Compreendemos, ao longo do trajeto de reflexão e análise, que o discurso da *Marcha del Silencio* retoma a memória coletiva para, inscrevendo-a em outra formação discursiva, fazer deslizar sentidos, empreendendo um processo outro para ressignificação da memória.

Palavras-chave: Discurso. Movimento Social. Memória. Marcha. Silêncio.

RESUMEN

EN BÚSQUEDA DE SENTIDOS: ANDANDO EN SILENCIO

AUTORA: Luiza Boézzio Greff
ORIENTADORA: Amanda Eloina Scherer

En este trabajo tenemos por objetivo reflexionar sobre cómo funciona discursivamente el movimiento social post-dictatorial uruguayo *Marcha del Silencio*, constituyéndose como un discurso propuesto como parte de un proceso de “recuperación” y “(re)construcción” de memoria colectiva sobre el acontecimiento histórico del periodo dictatorial. Por este medio, buscamos el entendimiento de las siguientes cuestiones: ¿Cómo el discurso de este movimiento social significa no solo el luto sino también la lucha y la memoria de sujetos inscritos en una búsqueda constante por *verdad, justicia, memoria y nunca más?* ¿Por medio de cuáles procesos discursivos la *Marcha del Silencio* significa esa “(re)construcción” de memoria colectiva? Para emprender este estudio buscamos amparo teórico-metodológico en el Análisis del Discurso de filiación francesa, tomando como eje central las reflexiones sobre los conceptos de lengua, sujeto e historia. En la articulación de estos conceptos y en el estudio sobre su funcionamiento, encontramos medios para la comprensión de las nociones de discurso y memoria, orientadoras de nuestro análisis. El gesto interpretativo, constituido sobre el objeto de interés, se prolonga en la reflexión acerca de la noción de condiciones de producción del discurso y de su funcionamiento, relacionándose así con el estudio de las nociones de archivo y *corpus*. Ese trayecto de lectura fue esencial para el posterior recorte y el análisis del *corpus discursivo*, compuesto de tres cartas de convocatorias para las ediciones de la *Marcha del Silencio* de los años 1996, 2005 y 2015, textos de los cuales fueron recortadas las secuencias discursivas movilizadas en el proceso analítico. Comprendimos, a lo largo del trayecto de reflexión y análisis, que el discurso de la *Marcha del Silencio* retoma la memoria colectiva, inscribiéndola en otra formación discursiva, para hacer deslizar sentidos, emprendiendo otro proceso para re significación de la memoria.

Palabras claves: Discurso. Movimiento Social. Memoria. Marcha. Silencio.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caminhando.....	76
Quadro 2– Ainda caminhando.....	90
Quadro 3 – Recorte de sequências discursivas.....	94
Quadro 4 – Recortes SDs	98
Quadro 5 – Da verdade ao nunca mais	100

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	11
1	INTRODUÇÃO	14
1.1	UMA DIREÇÃO	15
1.2	UM CAMINHO	16
1.3	<i>PIÉ DETRÁS DE PIÉ, NO HAY OTRA MANERA DE CAMINAR</i>	17
1.4	AS VEIAS ETERNAMENTE ABERTAS.....	18
2	PRIMEIROS PASSOS DE UMA MARCHA SOBRE A MARCHA	19
3	SILÊNCIO EM MARCHA: MARCHA DEL SILENCIO	38
3.1	PRIMEIRA PARADA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	44
3.2	SEGUNDA PARADA: O SILÊNCIO E A MARCHA.....	46
3.3	RETOMANDO A MARCHA: SILÊNCIO À BEIRA DO RIO (URUGUAI, 1973- 1985).....	54
3.4	MARCHAR PARA NÃO MARCHAR (URUGUAI, 1996)	62
4	HÁ CHAMADOS NO SILÊNCIO: PERCURSO DO ARQUIVO AO CORPUS	71
4.1	DELIMITAÇÕES	77
4.2	NEM TODO PASSADO É MEMÓRIA, NEM TODA MEMÓRIA É PASSADO	83
4.3	VESTÍGIOS DE MEMÓRIA	89
4.4	TRILHA DO DISCURSO, MARCHA DA MEMÓRIA	92
4.4.1	A ousadia de marchar em silêncio: é preciso ousar se revoltar	103
5	CONSIDERAÇÕES AO FIM DA MARCHA	113
	REFERÊNCIAS	118

PRÓLOGO

*El silencio que queda entre dos palabras
no es el mismo silencio que envuelve una cabeza cuando cae,
ni tampoco el que estampa la presencia del árbol
cuando se apaga el incendio vespertino del viento.*

*Así como cada voz tiene un timbre y una altura,
cada silencio tiene un registro y una profundidad.
El silencio de un hombre es distinto del silencio de otro
y no es lo mismo callar un nombre que callar otro nombre.*

*Existe un alfabeto del silencio,
pero no nos han enseñado a deletrearlo.
Sin embargo, la lectura del silencio es la única durable,
tal vez más que el lector
(Roberto Juarróz)*

Começar é sempre uma tarefa difícil: quais as palavras que significam o percurso? Quais as palavras que significam os passos incertos, as trilhas desafiadoras, os caminhos dos quais sequer vislumbrei um ponto de chegada? Começar é dar o primeiro passo não apenas na direção de formalizar e organizar dizeres, mas de partilhar questionamentos, entendimentos e um caminho todo entre um ponto e outro. Começar este texto é dar um primeiro passo em direção a uma marcha sobre *una marcha*. Minha marcha, mas que não é só minha. E começo, então, por um passo que não é o primeiro: neste prólogo (ou qualquer nomeação que signifique esta apresentação menos formal...), digo da *minha marcha*, em seguida, digo de *nossa marcha*. Explico.

Compreendo que o trajeto trilhado até o encontro com a *Marcha*, é “meu”. Já o trajeto no qual a *Marcha del Silencio* é tomada como objeto de estudo, o trajeto no qual são propostas reflexões teóricas e um gesto analítico, é “nosso”. Nosso, primeiramente, porque não caminhei sozinha pelas veredas da Análise do Discurso – tive e tenho a companhia atenta e generosa de professoras(es) que guiaram meus passos, orientaram-me em leituras, em releituras, escritas, reflexões... Nosso porque insiro-me em um discurso que já estava em marcha antes de mim - e que seguirá depois. Nosso porque este estudo não se fez sozinho e porque eu não o fiz sozinha.

Se hoje é possível apresentar estas páginas, é porque ainda muito cedo fui apresentada ao mundo das discussões sobre política e ao mundo imenso dos livros: cresci vendo meu pai lutar a luta dos trabalhadores e aprendi (ainda que sem ter consciência disso) sobre a luta por direitos, por um lugar no mundo; aprendi que *eu* tenho um lugar no mundo e que, neste lugar, é preciso agarrar-se com gana aos direitos que temos. Cresci ganhando livros de uma tia que,

à época, era professora em uma escola pública e aprendi (hoje sei...) sobre a necessidade de conhecer outras vidas, outros significados para o pouco que eu conhecia. Correndo o risco de soar determinista e um tanto quanto piegas, digo que acredito que entre o duro do mundo que vi meu pai viver e os sonhos mundo da literatura, aprendi a amar a ambos e a querê-los unidos.

No ano de 2007, ingressei no curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, decidida a encontrar um espaço no qual pudesse aliar minhas paixões. E encontrei em um “desvio”: no ano de 2009, ingressando no curso de Licenciatura em Letras Português, na mesma instituição, e no processo de formação como docente, ressoaram fortemente sentidos de outras instâncias. O mundo das narrativas históricas lidas ao longo da infância e adolescência, o amor pela literatura, uma paixão indisfarçada pela poesia, os sentidos de luta que significavam a memória da docência – eu, estudante de escolas públicas de periferia, vira sempre a luta de meus professores, luta por seus direitos, luta por *meus* direitos – e os sentidos que significavam o fazer acadêmico como paixão e como comprometimento político.

Busquei espaço para aliar tantos sentidos e fazê-los significar em meus projetos acadêmicos. Encontrei espaço para uma prática acadêmica-política no ano de 2012, quando aprendi que era possível sim, trazer para minha caminhada acadêmica, aqueles ideais que me constituíram como sujeito desde muito cedo. Foi sob orientação da professora Amanda Scherer que conheci a Análise de Discurso e encontrei respaldo teórico para buscar compreender o que me inquietava. Fui orientanda de Iniciação Científica e tal experiência proporcionou-me diversos aprendizados: as leituras teóricas, as discussões entre colegas, as orientações individuais e coletivas, e (um passo decisivo na “história” que aqui me proponho a contar) os eventos acadêmicos. Foi em um desses eventos que o silêncio (como categoria de interesse teórico) arrebatou-me de vez: em um congresso realizado na *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de La Republica*, em Montevideu, em junho de 2014, encontrei fixado em um dos murais um panfleto que convidava os alunos a participar da *Marcha del Silencio* no dia vinte de maio de 2014. Com alguma culpa, mas buscando conforto no fato de estar fazendo aquilo por interesse acadêmico, arranquei o panfleto e trouxe comigo para o Brasil. Após alguns meses buscando em jornais online, blogs, páginas de ONGs e instituições em prol dos direitos humanos, estava “apaixonada” pela *Marcha del Silencio* e decidida a torná-la objeto de meu projeto de dissertação de mestrado.

O percurso entre o “encontro” com a *Marcha del Silencio* e a escrita deste texto dissertativo apresentou-me um sem número de dificuldades e, na mesma proporção, aproximou-me de pessoas e histórias inesquecíveis. O percurso de escrita deste estudo

constituiu-me como analista do discurso e, ao mesmo tempo, constituiu-me como sujeito latino-americano, como parte dessas veias pulsantes e eternamente abertas. Vi o Uruguai marchando em silêncio à procura de sentidos. Marchei junto e comprometi-me a trazer a luta das ruas para o âmbito teórico. Assim, trouxe tal marcha para o fazer acadêmico e busquei transformar minhas inquietações em questionamentos teórico-analíticos que nortearassem este trabalho de dissertação de mestrado. Marche eu, então, pelas trilhas do discurso, procurando sentidos e procurando compreender suas significações.

1 INTRODUÇÃO

A dificuldade dos primeiros passos: não sabemos exatamente como começar. Relembramos Foucault e suas primeiras palavras em *A Ordem do Discurso* ([1970] 2014), refletindo sobre a existência de uma voz anterior que fala antes, que deixa em aberto um caminho no qual precisaríamos apenas nos inserir, encontrar uma forma de prosseguir. Buscamos o ritmo dos passos que sustentam o caminho do discurso e nos inserimos afirmando que a força que impulsionou o primeiro passo da marcha de reflexões e análise constituída neste estudo é uma força de vontade política. Desde a tomada por uma posição teórica até o gesto analítico, todos os passos de nosso percurso guardam em si, de alguma forma, sentidos que significam nossa vontade de trazer para o fazer acadêmico nosso fazer político. Compreendemos, com Pêcheux¹ (1995), que o sujeito, ao fazer ciência, não escapa às determinações ideológicas, isto porque é, sobretudo, um sujeito da linguagem – que é, por sua vez, indiscutivelmente ideológica. Por tal entendimento do fazer acadêmico, afastamo-nos ainda mais de um entendimento de nossa tarefa como algo “mecânico” ou algo que possa ser feito através da aplicação de regras ou fórmulas já “testadas e aprovadas” quando chegamos a compreender a noção de política (a noção será trazida para reflexão teórica ao longo de nosso estudo). Sob a ótica de Rancière (1995), muito mais que uma prática de Estado, a política é uma força social que “trabalha” no sentido de desestabilizar o equilíbrio desigual dos lugares sociais, fazendo questionar a ordem imposta que eleva alguns ao topo e relega alguns à base, fazendo funcionar a engrenagem da luta de classes, reproduzindo dominação, produzindo novas formas de dominação.

Nesse sentido, temos, do ponto de mirada onde colocamo-nos, um espaço privilegiado para um fazer acadêmico-político: fazemos mover a teoria para significar uma prática social, entrelaçamos teoria e prática em um movimento de construir dizeres que signifiquem uma posição tomada, posição comprometida com um lugar específico na engrenagem. De tal ponto de mirada, vemos que os sentidos não são naturais e que, embora sejam sempre outros, não são “novos” ou únicos”, vemos que, enquanto sujeitos ideologicamente assujeitados, esquecemos que não somos origem de nossos dizeres e que não aprisionamos/dominamos os sentidos, mas, esquecidos disso, acreditamos em nossa intencionalidade e no efeito certo de nossos gestos. Por este viés, cabe-nos mais questionar *como?* a *por que?*: como a “engrenagem” significa e faz significar? como o sujeito significa a engrenagem e é

¹ Sob o pseudônimo de Thomas Herbert.

significado por ela? como o discurso e a engrenagem tocam-se e produzem sentidos?

Trata-se, então, não apenas de fazer encaixar “seja como for”, uma vontade política e uma via de reflexão teórica e analítica. Trata-se de, nas várias trilhas oferecidas pelos estudos da língua(gem), encontrar uma que ofereça paragem para reflexão e respaldo teórico-metodológico que oriente na direção de um entendimento das questões propostas. Compreendemos que se trata de um percurso que se significa no posicionamento político, teórico e na forma como ambos se relacionam no desenvolvimento do estudo, de como a teoria é mobilizada para indicar caminhos de compreensão e de como o político se significa na interpretação. Neste sentido, apresentamos a seguir algumas paradas que traçam as trilhas de nosso caminho e, assim, apresentamos ao leitor um mapa virtual desta dissertação em marcha. Sigamos juntos, passo a passo.

1.1 UMA DIREÇÃO

Já na tomada de uma posição teórica, uma direção para abordagem do objeto de estudo, configura-se um gesto acadêmico-político: situamo-nos nos estudos discursivos orientados pelo aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso que se convencionou designar como “francesa” ou “pecheutiana”. Acreditamos que se trata de uma posição teórica e política porque implica em uma tomada de posição no interior dos estudos da língua(gem) e porque oferece uma reflexão sobre a língua e seu funcionamento que, por sua filiação materialista, de-territorializa (ORLANDI, 2003) os estudos positivistas sobre a língua e oferece uma compreensão sobre o objeto na qual o horizonte não é o sistema fechado, o instrumento de comunicação, a estrutura autônoma. No horizonte da Análise de Discurso temos a língua em relação necessária com a exterioridade, temos a língua como materialidade da ideologia, a língua significando inserida no histórico, no ideológico. Implica de tal deslocamento uma necessária reflexão sobre a ideologia e sobre seu funcionamento no movimento da língua, no entrelaçamento das duas na significação do discurso.

Em decorrência de tal deslocamento, torna-se necessário refletir sobre uma série de questões, tais como: de que materialismo falamos? Que língua é essa que significa em relação ao seu exterior? Que exterioridade é essa? Qual a relação entre língua, ideologia e discurso? Em busca de um caminho para uma compreensão de tais questões, na segunda seção deste texto, intitulada “Primeiros passos de uma marcha sobre a *Marcha*”, retomamos a leitura de textos que, para nós, foram fundamentais para os estudos em Análise do Discurso e buscamos articular conceitos e noções que são centrais para em nosso trabalho, partindo dos conceitos

de língua e discurso para chegarmos, enfim, a nos localizarmos no mapa dos estudos linguísticos e, em seguida, no mapa dos estudos discursivos.

1.2 UM CAMINHO

Delineados nossos primeiros passos sobre questões teóricas da Análise de Discurso, trazemos à baila o objeto deste estudo: a *Marcha del Silencio*. Já abordado superficialmente em pontos anteriores, na terceira seção, intitulada “Silêncio em Marcha: *Marcha del Silencio*”, apresentamos dizeres que tratam de apresentar este movimento social e político que demanda por *verdade, justiça, memória e nunca mais* sobre os acontecimentos históricos da ditadura militar uruguaia das décadas de 1970 e 1980 e acontece anualmente, no dia vinte de maio, desde 1996 na cidade de Montevidéu, capital do Uruguai.

Tomando-a como movimento social que remete a um passado recente e como discurso que revolve na memória significados em litígio, buscamos compreender como este discurso produz sentidos e delimitamos duas questões, uma teórica e uma analítica, norteadoras para as reflexões empreendidas e para a análise a ser realizada: como significa, no discurso da *Marcha del Silencio* a memória? Como o discurso da *Marcha del Silencio* significa a memória e *na* memória?

Para empreender tal percurso de reflexão e análise, uma primeira parada foi realizada a fim de compreender a noção de condições de produção do discurso que tomamos para análise, a conjuntura sócio-histórica, política e ideológica na qual o discurso se constitui e significa. Tal reflexão consta nas seções “3.1 Primeira parada: condições de produção”, trazendo para o texto uma abordagem teórica sobre a noção de condições de produção e, em seguida, nas seções “3.3 Retomando a marcha: silêncio à beira do rio (Uruguai, 1973-1985)” e “3.4 Marchar para não marchar (Uruguai, 1996)”, que trazem um estudo da conjuntura sócio-histórica uruguaia no período em questão.

Tal reflexão foi necessária para compreender, entre tantos outros pontos, a configuração da *Marcha del Silencio* como movimento social e político e a configuração do discurso de tal movimento, os efeitos de sentido por ele provocados. Na seção “3.2 Segunda parada: marcha e silêncio”, apresentamos uma reflexão teórica sobre as duas noções em questão – o silêncio e a(s) marcha(s) como forma de um movimento social e político –, buscando um entendimento discursivo para cada uma delas e procurando estabelecer relações significantes entre o objeto, as condições de produção e tal leitura teórica. É na articulação de tais paradas e retomadas de nossa marcha dissertativa que chegamos, enfim, a constituir um

arquivo sobre o tema, arquivo no qual buscamos o *corpus* posto em análise – e esta é uma outra via da mesma marcha...

1.3 *PIÉ DETRÁS DE PIÉ, NO HAY OTRA MANERA DE CAMINAR...*

Foi no estudo das condições de produção do discurso da *Marcha del Silencio* e no desenvolvimento da reflexão teórica sobre os pontos suscitados em tal percurso que chegamos, enfim, à constituição de um arquivo sobre o tema. Na seção 4, “Há Chamados no silêncio: percursos do arquivo ao *corpus*”, mobilizamos uma questão teórica sobre a compreensão dos conceitos de arquivo e corpus no âmbito dos estudos discursivos e apresentamos, em seguida, o percurso de constituição de ambos.

Trazemos para análise três cartas-convocatórias dedicadas às edições da *Marcha del Silencio* dos anos de 1996 (em sua primeira edição), 2005 e 2015 (décima e vigésima edições, respectivamente). Tomamos tais cartas para análise a fim de compreender, na materialidade da língua, como a memória significa no discurso da *Marcha* e como o discurso da *Marcha* significa a memória. Para tanto, antes do gesto analítico propriamente dito, tratamos também de descrever o processo metodológico pelo qual o recortamos – e, para isso, atentamos também para uma reflexão sobre *o que é* recortar e quais as implicações teóricas de tal movimento analítico. O processo de delimitação do *corpus* conta na seção “4.1 Delimitações” deste texto e é seguido de mais uma “parada teórica”.

Na seção “4.2 Nem todo passado é memória, nem toda memória é passado”, tomamos a reflexão sobre o conceito de discurso e a articulamos com uma reflexão teórica sobre sua relação constitutiva com a memória. Neste ponto, o conceito de memória é central para nosso estudo e é mobilizado com vistas a, em seguida, responder à questão teórica proposta inicialmente. É partindo do entendimento do conceito de memória e de seu funcionamento nos estudos discursivos que realizamos, na seção “4.3 Vestígios de Memória” o recorte das sequências discursivas, apresentadas e descritas na seção “4.4 Vestígios da Memória”. Em “4.4.1 A ousadia de marchar em silêncio: *é preciso ousar se revoltar*” apresentamos, enfim, uma análise que busca mobilizar as reflexões teóricas e analíticas precedentes a esse momento, construindo uma leitura possível, leitura que chega a uma resposta para as questões propostas ao longo de nosso estudo. Na análise, mobilizamos o dispositivo teórico-metodológico construído ao longo do percurso e, tomando os vestígios da significação da memória materializados na língua, desenvolvemos nosso gesto interpretativo que orienta para um entendimento do funcionamento da memória no discurso e do funcionamento do discurso

na memória.

1.4 AS VEIAS ETERNAMENTE ABERTAS

Na quinta e última seção desta dissertação, apresentamos as considerações finais de nosso estudo, algo como um fechamento que visa dar conta de apresentar nosso entendimento da questão analítica proposta: “5 Considerações ao fim da marcha”. Como que situadas ao final do caminho, olhamos para trás e avaliamos nossos passos, refletimos sobre a caminhada e formalizamos na palavra o que aprendemos nesta marcha. Compreendendo a memória como condição do significar e o significar como condição tanto da estabilização quanto da desestruturação de sentidos na memória, nos colocamos, por fim, a refletir sobre o funcionamento do discurso da *Marcha del Silencio* como prática de memória.

Não se trata de uma conclusão: sabemos, os sentidos podem sempre ser outros... Trata-se de uma parada para tomar fôlego diante da vastidão de caminhos possíveis. Ao “fim” do caminho pelo qual conduzimos nosso estudo, não nos deixamos iludir pela tentadora ideia de que “desvendamos” os sentidos do discurso ou de que posta esta interpretação, ela é única ou última. Temos a certeza de que as veias pulsantes do discurso não cessam de derramar sentidos, de instigar à marcha, de convocar o sujeito a cumprir sua condenação de significar (ORLANDI, 2007).

E do fim ao começo, partimos, então, para esta marcha pela *Marcha*, caminhando em silêncio à procura de sentidos.

2 PRIMEIROS PASSOS DE UMA MARCHA SOBRE A MARCHA

*Difícil fotografar o silêncio.
Entretanto tentei. Eu conto:
Madrugada, a minha aldeia estava morta.
Não se via ou ouvia um barulho, ninguém passava entre as casas.
Eu estava saindo de uma festa.
Eram quase quatro da manhã.
Ia o silêncio pela rua carregando um bêbado.
Preparei minha máquina.
O silêncio era um carregador?
Estava carregando o bêbado.
Fotografei esse carregador.
Tive outras visões naquela madrugada.
Preparei minha máquina de novo.
Tinha um perfume de jasmim no beiral do sobrado.
Fotografei o perfume.
Vi uma lesma pregada na existência mais do que na pedra.
Fotografei a existência dela [...]
(Manoel de Barros)*

Em um trabalho de dissertação de mestrado, desenvolvido em um programa de Pós-Graduação em Letras e voltado para os Estudos Linguísticos, de que maneira podemos trazer como objeto de estudo e análise um movimento social e político constituído como uma marcha urbana (NUNES, 2013)? Como, nos estudos discursivos, encontramos espaço para refletir sobre a memória, sobre a própria marcha e sobre o silêncio – e, ainda, sobre a relação entre tais noções e seus efeitos de sentido?

Hoje os estudos da língua(gem) abrem-se para o novo, oferecem uma grande possibilidade de caminhos a serem percorridos. Levando em conta esse mapa virtual de tantas ruas e avenidas, damos nosso primeiro passo em direção a localizarmo-nos nesse mapa, delineando o caminho com o qual nos comprometemos em uma tarefa dupla: construir (sem inaugurar) e percorrer (sem a ilusão de encontrar um ponto de chegada que não se abra em encruzilhada).

Tomando o objeto de estudo e, a partir dele, traçando um trajeto de reflexões teóricas e analíticas, buscamos compreender o funcionamento discursivo da *Marcha del Silencio*, questionando sobre a constituição do discurso que significa tal movimento social e político, sobre o funcionamento da memória na constituição e significação do discurso. Em seguida, direcionamos nossos passos para uma proposta analítica, construindo um arquivo e dele tomando um *corpus* para análise, *corpus* que ofereceu uma via de estudo do discurso em questão e sobre o qual realizamos nossos gestos de leitura a fim de chegar a um entendimento de por quais processos significa o discurso que significa a *Marcha del Silencio*, qual a relação da memória com tal discurso e como esta significa e se significa em tal discurso. Adiante,

questionamos sobre o funcionamento do discurso que significa a *Marcha* (como movimento social e político que demanda por uma “retomada” e “(re)construção” de memória) em um movimento de significar e ressignificar sentidos.

Trazemos para o espaço dos estudos discursivos um movimento social e político uruguaio de já vinte anos de realização para pensar seu funcionamento discursivo em um processo de (re)construção de memória coletiva/social. Em tão breves dizeres sobre o objeto de estudo que nos interessa, já se fazem mover sentidos e conceitos que precisam – e serão – estudados ao longo desse texto, buscando um entendimento sobre cada um e sobre como se articulam no processo de produção de sentidos. Entretanto, só há uma maneira de caminhar: um passo de cada vez.

Interessa trazer para o centro de nossa reflexão a *Marcha del Silencio*, um movimento social uruguaio iniciado no ano de 1996, na cidade de Montevidéu, pautando desde sua primeira edição as demandas de *verdade, justiça, memória e nunca mais*² de centenas de uruguaios envolvidos na luta pós-ditatorial. O país, na década de 1990, recuperava-se de duas décadas (1970 e 1980) em que uma ditadura civil-militar³ (PADRÓS, 2005) havia levado a nocaute aquela que parecia ser a democracia mais sólida e comprometida da América Latina (VILLALOBOS, 2006). Uma ditadura é feita de golpes (mais ou menos evidentes) na democracia, nos direitos dos cidadãos; é feita de governantes autoritários e arbitrários e, “do outro lado”, uma população que precisa sobreviver ao medo e à violência. Uma população da qual emergem grupos de oposição que não se contentam com a sobrevivência, com o calar passivo, com o calar obediente, oposição que resiste para existir - no Uruguai a situação não foi diferente. O Estado ditatorial mobilizou todo o aparato repressor disponível para calar as vozes que se levantavam contra as ordens que, invariavelmente, violentavam não apenas o país e os direitos e liberdades civis que outrora eram garantidos, mas também aos indivíduos, violentando-os de diversas formas, chegando ao extremo de fazer desaparecer seus corpos. Entretanto, suas vidas continuam andando em silêncio, significando em cada *Marcha del Silencio*.

² Apresentamos este enunciado em com destaque em itálico por se tratar de sintetizar as demandas da *Marcha del Silencio* expressas em diferentes *consignas* trazidas para cada uma das vinte edições da mesma.

³ No Capítulo 3 serão estudadas as condições de produção configuradas no Uruguai das décadas de 1970 e 1980, sobretudo pensando o processo de instauração e desenvolvimento da ditadura uruguaia. Entretanto, adianto que a noção de ditadura *civil*-militar não, embora conste nas obras de estudos históricos consultadas, não será por mim utilizada. Acredito que o que havia de “civil” no momento de instauração da ditadura uruguaia, foi golpeado, foi extirpado do poder por movimentos políticos de caráter sumariamente militarista. Acredito também que reconhecer a ditadura uruguaia como uma ditadura *militar* e assim nomeá-la em minha dissertação trata-se de uma marca de minha posição política e social frente a tal acontecimento histórico e tal prática político-ideológica para com a qual não guardo qualquer tipo de respeito, uma vez que se coloca em um extremo distante dos ideais de um Estado democrático de direito e as liberdades civis que este prevê (ainda que com limitações discutíveis).

A violência ditatorial marchou sobre aqueles que ousavam oferecer resistência e se, em um momento, houve silenciamento (ORLANDI, 2007), interdições da ordem de uma “política da palavra” (ORLANDI, 2007, p. 93) pela qual, por um lado, tentava-se interditar sentidos que desestabilizavam a ordem imposta, por outro, era preciso calar para (sobre)viver. E se durante o regime ditatorial estava em pleno funcionamento uma *política de silêncio* (ORLANDI, 2007), no período pós-ditatorial, quando a *Marcha del Silencio* toma forma, os sentidos outrora interditados vêm a significar: à retórica do opressor responde a significação do silêncio da retórica do oprimido (Ibidem), o silêncio significando em suas diversas *formas*.

“Formas do silêncio” (como pensado por Orlandi (2007), em sua obra homônima) estão em movimento, significando um período de configuração social e política contraditória (GOHN, 2014) em que já não há mais tentativas de interdições em uma política de silêncio (ORLANDI, 2007) tal e qual a das décadas de regime ditatorial, mas há, ainda, silêncio e silenciamento efeitos das mal dissimuladas políticas de esquecimento (INDURSKY, 2015) que o Estado uruguaio mantém em vigência. Em resposta (e resistência) a tanto silêncio e a tantos significados em litígio, um grupo de uruguaios leva para a principal avenida da cidade uma marcha que (re)mexe com a memória sobre um passado recente cuja cicatrização deve ser incômoda para aqueles que abriram a ferida. Calados, levando consigo não mais que algumas bandeiras uruguaias, flores brancas, fotos de vítimas e, *por supuesto*, sua dor, milhares de uruguaios percorreram o centro da capital do país pela primeira vez no dia vinte de maio de 1996, marchando por uma verdade ainda protegida pela força do Estado e sua política de interdições, lembranças que precisam ser trazidas à reflexão, ressignificadas e inscritas na memória, e por uma justiça-miragem que desvanece a cada esquina.

Ao longo das leituras sobre a *Marcha del Silencio*, de nossa experiência empírica como parte da equipe de apoio na organização do evento (no ano de 2016), nossa experiência de marchar caladas, de percorrer instituições de arquivo, bibliotecas, casas de memória, experiência de conhecer espaços e sujeitos que resistem e insistem em (re)significar uma memória, ao longo da compreensão da relação da *Marcha* com memória(s) que significam em tantos espaços, que mobilizam tantos sentidos, a questão teórica que moveria este estudo esteve sempre “evidente”. Tão “evidente” que demoramos a vê-la. O papel da memória (PÊCHEUX, 2010) no discurso que significa a *Marcha del Silencio* tornou-se, ao longo do caminho, a questão teórica norteadora da leitura e análise a ser colocada em jogo. Questão que veio a ser melhor compreendida e formalizada quando da delimitação do *corpus* discursivo – processo mais difícil que o imaginado, mais rico do que nós poderíamos, a princípio, reconhecer.

A trilha composta no/pelo estudo da *Marcha del Silencio* foi e é, como será possível compreender ao longo da leitura desse texto, repleta de ramificações, “becos sem saída”, caminhos possíveis. Dentre tantas possibilidades de “perdermo-nos” na grandeza do objeto, fixamos um ponto norteador (deste norte que não existe senão por oposição ao sul, como no mapa “ao revés” pintado pelo uruguaio Torres García⁴...) e detivemo-nos no estudo de textos de cartas-convocatórias assinadas pelo grupo de *Madres e Familiares de Detenidos Desaparecidos en Uruguay* ao longo dos vinte anos de realização da *Marcha*. Os textos estão disponibilizados no *site* do grupo, junto de uma série de outros textos relativos à processos judiciais, investigações sobre vítimas do regime ditatorial e demais ações (no âmbito das ações jurídicas e também no âmbito das atividades culturais, educativas, entre outras) do grupo. Do conjunto de seis textos disponíveis, foram selecionados para compor o *corpus discursivo* desta dissertação três deles, referentes à primeira, décima e vigésima edição da *Marcha del Silencio*, anos de 1996, 2005 e 2015, respectivamente.

Apresentando o *corpus* dessa forma, já delimitado, o caminho parece muito menos difícil do que se apresentou ao longo do percurso de aproximação, estudo e reflexão. Esses passos (certeiros ou em falso) de nossa marcha fazem parte de um processo de aprendizado sobre o fazer acadêmico, sobre o fazer do analista de discurso. Buscamos trazer esse processo de estudo e entendimento do arquivo e do *corpus* – e do processo de leitura de ambos e delimitação do segundo – para esse texto dissertativo, em parte como comprometimento com uma descrição metodológica, em parte como respeito ao processo de aprendizagem.

Na leitura das cartas convocatórias selecionadas como *corpus discursivo* a questão teórica do *papel da memória* pareceu-nos ainda mais forte e tomou desdobrou-se em uma questão analítica. Como será possível compreender na leitura das sequências discursivas recortadas do *corpus*, o “objetivo” da *Marcha del Silencio*, segundo os textos das cartas-convocatórias, trata não apenas de levar para as ruas as demandas por justiça e visibilidade para os processos criminais movidos por grupos de mães, familiares e vítimas da ditadura militar enfrentada no país, mas trata também de um projeto de *(re)construção de memória coletiva* sobre as lutas anti e pós-ditatoriais, sobre a resistência e sobre aqueles que resistiram.

Tendo chegado a uma compreensão sobre a questão da memória sob uma perspectiva discursiva, interessa-nos analisar o discurso que significa a *Marcha del Silencio* como prática

⁴ Fazemos referência à obra “America Invertida” (1943) do artista uruguaio que propunha, em suas reflexões sobre a criação da *Escuela del Sur* que “na realidade, nosso norte é o Sul. Não deve haver norte senão por oposição ao nosso sul”, e, em vista de tal compreensão, pintou a América “invertida”, assinalando, “insistentemente o Sul, nosso norte”. Para mais sobre a obra de García: <http://www.torresgarcia.org.uy/index_1.html>. Acesso em: 4 ago. 2016.

social e política que se reporta (“recupera”) ao acontecimento histórico da ditadura militar uruguaia e, em sua prática, busca “(re)construir” memória, estabelecendo um espaço de conflito na estabilidade (efêmera) da memória e dos sentidos nela inscritos. Para tanto, tornou-se necessário refletir teoricamente sobre questões de memória, sua relação com o discurso, refletir também sobre a noção de memória social coletiva, sobre a noção de marcha e de movimento social, sobre a noção de política, e sobre a articulação de tais conceitos e noções sob a ótica da Análise de Discurso que praticamos. Como um movimento social significa não apenas o luto, mas a luta e a memória de sujeitos inscritos em uma luta constante por *verdade, justiça, memória e nunca mais*? Por quais processos discursivos a *Marcha* significa essa (re)construção de memória coletiva?

Trata-se, desde o início, de uma investigação teórica e analítica que não pretende, de forma alguma, “julgar” a eficiência do movimento: como se pode avaliar a memória? Como poderíamos determinar a validade de um movimento social ou seu cumprimento (ou não) dos objetivos traçados? Não temos tal ambição. Trata-se, no entanto, de buscar suporte no aparato teórico-metodológico dos estudos discursivos, caminhos para construir uma compreensão do discurso em análise e seus efeitos de sentido. Tal tarefa exige a mobilização de conceitos e noções caros à Análise de Discurso, sobre os quais é preciso refletir buscando não a sua “verdade”, mas seu funcionamento e um entendimento de sua necessária articulação com o todo-incompleto (pois em constante movimento) da teoria discursiva.

De onde partimos, de qual lugar (teórico) organizamos nossas reflexões e nossos dizeres sobre o objeto que trazemos para este estudo? Que ponto é esse onde nos colocamos para mirar a língua(gem) e, a partir dela, refletir sobre o discurso, a memória, a marcha, o silêncio?

Tomamos o rumo da Análise de Discurso, que é designada por vezes como francesa e em outras como pecheutiana, mas que, tal como a reconhecemos e nos reconhecemos como parte, no Brasil, desenvolve-se com fôlego em trabalhos teóricos e analíticos de extrema qualidade. Nossa leitura segue o rumo apontado pelos estudos de Michel Pêcheux, perseguindo uma teoria não subjetiva da subjetividade, entrelaçando a língua, a história, a ideologia e o inconsciente, fazendo refletir sobre a materialidade do sentido, sobre sua opacidade.

Em reflexões de Eni Orlandi, importante nome dos Estudos Discursivos no Brasil, encontramos a compreensão de que a Análise de Discurso (doravante referida como AD), tal qual a conhecemos nos textos fundadores de Michel Pêcheux (e como a desenvolvemos hoje) é uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 2003a), isto é, encontra-se *entre* diferentes

domínios do saber. A Análise de Discurso ergue-se sobre os questionamentos estruturalistas “do final dos anos 60, em que a grande questão é a relação da estrutura com a história, do indivíduo com o sujeito, da língua com a fala” (ORLANDI, 2003, p. 6), e para responder a tais questões, foi necessário realizar uma série de desterritorializações.

Tal afirmação não pretende inferir que a AD não esteja *em lugar algum* ou *em todos os lugares*, no entanto, afirma que se constituiu (e constitui-se, em constante revisão, reconfiguração e alargamento de suas fronteiras) no entrelaçar de diferentes saberes. Buscando no materialismo histórico (de Karl Marx, lido por Louis Althusser) um norte para o estudo de questões sobre a noção de ideologia e sua(s) materialidade(s) e, na psicanálise (sobretudo de Lacan), um conceito de sujeito que permite compreendê-lo além (em outra direção) do centro de tudo, a AD produz “deslocamentos de regiões teóricas” (ORLANDI, 2003, p. 4) a fim de construir outra abordagem para questões que envolvem a língua, o sujeito e o discurso.

Tais reflexões foram inicialmente empreendidas por Michel Pêcheux, importante filósofo francês que hoje conhecemos como “fundador” dos estudos discursivos aos quais nos filiamos. Ainda que não nos caiba neste texto uma retomada das atividades intelectuais de Pêcheux (para a qual não teríamos fôlego de leitura e escrita, tendo em conta o seu extenso trajeto e sua densa produção), em vista do que refletiremos a seguir, cabe constar que o estudioso não buscava *o discurso*, mas “deparou-se” com ele em suas leituras e investigações sobre a ideologia e a história das ciências (MALDIDIDER, 2003).

Pêcheux fora um grande leitor de Saussure, porém, longe de apenas repetir as lições do mestre, questionava-as e refletia criticamente sobre as mesmas. Questionando o caráter da língua como sistema autônomo e entrelaçando tais leituras com seu interesse excepcional pelas teorias sobre a ideologia de Althusser, Michel Pêcheux, desde a década de 1960, quando da formalização de *Análise Automática do Discurso* ([AAD69] 2014), passa a produzir uma série de textos que revolucionaram a compreensão dos conceitos de língua, sujeito e discurso e das relações possíveis entre estes e com os elementos que lhes são exteriores, porém, como compreendeu o filósofo, constitutivos. Tais textos são considerados, ainda hoje, os pilares do que conhecemos como uma abordagem materialista do sentido e do discurso.

A Análise de Discurso, tal como praticada por Michel Pêcheux e colaboradores a partir de meados dos anos sessenta até início dos anos noventa na França, se inscreve explicitamente no materialismo, especificamente no materialismo histórico, a partir de uma leitura althusseriana de Marx (FONTANA, 2014, s.p.).

Pêcheux foi também um engajado leitor de Marx que, por sua vez, foi grande inspiração para Althusser, assim “a aproximação da ‘teoria do discurso’ à proposta central do materialismo histórico, a saber: a de produzir uma ‘mudança de terreno’ epistemológica (e política) que permita, nas palavras de Pêcheux: [...] se desvencilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo [...]” (FONTANA, 2014, s.p.) e pensar agora em *relações sociais*, relações de classes, que, segundo uma leitura marxista, constituem a própria materialidade da história.

Temos como norteadores “certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação” (ORLANDI, 2003, p. 2). A possibilidade de abordagem teórico-analítica de objetos configurados sob textualidades diversas em estudos da área dos estudos discursivos deve-se, também, aos movimentos revolucionários de Pêcheux no que tange às questões da materialidade da língua(gem) e do discurso.

Para chegar ao entendimento de como a AD oferece suporte teórico para refletir sobre o discurso e suas materialidades, é preciso percorrer um caminho que leve à compreensão das relações entre língua, discurso e ideologia, caminho no qual revisitamos alguns pontos importantes da proposta pecheutianas sobre o conceito de discurso. Em vista desse primeiro momento ter funcionamento de um possível começo, avançamos em passos que pisam leve sobre um terreno estabilizado por décadas de estudos densos e, ao mesmo tempo, instável por sua potência de constante reconfiguração, oriunda de uma inquietação teórica dos estudiosos da área frente ao sempre possível movimento dos sentidos.

Buscamos, nesses primeiros passos, orientar nossa leitura para chegar ao ponto em que, articulando esses conceitos, seja possível compreender a questão da noção de materialidade tal como a compreendemos em AD. Acreditamos que esta noção seja de grande importância para construir algo como uma justificativa do trabalho com elementos que, dentro dos estudos em AD podem ser já “comuns”, contudo, em outras áreas dos estudos da língua(gem), ainda causam algum eventual estranhamento. Arriscamos na direção das densas e sofisticadas reflexões que remontam de Pêcheux nos anos 1960 na França, até os nossos dias, com o expoente nome de Eni Orlandi, no Brasil.

Começamos por uma volta às reflexões pecheutianas sobre língua que, em determinado momento, retomam os estudos saussurianos, ora para refutar, ora para trazer as reflexões para o interior de suas próprias (re)formulações do conceito. Se o mestre genebrino pensava a língua como um sistema autônomo (SAUSSURE, [1916] 2006), Pêcheux (2009, p. 81) retoma tais afirmações e, em outra leitura, pensa a língua como um sistema *relativamente*

autônomo, submetido a leis internas que, estas sim, configurariam o objeto da ciência linguística. O filósofo toma como de suma importância para os estudos discursivos, entre outras importantes teses, a afirmação saussuriana de que a língua é fato social e tal concepção será levada a outro nível de reflexão teórica, pois colocada em relação às questões de sociedade trazidas pelo materialismo histórico.

O foco recai, então, sobre a ideia de língua como fato social e, por isso, constituído em relação necessária com a história. Tal revisão e ampliação de noções e conceitos são gestos de reflexão teórica importantes que constituem um conceito de língua que a compreende como “pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo” (PÊCHEUX, 2006, p. 81), potência de “processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos” (p. 82)⁵.

Pelo viés discursivo, “pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente” (ORLANDI, 2003, p. 3), o que implica em um não reconhecimento da língua como (apenas) sistema ou estrutura, visto que ambas as configurações afastariam-na do histórico. Assim, apartar a língua de sua inscrição na história implicaria em uma contradição: como pode ser social e, ao mesmo tempo, não ter caráter histórico?

Como já dito anteriormente, as reflexões sobre o discurso empreendidas por Pêcheux e seus companheiros de estudo e reflexão teórica “se inscrevem explicitamente no materialismo explicitamente no materialismo histórico, a partir de uma leitura althusseriana de Marx” (FONTANA, 2014, s.p). Pois, temos então que nos reportarmos obrigatoriamente à questão da luta de classes, elemento central nas formulações marxistas, tomada pelo enunciado que diz que a história (dos homens, da sociedade) é, em última instância, a história da luta de classes⁶ e que, assim, a história tem uma *materialidade* específica: as condições de produção e reprodução do social⁷.

Nesse ponto, compreendemos um dos caminhos que levaram Pêcheux a pensar a autonomia relativa da língua. Vejamos: a língua, como objeto de uma ciência, é compreendida por Saussure como de caráter social. Adiante, os estudos materialistas farão compreender que

⁵ Compreendemos a noção de *processos discursivos* através da leitura de Pêcheux e Fuchs, como “o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas” (2014, p. 181).

⁶ “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes”, máxima de Marx e Engels, em *O manifesto do partido comunista* ([1848] 2003, p. 10).

⁷ Tais reflexões podem ser retomadas a partir d’*O Manifesto do Partido Comunista* (1848), de Marx e Engels, bem como através das releituras de Louis Althusser, em *Sobre a Reprodução* (1999) e *Os Aparelhos Ideológicos do Estado* (1969).

o social está indissociavelmente ligado à luta de classes que, por sua vez, está ligada à ideologia e sua existência por e para sujeitos e seu funcionamento que move a luta de classes. Neste jogo, temos então que o social, o histórico e o ideológico estão em uma relação constitutiva e fundadora: a ideologia só existe para o sujeito e o sujeito só existe por interpelação da ideologia (PÊCHEUX, 2009), de modo que está em jogo também a noção de sujeito.

É no mover da engrenagem da luta de classes, do funcionamento da ideologia, que o sujeito se apropria da língua, inscreve-a em sua subjetividade, no social, no histórico, no ideológico que o interpela para, assim, significar. A língua *materializa* tais relações, tornando-se “suporte” para a produção de sentidos no discurso. Se uma classe compõe-se de indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia, identificados a ela e são esses sujeitos-assujeitados, sujeitos ideológicos que se apropriam da língua para significar, é possível compreender que as classes não são “*indiferentes* à língua” o que “se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” (PÊCHEUX, 2009, p. 82). Disso não resulta que exista “línguas de classe”, mas diferentes apropriações da língua, diferentes sentidos mobilizados em/por cada formação ideológica.

Seguindo tais passos, “não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 2009, p. 82), ora, se a ideologia está tão entranhada na língua, como poderia não haver disso qualquer efeito? A língua, social, histórica e de funcionamento ideológico, servirá então, com suas falhas, deslizos e equívocos constitutivos, “ao mesmo tempo, [para] a comunicação e a *não-comunicação*” (Ibidem, op. cit. grifos do autor), sem que isso configure um “erro”, algo que se coloque à margem do interesse científico sobre seu funcionamento. Isso porque, por este viés, não se está “tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido” (Ibidem, op. cit., grifos do autor), mas da *produção* de (efeitos de) sentidos. Passa-se assim a considerar o funcionamento *discursivo* da língua.

Dessa forma, chegamos a um ponto do caminho em que, em uma clareira, o conceito pecheutiano de *discurso* parece mais “próximo”, mais “acessível”. Se interessa à AD não a comunicação, mas a produção de sentidos, se a língua não é mais tomada como um sistema e/ou um instrumento para tal fim, não pode o discurso, constituído por atravessamentos da história, da ideologia e do sujeito, ser mera “troca de informações”. Trilhando este caminho, Pêcheux (2014, p. 81) tratará o discurso não como “transmissão de informação entre A e B”, mas, “de modo mais geral [...] um efeito de sentidos entre os pontos A e B”.

Efeitos de sentido, tal expressão se deve ao fato de que os sentidos não estão *nas palavras* ou *no enunciado* ele mesmo, “o *sentido* de uma palavra, uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante” (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifos do autor). Não há sentido “colado” à palavra, o sentido é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (Ibidem, op. cit., grifos do autor), sendo possível então que a mesma palavra ou o mesmo enunciado circule em diferentes condições de produção, sob diferentes formações ideológicas nas quais o sujeito se inscreve e, em decorrência de tal inscrição em outra conjuntura, signifique de forma diferente. Tal tese de que os sentidos mudam de acordo com as posições ideológicas dos sujeitos remeterá, também, à ideia de que os sentidos podem ser sempre outros, mas repetimos, não *qualquer um*.

Para refletir sobre a relação entre língua e discurso via AD, é essencial movimentar a questão da ideologia, de grande importância em tais reflexões. O entrelaçamento entre a teoria do discurso de Michel Pêcheux e as propostas centrais do materialismo histórico produziu uma “mudança de terreno” epistemológica (e política) que permitiu “[...] se desvencilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo [...]” (FONTANA, 2014, s.p) e pensar agora em *relações sociais*, relações de classes, relações sumariamente ideológicas. Sendo assim, a relação entre língua-ideologia-sujeito – e, por conseguinte, também o discurso – é uma relação ideológica por excelência.

É (majoritariamente) nos estudos de Louis Althusser que a teoria materialista do discurso buscará as bases para refletir sobre a questão da ideologia. Trazendo a noção althusseriana de que a ideologia é uma estrutura que dissimula a si mesma em seu funcionamento, e de que produz no sujeito a ilusão da evidência, ilusão de que o sujeito age de acordo com sua própria vontade, soberano de si (PÊCHEUX, 2009, p. 138), a ideologia é pensada também em sua forma material. Tira-se a ideologia de um lugar no qual significa como uma força abstrata, imaterial. Deixa-se de tomá-la como uma ilusão que recobre o mundo, como um véu que confunde a visão do sujeito, distorcendo/projetando outra realidade. Na leitura de Althusser sobre estas teses marxistas que tratam da questão da ideologia e sua materialidade e configuração/funcionamento, a ideologia configura-se como um imaginário que representaria, para os homens, “a sua relação com as suas condições reais de existência” (as quais Marx propõe como sendo a própria materialidade da história) e “é esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real” (ALTHUSSER, 1985, p. 87). Se a relação da ideologia com os sujeitos é imaginária, não significa que ela não conte com uma expressão material: é por meio de “atos inscritos em

práticas [...] [que] se inscrevem no seio da existência material de um aparelho ideológico” (Ibidem, op. cit.), que se materializa a ideologia. Portanto, abordá-la como estrutura-funcionamento, como uma representação “imaginária” não impede, que Althusser (1985) a compreenda, assim como a história (na compreensão marxista), dotada de materialidade – as práticas sociais – e reconheça que essa “não é a mesma de um paralelepípedo ou de um fuzil. [...] diremos que a ‘a matéria é expressa de inúmeras maneiras’, ou melhor, que ela existe de diferentes formas” (p. 98).

E as trilhas da língua, do discurso e da ideologia encontram-se em uma encruzilhada que, ao mesmo tempo, nos encaminha e também nos “desencaminha”. Como visto anteriormente, a língua, em uma perspectiva discursiva, está em relação necessária com a exterioridade. Compreendida assim, a língua é a base material para processos discursivos, *lugar material* onde se realizam tais processos e “espaço” os sentidos manifestam-se. Se é de caráter social (retomando-se Saussure pelo viés pecheutiano) e o social é de caráter ideológico (retomando Marx pelo viés althusseriano), a relação torna-se não só inevitável como constitutiva. Ou seja, o discurso é constituído sobre uma base material inegavelmente ideológica, de forma que o discurso configura-se como a materialização da ideologia via língua.

Tal relação do discurso (e da língua) com o ideológico parece-nos poder ser abordada por no mínimo dois outros pontos: a questão do sujeito e a questão das condições de produção. Em relação à segunda, porque as condições de produção, em AD, extrapolam a ideia de contexto e “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. [...] incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2012, p. 30-31). Assim, quando um sujeito mobiliza a língua, ele não está isolado da história, ou seja, da luta de classes em que se constitui como sujeito. Quando o sujeito “move” a língua, não o faz insensível ao social em que se inscreve, embora não necessariamente consciente dos processos pelos/nos quais é constituído/afetado.

Tomamos como ilustração de tal proposição o enunciado “*Nunca más*”⁸, constante em protestos pós-ditatoriais/anti-ditatoriais na América Latina. Tal enunciado, nas condições de produção de uma América Latina pós-década de 1970, movimenta sentidos de luta, de resistência, de memória; entretanto, o mesmo enunciado, antes da década de 1970 e da configuração sócio-política que o significa de tal forma, quais sentidos evocaria? O mesmo

⁸ “Nunca mais” (traduções sob minha responsabilidade). Sobre o enunciado “*Nunca más*” e sua relação com os movimentos sociais na América Latina pós-ditatorial, tomo como referência o texto “*Algunas reflexiones sobre el Nunca Más*” (DESAPARECIDOS, 2008). Disponível em: <<http://desaparecidos.org.uy/comunicados/>>. Acesso em: jun. 2016.

enunciado, em uma região, em um país cujas condições de produção não oferecem tal configuração sócio-política e não signifique na memória, quais os sentidos que estariam em jogo? É preciso ter em vista que há em funcionamento, no processo de produção de sentidos, também a *memória* e o *político* – noções que ainda serão mobilizadas nesse trabalho.

Por tal afetação/constituição do discurso pela/na exterioridade, o enunciado produzido pelo sujeito, estará inscrito em um âmbito histórico, social, ideológico, materializando uma rede de sentidos que, por motivos que serão explanados a seguir, não fazem parte do que, ilusoriamente, poderia o sujeito “dominar”. Dessa maneira, o equívoco, o polissêmico e o deslize de sentidos passam a ser constitutivos da língua que se materializa pelo discurso: o sujeito significa X, porém não pode conter os sentidos W, Y, Z, que outros sujeitos, inscritos em outras formações discursivas, serão capazes de mobilizar. Por tais direcionamentos, como sujeito discursivo (sujeito que toma uma posição, entre outras) (ORLANDI, 2012), os sujeitos outros também não são neutros, intocados pela ideologia ou “fora” da história. Isso leva a mais um passo: a relação entre sujeito e ideologia.

O que se tem então é que, quando um sujeito apropria-se da língua e a mobiliza para significar, não está construindo um enunciado que dê conta exclusivamente de significar sentidos “planejados”, “previstos”. Torna-se impossível *controlar* os sentidos (embora as tentativas existam...), impedir sua potência de tornar-se sempre outro, uma vez que há uma série de jogos de força que o sujeito apenas acredita poder dominar, mas nos quais é, desde sempre, dominado. E nesse jogo de produção de sentidos, de materialização da ideologia no/pelo discurso, quem “move” a língua para dar sequência a cada jogada?

Uma primeira resposta indicaria o sujeito e somente o sujeito. Com essa resposta estaríamos incorrendo na incoerência de trazer, uma vez mais (e contrariando o que propõe a AD), o sujeito para o centro da reflexão sobre a linguagem e sobre a produção de sentidos. Pois, então, ponderamos: é o sujeito, porém, este sujeito não move a língua, não a “utiliza para significar”, como uma ferramenta. Este sujeito que é assujeitado pela ideologia, que é afetado em seu percurso de significação pelo inconsciente, que está inscrito em formações discursivas que regulam o que pode ou não ser dito, é este sujeito que “move a língua”. É este sujeito que toma a língua como materialidade significativa e, ao significar nela/por ela/com ela, significa a si, ao seu mundo e ao seu lugar no mundo. Este sujeito, como o compreendemos, não está apartado de sua inscrição na história, no social. E se a história, em uma perspectiva materialista, é a história da luta de classes, esse sujeito está afetado, sobretudo, pelo funcionamento ideológico. Por a ideologia materializar-se em práticas sociais diversas, é necessário que haja um sujeito dessas/nessas práticas. Voltamo-nos então à leitura

de Pêcheux (2009, p. 135), que projeta o sujeito na esfera das reflexões discursivas como assujeitado ideologicamente, entrelaçando definitivamente *discurso, sujeito e ideologia*.

O sujeito assujeitado do qual trata a AD é um sujeito que se acredita livre e com possibilidades de realizar suas “escolhas” de acordo com uma vontade que julga ser sua e apenas sua; sujeito que acredita ser possível circular entre as diferentes classes, devendo seu sucesso e seu fracasso apenas a si, ignorando a engrenagem brutal da qual faz parte, seu lugar (pré)determinado na estrutura da luta de classes. Esse não percebe, por efeito próprio do trabalho da ideologia, que há um sistema ideológico que rege, dissimulado, suas escolhas, sua posição na luta de classes, seu *status* como sujeito social e histórico; sistema que determina, em alguma instância, o que ele significa, o que significa seu discurso e o que o discurso significará para ele.

Ainda, a ideologia se manifesta no funcionamento da noção de *formação ideológica*, que está em funcionamento, por sua vez, nas *formações discursivas* em que se inscreve o sujeito, uma “posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes”. Ao mesmo tempo em que a formação discursiva “determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), ela mobiliza sentidos X e não Y, interdita sentidos, mascara outros, uma vez que os sentidos evidentes são, também, obra do funcionamento da ideologia no discurso e no sujeito.

Articule-se à essa noção de sujeito uma nuance do mesmo buscada na psicanálise lacaniana (na qual não faremos mais que uma passagem rápida – por reconhecermos a demanda de leitura e reflexão para abrirmos qualquer discussão sobre o inconsciente psicanalítico – guiada por Ferreira [2003], que oferece uma leitura da psicanálise desde um ponto de vista do campo teórico da AD), provendo o sujeito também de uma faceta clivada, desejosa, pensando “o lugar do sujeito no entremeio das três noções de linguagem – ideologia – inconsciente” (FERREIRA, 2010, p. 5). Disso, interessa para a análise de discurso o ponto em que “inconsciente e ideologia estão materialmente ligados pela linguagem” (Idem, 2003, p. 192).

O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é próprio da estrutura de um ser-em-falta: o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise. Daí decorre o fato de a incompletude ser tão marcante para todo o quadro teórico do discurso e contaminar, de certa forma, os principais conceitos que o compõem. É precisamente essa falta que vai acabar tornando-se o lugar do possível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente da análise do discurso (FERREIRA, 2003, p. 192).

Na constituição do discurso – efeitos de sentido entre A e B –, é esse sujeito que coloca-se como “origem” dos enunciados e dos sentidos, esquecendo-se que “A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 2014, p. 81). O sujeito esquece que não é “dono” de seus dizeres, que não é o primeiro a dizer e que não é capaz de controlar os efeitos de sentido de seu discurso que provoca *efeitos de sentido* em outros sujeitos, em posições diferentes na estrutura social de luta de classes.

Sobre os “esquecimentos” que afetam o sujeito constitutivamente, Pêcheux e Fuchs (2014) os pensaram como um par de funcionamento simultâneo que, tocando o sujeito, tocam todo o processo de construção do discurso e, por consequência, dos sentidos. Por efeito do “esquecimento nº 1”, o sujeito esquece que todo o discurso que por ventura construir já existe em outro lugar. Por efeito do “esquecimento nº 2”, configura-se “a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei do que eu falo’)” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 175), como se lhe fosse possível controlar os sentidos, a despeito da relação desses sentidos com os sujeitos, as condições de produção e demais elementos envolvidos no processo.

Em uma tomada de fôlego nessa caminhada pelas reflexões discursivas, a que ponto pretendemos chegar com qual reflexão? De que interessa retomar este entrelaçamento de língua, discurso e ideologia (e, por fim, do sujeito com tal laço do qual não pode ser apartado) para introduzir um estudo sobre nosso objeto, sua relação com a memória? Buscamos, agora, por tais reflexões, apresentar, de fato, o caminho que seguiremos nesta dissertação.

Para que essas reflexões iniciais tomem a direção prevista, uma reflexão sobre o funcionamento da memória no discurso que significa a *Marcha del Silencio*, remontamos às questões relacionadas ao conceito de discurso e à noção de materialidade. Como visto, Pêcheux (2009) compreendeu a língua como base material para processos discursivos (cabe fazer constar que o termo *base* não deve remeter a uma “infra-estrutura econômica, mas somente que ela é o pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo” (p. 81), conforme nota de rodapé constante na obra *Semântica e Discurso*). A língua é colocada em um lugar de inegável “destaque”, pois a reflexão pecheutiana a compreende como materialidade indispensável para a constituição dos processos discursivos, uma vez que essa permeia toda a constituição do sujeito (o que não significa que o discurso seja construído tendo a língua como base material única).

Encontramos nas propostas de Orlandi (1995) reflexões que vão ao encontro do que visamos fazer compreender, indicando que a AD, tal como a conhecemos e buscamos desenvolver, propõe não mais apagar as diferenças entre o verbal e o não-verbal, ou

estabelecer uma relação de sobreposição entre as duas instâncias da linguagem (do verbal sobre o não-verbal, saiba-se), mas reconhecendo e restituindo à linguagem, a “sua complexidade e sua multiplicidade (aceita a existência de diferentes linguagens)” (p. 35). Ou seja, não apenas a linguagem verbal (em sua supremacia pouco contestada nas mais diferentes correntes linguísticas) ocupa os trabalhos teóricos e analíticos em AD, interessa-nos, sobretudo, *o discurso*, e reconhecemos que este se manifesta sob diferentes textualidades⁹. A possibilidade de constituição do discurso sob outra materialidade que não a língua pode ser depreendida já quando retomamos as relações entre a língua e o discurso.

Althusser (1999) compreendeu a ideologia manifesta em práticas sociais e de possível manifestação sob diversas materialidades (assim, é possível reconhecer que a língua é, sim, a mais importante das materialidades possíveis, porém não a única). Por este trajeto, Pêcheux (2014a, p. 152) compreenderá que a materialidade discursiva pode ser compreendida como “nível de existência sócio-histórica que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo a mentalidade de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos)”, inscritos em uma determinada conjuntura e produzindo sentidos nela.

Tal proposta de leitura é frutífera no sentido de fazer compreender que “a AD trabalha não só com as formas abstratas, mas com as formas materiais da linguagem e todo processo de produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria” (ORLANDI, 1995, p. 35). Não se trata de tomar uma obra de arte ou mesmo o corpo físico do indivíduo como matéria pura e simples, mas como materialidade na qual/pela qual significa o discurso. Ora, se “assim como o sentido é errático, o sujeito é itinerante: ele perpassa e é perpassado pela diferença; habita e é habitado por muitos discursos” (Ibidem, p. 39), um sujeito tão afetado por questões ideológicas e inconscientes, tão permeado por textualidades outras e tão esquecido de todas as implicações de tais processos, como poderia ele significar “apenas” através da língua, quando há tantas outras materialidades possíveis? Se a ideologia é materializada em práticas sociais e tais práticas são materializadas por sujeitos, não seria então, toda *linguagem* do sujeito (sob diferentes textualidades) passível de, sob determinados procedimentos teórico-metodológicos, ser tomada como discurso?

Como sabemos, os sujeitos e os sentidos estão em movimento incessante. E “é nesse movimento, nessa errância que situo a relação do homem com as diferentes linguagens: horizontes, projetos de significar” (ORLANDI, 1995, p. 39), projetos que mobilizam

⁹ Compreendemos a noção de *textualidade* como o efeito “da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (ORLANDI, 1995, p. 39).

textualidades que cada vez mais interessam para a AD e despertam o interesse dos estudiosos para a reflexão sobre os sentidos sempre em movimento, sobre os sujeitos e sua constituição.

Tal alargamento do horizonte pode levar a crer que “tudo” cabe nesse espaço construído pelas reflexões discursivas, quando o que “cabe” é tudo aquilo que é materialidade dos sentidos, porque os sentidos demandam uma materialidade para significar e pela análise de tal materialidade – na forma de *corpus* – que poderemos analisar o discurso, propor uma leitura sobre os processos de produção de sentidos, sobre os efeitos de sentido de um discurso. Os sentidos, como afirma Orlandi (1995), não significam *de qualquer maneira*. “Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria materialidade simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e sua consistência significativa” (p. 39), materialidades diferentes entre si e que significam de diferentes maneiras, exigindo do analista que disponha de um dispositivo teórico-metodológico diverso para cada uma delas, quando tomadas como *corpus* de análise.

Essa assertiva consiste em dizer que os *sentidos* jamais serão os mesmos. Se estão eles em relação de constituição com a exterioridade, com a ideologia, com a história, com o sujeito e com sua materialidade, no momento em que *um* deles se desloca, deslocam-se os sentidos. Assim é configurada essa potência de movimentação, de deslizamento dos sentidos: não é possível controlá-los porque não é possível controlar o funcionamento da ideologia, não é possível controlar o correr da história, não é possível controlar a constituição dos sujeitos.

Visamos refletir sobre o *funcionamento discursivo* das diversas textualidades que são colocadas em jogo. Portanto, é importante refletir sobre as mais diversas expressões da arte, do corpo e (por que não?) dos movimentos sociais em sua relação com a língua(gem), sobretudo em sua relação com o sujeito, a ideologia, a exterioridade. Ao fim – que é mais um começo – desse caminho, compreendemos que este trabalho trata de pensar o objeto em questão como um *objeto discursivo*. Porque trazer para esse trabalho a *Marcha del Silencio* significa abordá-la em seu funcionamento discursivo, perscrutar suas relações com a história, com a ideologia, com a memória (conceito central para a análise empreendida e que será abordado a seguir). Enfim, refletir discursivamente sobre a *Marcha del Silencio* é trazer para estudo o discurso, a memória e o silêncio, como noções e conceitos dos estudos discursivos, em sua potência de significar e ressignificar, de dizer e não dizer.

Nas reflexões que estamos propondo, tomamos o silêncio também em uma perspectiva discursiva, tomando-o não mais como o vazio dos sentidos, o nada da língua. Se em tantas abordagens linguísticas o silêncio é considerado o “resto da linguagem” (ORLANDI, 2007, p. 12), não é essa a leitura discursiva sobre tal conceito, sobretudo a leitura de Eni Orlandi, em

As Formas do Silêncio, obra na qual a autora se detém sobre a noção de silêncio e realiza, propondo uma leitura discursiva, um deslocamento que configura uma importante marca nos estudos sobre o tema. Tomando o silêncio como *ele mesmo*, Orlandi propõe estudá-lo em sua materialidade (simbólica) significativa, sem buscar por traduções em palavras – inclusive, afirmando que o silêncio *não é* traduzível em palavras. Isto significa mobilizar o silêncio como conceito e fazer funcionar nessa reflexão também as noções de história, ideologia, memória, trazendo para um espaço no qual será perscrutado também sob a ótica do materialismo histórico, dedicando-lhe uma leitura pela qual seus sentidos serão compreendidos como inscritos materialmente na conjuntura em que significam.

Nesse sentido, o silêncio *é* e *é* porque *é* materialidade significativa. E *é* também porque *é* “fator essencial como condição do significar” (ORLANDI, 2007, p. 12), espaço de possibilidade de o sentido ser, de fôlego para a significação, de movência dos sujeitos e dos sentidos. Impossível não realizar o abismo entre uma abordagem pragmática do silêncio-nada e uma abordagem discursiva na qual o silêncio *é* “a garantia do movimento dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 23). Inclusive, a autora oferece uma reflexão sofisticada pela qual somos levados a compreender o silêncio afastado de uma problemática mística, religiosa ou reducionista, somos levados para longe da evidência e conduzidos por um caminho no qual o silêncio *é* potência significativa e *é* perscrutado em suas diferentes formas.

Ora, o silêncio daquele que se cala em virtude de interdições alheias à sua vontade e daquele que nada manifesta diante do horror ou do belo, seriam esses silêncios os mesmos? Orlandi (2007) compreende que não, que o silêncio se manifesta sob diferentes formas e já no início de seu texto sobre o tema, traz à baila duas delas: o silêncio *fundador* e o silêncio *local* (Ibidem). Não se trata de *formas* opostas ou contraditórias, mas de *formas* de diferentes funcionamentos e significação e para as quais *é* necessário atentar em suas peculiaridades – “as próprias palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 12).

“Há silêncio nas palavras” (ORLANDI, 2007, p. 12), “silêncio como estado primeiro, aparecendo a palavra já como movimento em torno” (p. 31), silêncio *fundador*. Esse silêncio que *é* condição do significar, silêncio que difere sensivelmente do silêncio *feito* do silenciamento – compreendido como uma política de interdição de dizeres e de sentidos –, silêncio *local*. Acreditamos que a busca de compreensão do silêncio em suas diferentes formas, sobretudo a reflexão sobre o silêncio fundador (silêncio que *é*) e o silêncio local, silêncio efeito da política de silenciamento, “que já não *é* silêncio, mas ‘pôr em silêncio’” (Ibidem, p. 12) tenha sido, desde o início dessa dissertação uma das fontes de energia para os passos dados em busca de refletir teórica e analiticamente sobre a *Marcha del Silencio*. A

oportunidade de refletir sobre o silêncio por um viés discursivo/materialista é a oportunidade de refletir sobre o silêncio como algo que não está em “lugar nenhum”, mas que está nas palavras, no fôlego da significação, na constituição do sentido e do sujeito (ORLANDI, 2007), de forma que não precisa ser localizado, mas analisado para que se compreenda sua significação.

A noção de “política do silêncio” (ORLANDI, 2007) uma política de interdições, de não-dizeres, de censuras materializadas sob diferentes formas, resultando sempre em silêncio, ofereceu-nos a possibilidade de pensar o silêncio tanto como “parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (Ibidem, p. 29). Tal proposta de leitura do silêncio e de seus efeitos de sentido compuseram parte do aparato teórico do qual nos utilizamos para compor o dispositivo teórico-analítico pelo qual buscamos entendimento sobre o funcionamento da memória no discurso da *Marcha del Silencio*.

Buscar compreender a memória e seu *papel* no discurso, na significação do discurso, no percurso dos sentidos, é também buscar ancoragem para compreender a significação do silêncio. Isso porque “o silêncio não é, pois imediatamente visível e interpretável. É a historicidade inscrita no tecido textual que pode “devolvê-lo”, torná-lo apreensível, compreensível” (ORLANDI, 2007, p. 45), é preciso estar atento para que, em sendo materialidade, mesmo que simbólica, o silêncio está inscrito no histórico, no social, no ideológico, e que, por este trajeto de significação, está em relação com a memória. “Sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos e sentidos, é impossível compreender o silêncio” (Ibidem, op. cit.).

Em tal trajeto de leitura e interpretação, o conceito de memória e as reflexões empreendidas pelos estudos discursivos sobre o mesmo configuram parte importante do aparato teórico mobilizado nesse estudo. Tratar do funcionamento discursivo da *Marcha* e sua relação com a memória levou-nos a um trajeto que retomou desde a já clássica proposição sobre o conceito apresentada por Michel Pêcheux em *O papel da memória* (2015) até reflexões bastante atuais de estudiosos brasileiros que se dedicam a refletir sobre o conceito. Os passos dados sobre a trilha da memória levaram-nos a uma compreensão da mesma que se afasta do psicologismo social e a toma como um espaço suscetível a construção, (re)construção, litígio de sentidos e que está também em relação constitutiva com a história, com a ideologia, com o discurso. O estudo e reflexão sobre memória tornaram-se essenciais para a compreensão do percurso que nos levou até o *corpus* mobilizado para análise, resultando que, mesmo na organização deste texto dissertativo, apresentam-se muito

próximas.

Tendo então, respaldo teórico para tal empreitada, aceitamos o desafio de marchar pela marcha e pelo silêncio e buscar compreendê-los, discursivamente, em seu funcionamento em relação ao objeto que tematiza nosso estudo. Propomo-nos, então, a abordar a *Marcha del Silencio*, um movimento social e político que despertou inquietações para questões da ordem da luta por democracia e para questões teóricas sobre o discurso, a memória, o silêncio e suas diferentes formas. Então, como cantou Jorge Drexler, vamos *pié detrás de pié, no hay otra manera de caminar*¹⁰. E, nos passos seguintes, construímos um trajeto que quer jogar luz sobre as marchas que norteiam nossa empreitada acadêmica, almejando não uma resposta para uma pergunta, mas uma possível leitura sobre como a *Marcha del Silencio* significa em um discurso de recuperação, (re)construção de memória coletiva, uma leitura possível sobre como esse movimento social significa tal processo.

Traçamos uma marcha de estudo e análise cujo norte é o objeto de estudo e o *corpus* discursivo trazido à baila. Elencados conceitos e noções teóricas essenciais para os estudos discursivos e, sobretudo, para o estudo que desenvolvo, detenho-me na questão das *condições de produção* da *Marcha del Silencio*. Condições de produção tomadas em um sentido amplo, remontando ao Uruguai das décadas de 1970 e 1980, revisitando uma das ditaduras militares mais cruéis da América Latina nesse período e, em seguida, as condições de produção em um sentido mais delimitado, compreendendo a década de 1990, quando a *Marcha del silencio* é, de fato, colocada como significação de resistência.

Tal esforço em retomar uma “história” da *Marcha* atende não apenas a demandas desse estudo em marcha, mas de uma inquietação que alia o comprometimento acadêmico a uma compreensão de que o nosso fazer não está apartado do fazer político, do comprometimento social. Relembramos uma reflexão de Michel Pêcheux (em texto assinado sob o pseudônimo de Thomas Herbet, em 1967) que aponta para a impossível dissociação do sujeito da ciência e da ideologia. Trata-se de reconhecer que não escapamos – quando fazemos ou acreditamos fazer ciência – à interpelação ideológica e que a prática acadêmica é, também, uma prática social. Pensamos que empreender uma montagem possível do quebra-cabeça (cujas peças foram algumas perdidas, outras escondidas e algumas outras parecem não encaixar...) da história desse movimento social e político, a *Marcha del Silencio*, responde a esse fazer acadêmico que é fazer político e social com o qual me comprometo e para o qual a Análise de Discurso oferece espaço desde seus primeiros momentos.

¹⁰ Verso da música “12 segundos de oscuridad” do cantor e compositor uruguaio, Jorge Drexler.

3 SILÊNCIO EM MARCHA: *MARCHA DEL SILENCIO*

Foi difícil encontrar o caminho para abrir nossa marcha pela *Marcha del Silencio* e seu andar calado à procura de sentidos. Buscamos em textos âncora da Análise de Discurso algumas direções para esse início. Como trazer para esse texto o objeto de interesse que, em decorrência de uma série de movimentos, interessa-nos como objeto discursivo? Por qual via paralela aproximarmo-nos dele e, ilusoriamente, inaugurar uma terceira via, terceira margem de mirada para a *Marcha*? Como pensar o objeto, sua história e historicidade, seu funcionamento social e político, seu funcionamento como discurso de memória e, junto disso, pensar questões sobre *marcha* e sobre *silêncio* em um viés discursivo?

Como construir esta via equilibrando a balança que de um lado tem o comprometimento com os estudos discursivos e de outro, um objeto que instiga tantas impressões e sentidos? Ao projetar uma reflexão sobre a *Marcha del Silencio* e sobre o funcionamento da memória no discurso que a significa (e desse discurso na “recuperação e (re)construção” de memória), buscamos “construir” dizeres que a signifiquem em sua complexidade e, ao mesmo tempo, apontar um caminho possível para a compreensão de seu funcionamento discursivo. O que há, em Análise do Discurso, são possibilidades, respostas que “funcionam” em um determinado caminho e não respostas definitivas/únicas. O que há, ao (tentar) construir uma história da *Marcha*, são versões, histórias *sobre*, *discursos sobre* (ORLANDI, 2012), polifonia organizada em uma aparente voz única e, como nos alerta Rancière (1994), a história é passível, senão, de uma arquitetura, ao que acrescento: e os arquitetos não são senão sujeitos ideológicos.

A imensidão, a intensidade e o emaranhado de sentidos que não cessam seu movimento, os elementos de luta e dor, a história (as histórias...), a ideologia e o seu funcionamento – tudo deixa marcas, vestígios que se inscrevem nesse texto como parte da exterioridade da língua que é constitutiva do discurso. Não nos apartamos - nós, sujeitos em posição de Analistas do Discurso, o objeto que tomamos como objeto discursivo, os dizeres sobre o objeto – das implicações do significar, implicações em sentidos.

Com essa abertura de caminho, queremos construir mais do que uma versão sobre a *Marcha del Silencio* e sua história, queremos construir um percurso para a discussão/reflexão vindoura acerca de sua relação com a memória. E já um primeiro “buraco” no caminho se impõe: quão complicado foi desvincular a compreensão da historicidade do objeto e a narrativa histórica sobre o mesmo. Quão complicado trabalhar nos limites história-fato e história-ciência. Quão complicado trabalhar reconhecendo a potência do trabalho ideológico

em todas as práticas sociais. Nesse mesmo percurso, procuramos no terreno fértil da Análise de Discurso, privilegiados por nossa posição de entremeio, aparato teórico para refletir sobre o *silêncio* como categoria analítica dos estudos discursivos, e a forma material *marcha* mobilizada em um movimento social.

Às voltas nesse percurso, compreendemos que o que apresentamos aqui não é a história da *Marcha del Silencio* ou de parte dela. Não é também *uma* história sobre a *Marcha*. Acreditamos que o trazemos a seguir é um *dizer sobre a Marcha*, dizer que privilegia *algo como* uma narrativa organizada por uma procura de desenrolar, em ordem cronológica, os acontecimentos históricos que levam até ela. Dizeres construídos sem pretensões de fazerem-se prática de historiador, mas prática de analistas de discurso que buscam, no estudo das condições de produção (PÊCHEUX 2010), compreender a constituição do objeto em questão. Compreendemos também que as reflexões sobre o silêncio e sobre a(s) marcha(s) como movimento social não são respostas definitivas. As reflexões sobre a noção de silêncio em AD, por sua densidade, pelo movimento revolucionário que instauram, abrem trilhas para questionamentos vários, para abordagens que exigem do estudioso que encontre meios de “caminhar entre o dizer e o não-dizer” (ORLANDI, 2007, p. 11) sem incorrer na incoerência de tratar do silêncio como qualquer coisa de palpável, captável ou traduzível em palavras. Ainda, refletir sobre a(s) marcha(s) como forma material de movimentos sociais também não é tarefa que se finde ao findar um texto dissertativo. Compreendemos que os movimentos sociais materializam demandas em voga na sociedade, levando a público protestos, reivindicações, homenagens e demais formas de manifestação de grupos sociais, e é preciso ter em conta que sua significação está em constante movimento. Porque a sociedade está em constante movimento, porque a produção e reprodução do social (ALTHUSSER, 1985) não cessa e porque as condições de produção em que o discurso de tal movimento social implica nos sentidos e sua significação.

Dessa forma, o que apresentamos a seguir são dizeres que respondem não à totalidade (ilusória) da *Marcha del Silencio*, do silêncio e da marcha como forma material de movimentos sociais, entretanto, tais dizeres tentam responder a questões pontuais mobilizadas neste estudo. Assim, os primeiros passos desse percurso tratam de trazer para estudo a noção de *condições de produção*, sinalizando uma leitura discursiva dos eventos históricos e de seu funcionamento no social, buscando compreender sua relação necessária com a ideologia. Tal posição teórica se deve ao entendimento das *condições de produção* como um espaço em que estão em funcionamento questões sociais, ideológicas e de memória (ORLANDI, 2012), todas elas, como dito anteriormente, constitutivas do discurso, da materialidade dos sentidos e dos

sujeitos.

Antes de iniciar, efetivamente, uma reflexão que priorize as condições de produção da *Marcha del Silencio*, detemo-nos sobre dois pontos: *o que é a Marcha del Silencio* e o motivo pelo qual, embora esta tenha tido sua primeira edição no ano de 1996, voltamos, no estudo das condições de produção, a eventos históricos que datam de vinte anos antes de tal data - e os dois pontos convergem traçando uma linha a seguir.

Pensamos que retomar as condições de produção da *Marcha del Silencio*, em um sentido amplo, ocupando-nos de refletir sobre as décadas de 1970 e 1980 no Uruguai, trata-se de ser coerente com a compreensão de que o discurso não se constitui e significa sem efeito da memória, sem dizeres anteriores. Trata-se também de uma compreensão da relação constitutiva entre as condições de produção da década de 1990 e das décadas pregressas, cuja configuração histórica, política, social e econômica são de importância imensurável para/na constituição social do país e, junto disso, da *Marcha del Silencio* como movimento social.

Se no ano de 1996, milhares de uruguaio tomaram as ruas da cidade de Montevideú, caminhando calados, compondo um movimento social que demandava (e ainda hoje demanda) *verdade, justiça, memória e nunca mais* para as vítimas da ditadura militar de 1970-1980, inundando várias quadras da principal avenida do centro da capital, as razões para tal marcha foram construídas muito antes. O(s) motivo(s), a(s) bandeira(s) desse movimento de luta data(m) de um tempo em que a democracia, golpeada, exigia que se lutasse por ela. E a luta, eventualmente, exigia mais do que acreditar em um ideal: exigia vidas. Resistência.

É como homenagem à memória das vítimas da ditadura militar, enfrentada no Uruguai nas décadas de 1970 e 1980 (PADRÓS, 2005), e como um movimento social e político que leva para as ruas a luta de vítimas, familiares e demais interessados/engajados em tal luta, que a *Marcha* se constrói. *Verdade* sobre os abusos de poder, os crimes de toda sorte cometidos pelo Estado e sua aparelhagem repressora, instaurando no Uruguai um regime de Terror de Estado sob a Doutrina de Segurança Nacional (PADRÓS, 2005) que vivia o país durante a ditadura, verdade que se esconde sob dizeres que tentam construir justificativas para o injustificável. *Memória* para que não *borrar*¹¹ da história do país acontecimentos marcantes que ainda tem sua significação em litígio, que ainda movem sentidos que, apesar de tantos anos, seguem em fuga à interdição, memória para que se signifique o que é uma ditadura, o que significa tamanho golpe e para que *nunca mais* se repita.

¹¹ Utilizamos-nos do verbo *borrar*, fazendo jogar os sentidos: se, na Língua Portuguesa, *borrar* significa sentidos de manchar, macular, temos na Língua Espanhola, uma significação que indica para sentidos de *apagar e esquecer*.

A *Marcha del Silencio* leva para as ruas também um apelo por justiça: é só no ano de 1996, depois de quase uma década de abertura democrática uruguaia, que se encontram brechas no muro de isolamento que o sistema jurídico uruguaio construiu em torno dos agentes da ditadura. É em 1996 que, em um cenário de reflexões teóricas, manifestações artísticas e culturais e intenso engajamento político de sujeitos das mais diversas esferas de atuação na sociedade, a *Ley de Caducidad de La Pretensión Punitiva del Estado*, a qual o povo uruguaio coloquialmente chama de *Ley de Impunidad*, por tratar de impedir que se investigassem aqueles que haviam trabalhado na repressão ditatorial, foi finalmente revista e reinterpretada, abrindo-se margens para a busca por justiça.

Em meio a discussões acaloradas entre representantes políticos cujos posicionamentos político-ideológicos confrontavam-se, declarações públicas de membros das forças armadas uruguaias sobre a retomada dos acontecimentos históricos das décadas passadas e uma tensão social crescente, no dia vinte de maio de 1996, às dezenove horas, partia a primeira *Marcha del Silencio*, que percorreria um trajeto compreendido entre a *Plaza a Los Desaparecidos en America* até a *Plaza Libertad*, na região central da capital uruguaia.

No ano de 1996 o movimento social ainda não recebia a nomeação que aqui mobilizamos, ao menos tal nome não consta nos textos aos quais tivemos acesso ao longo de nosso estudo. Nas matérias veiculadas nos periódicos *La Republica* e *El Pais*, em circulação no Uruguai no ano de 1996, nos textos disponibilizados pelos grupos organizadores do movimento social e demais textos consultados neste percurso de busca com um entendimento da configuração da *Marcha* e cuja publicação data de 1996, o que há são designações¹² (GUIMARÃES, 1998) como “marcha do dia vinte”, “marcha de mães e familiares”, “marcha pelos desaparecidos”. É de nosso interesse compreender como se dá o processo de nomeação do movimento social, entretanto, não o abordaremos nesse estudo, em parte por nos atermos à questão de pesquisa, em parte por, até então, não termos encontrado bases para construir tal reflexão. Como será explanado a seguir neste texto, as fontes de textos que tratem da *Marcha del Silencio* ainda são esparsas e escassas e encontrar o caminho para chegar até elas tem sido, em geral, bastante acidentado.

Já são vinte anos do movimento social que conta com vinte e uma edições. A cada ano a *Marcha* agrega novos grupos, mantendo de sua configuração inicial a ausência de bandeiras de partidos políticos, as fotos em preto e branco que estampam os rostos de uruguaios detidos

¹² Compreendemos as noções de *nomeação* e *designação* a partir do estudo de Eduardo Guimarães (1998) que entende a primeira em aproximação com a noção de referência e a segunda como a significação de um nome em sua relação com a história.

desaparecidos ou mortos pelo governo ditatorial uruguaio e a emblemática ausência de canções, palavras de ordem ou qualquer outra manifestação sonora tão comum aos movimentos sociais latino-americanos. Em determinado momento do percurso, uma parada: cada um dos mais de duzentos nomes dos detidos desaparecidos é chamado por uma voz que ressoa na multidão e do imenso grupo até então calado ecoa uma resposta que agita os sentidos – *Presente!* A memória se revolve e os sentidos de tal resposta movem-se no silêncio. É preciso, portanto, pensar sobre a memória e o silêncio.

Refletir sobre a memória em um âmbito discursivo, tomando-a além dos dizeres da narrativa histórica ou da memória psicologista; abordar o silêncio em um âmbito discursivo em que não se trata do nada da língua ou dos sentidos. Pensar discursivamente a *Marcha del Silencio*, tendo em vista que esta é proposta como um projeto de recuperação e (re)construção de memória coletiva. Pensar nesse processo em curso há já vinte anos, pensar nessa memória significando há tantos outros mais... Ao longo do processo de escrita, perguntamo-nos: poderíamos nós construirmos dizeres sobre a *Marcha del Silencio* sem atender ao pedido de já vinte anos por memória? Poderíamos nós iniciar nossa caminhada tomando como ponto de partida o ano de 1996 e negligenciar, uma vez mais, vinte anos de lutas? Poderíamos nós, “recém chegadas” nessa história, ignorarmos um pedido que ecoa há tanto tempo e, uma vez mais, negarmos aos sujeitos a possibilidade de fazer inscrever-se no discurso a memória de uma resistência significativa às várias formas de silenciamento (ORLANDI, 2007) impostas pelo poder do Estado? Poderíamos ignorar as condições de produção que, nesse gesto de leitura, configuram-se, necessariamente, de forma ampla?

Pois, o que poderia ser apenas um dos movimentos devidos à metodologia de estudo, reflexão e análise, significa uma posição política¹³. Retomar a memória histórica dos anos de ditaduras militares na América Latina, fazer revolver a memória de violência, de repressão, de embate com o poder do Estado e seus aparelhos ideológicos/repressores (ALTHUSSER, 1985) implica, em nosso estudo, uma leitura comprometida dos textos que narram os acontecimentos históricos, comprometida com a certeza de que há maneiras diversas de significar o mesmo e que, neste processo, a ideologia e o político fazem-se sensíveis. Não tratamos de um julgamento: a ditadura foi boa ou ruim? As ações do governo ditatorial foram corretas ou condenáveis? Não... (E cabe mencionar que para nós a resposta é certa e, acreditamos, previsível.) Buscamos um entendimento sobre os acontecimentos e acreditamos que pautar e discutir as ações da ditadura civil-militar uruguaia, sob a ótica daquele que

¹³ Mobilizo aqui a noção de político que busco em Rancière (1996) e que será trazida para discussão adiante, quando da reflexão sobre a marcha da *Marcha del Silencio*.

resiste, é tomar posição em uma luta que não findou na abertura democrática do final dos anos 1980. Como será possível compreender ao longo deste texto (e em nossas lembranças recentes), a luta contra os abusos ditatoriais não acaba quando o último ditador cai¹⁴, pois as feridas custam a curar e as cicatrizes advindas dos punhos de ferro são eternos rastros de luto e luta.

Em um primeiro percurso, a fim de compreender a configuração da *Marcha del Silencio*, retomamos as condições de produção do cenário sócio-político uruguaio nas décadas de 1970 e 1980. Não cabe aqui uma abordagem pormenorizada do cenário político-social-econômico da América Latina, ou mesmo do Uruguai dos anos ditatoriais, tal empreitada coube ser realizada com maestria por pesquisadores como Padrós (2005), Villalobos (2006), Caetano e Rilla (1987), entre outros. O que apresentamos a seguir são algumas reflexões oriundas da leitura de momentos-chave (em nosso ponto de vista, para a compreensão do objeto de estudo) para a configuração do cenário político uruguaio durante as décadas em questão e da *Marcha del Silencio*, organizada mais de dez anos depois da abertura democrática de 1985.

Da longa caminhada a fim de buscar saber sobre dados, fatos, vestígios que auxiliassem na compreensão das condições de produção da *Marcha del Silencio*, alguns passos precisam ser mencionados. Para chegar, enfim, às datas dos periódicos que foram determinantes para cobrir alguns “buracos” na memória (construída na ordem do institucional), antes caminhamos por livrarias, bibliotecas públicas, bibliotecas institucionais, “sebos”¹⁵ e demais espaços de guarda/comércio de obras impressas que pudessem oferecer bases para nossas reflexões. Buscamos também em uma série de *sites* e *blogs* de instituições em prol dos direitos humanos.

Cada um desses passos direcionou-nos, de alguma forma, para o “lugar” onde encontramos-nos hoje. Entretanto, é preciso fazer constar nesse trabalho que as “informações” que mais significaram em nosso percurso não figuram em qualquer livro, arquivo digital, panfleto, periódico ou trabalho acadêmico. Apesar da grande soma de páginas lidas para encontrar pistas do caminho a seguir, foi na voz, no testemunho de sujeitos que sofreram os efeitos a política de silêncio (ORLANDI, 2007) da ditadura uruguaia que os caminhos tomaram forma. Foi no testemunho daqueles que lutaram e lutam por verdade e justiça (e

¹⁴ No dia 28 de dezembro de 2016 morreu o último ditador uruguaio, Gregorio Álvarez (*El Goyo*), condenado a vinte e cinco anos de prisão (dos quais cumpriu apenas dez) pelo crime de desaparecimento de quarenta pessoas. Acreditamos que morte do ditador não promove justiça e silencia em definitivo uma voz que poderia contribuir nas investigações de crimes ainda sem solução.

¹⁵ Espaço de comércio de livros usados e/ou antigos.

memória) que *fez sentido* a busca pela década de 1970, sobretudo pelo ano de 1976.

Assim, para remontar o quebra-cabeça de uma história ainda por ser contada, recorremos, orientadas por indicações de sujeitos conhecedores de tal história como sujeitos *da* história, ao acervo de periódicos da biblioteca nacional do Uruguai. Tivemos, então, a oportunidade de consultar edições dos meses de maio de 1976 e maio de 1996 dos jornais de ampla circulação nacional *El Pais* e *La Republica*.

Remontamos ao sul da América do Sul das décadas de 1970 e 1980, auge das ditaduras militares na região, auge da laboração da política de silêncio (ORLANDI, 2007) por meio do Estado e seus aparelhos, momento em que se tentava *borrar* qualquer resistência que pudesse vigorar e inscrever-se na memória. Ainda que as ditaduras entre os países vizinhos guardem dolorosas (e revoltantes) relações (o Plano Condor¹⁶ não deixa mentir...), voltamos o foco especificamente para *el pais con el nombre de un río, un edén olvidado, un campo al costado del mar*¹⁷.

3.1 PRIMEIRA PARADA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Mobilizar a noção de *condições de produção*, em um estudo pautado pelo referencial teórico da Análise de Discurso, exige extrapolar a ideia de “contexto” de caráter meramente espaço-temporal e fazer funcionar um entendimento de que o discurso se constitui em um espaço e tempo no qual estão em funcionamento questões sociais e ideológicas e que a memória é constitutiva desse processo (ORLANDI, 2011). Em decorrência dessa compreensão, a história, o sujeito, a ideologia e a memória não são panos de fundo, externos, ou elementos agregados ao discurso para significá-lo. São constitutivos do significar.

Tal entendimento da noção de condições de produção (doravante referida pela sigla CP) como de ordem histórica, social e linguística, sem hierarquia nem determinação indicadas (COURTINE, 2014, p. 51), mobilizada pela AD, empreende um gesto interpretativo de íntima relação com a compreensão do conceito de discurso concebida por Michel Pêcheux ao longo de seus estudos. Pensar em CP é pensar na história materializada pela luta de classes, no social como um espaço em que se constitui e significa o sujeito, espaço que não está apartado

¹⁶ O Plano Condor ou Operação Condor foi um acordo formalizado em 1975, configurando uma aliança “entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região”. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹⁷ Versos do cantor e compositor uruguaio Jorge Drexler para a música *El pais con el nombre de un río*.

da luta de classes e seus efeitos, considerar que é nessas relações sociais, ideológicas por excelência, que se constitui o discurso e, portanto, não é possível tomá-lo para estudo e análise sem considerá-las.

Em um de seus célebres textos, Marx (1851) assevera que os homens fazem sua história, mas que não a fazem como querem e em condições criadas e/ou escolhidas por eles. As condições para que o homem faça sua história são heranças do passado e mesmo quando este acredita que está mudando as condições herdadas, está repetindo algo que já aconteceu. Althusser (1985; 1999) retoma a tese marxista e se propõe a refletir sobre esse processo de *produção e reprodução* da luta de classes, chegando a compreender que esta é ininterrupta e que sua *produção* é, em última instância, a *reprodução* das relações sociais de produção e que as “transformações” ocorrem no sentido de manter a ordem social, manter o sujeito no seu lugar social, construir novos meios de dominação.

“Essas condições contraditórias são constituídas em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta”, aparelhos que são “o lugar e meio de realização” (PÊCHEUX, 2009, p. 131) da ideologia. É nessas condições (de produção) contraditórias que se constitui o discurso e nessas condições a ideologia tem papel determinante: se o discurso é “efeito de sentido entre pontos A e B” (PÊCHEUX, 2009, p. 81) e estes pontos A e B são sujeitos que ocupam lugares sociais diversos, interpelados ideologicamente de forma diversa, inscritos em diversas formações ideológicas e discursivas, logo, mobilizando diferentes regiões da memória discursiva, as condições de produção implicam materialmente no sentido.

Assim, o discurso é sempre constituído no interior de condições de produção que, por sua relação com a luta de classes, está sempre em transformação/reprodução. “Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças*” (PÊCHEUX, 2014, p. 76) que é a luta de classes, forças desiguais, assimétricas, que movem as engrenagens da história. Trata-se de superar um entendimento de contexto como o tempo histórico e o espaço geopolítico em que o discurso se constitui – noção que remeteria mais ao enunciado do que ao discurso – e refletir sobre o efeito das CP na relação do sujeito com o social, com a língua, com a ideologia. “Nessa concepção, as condições de produção do discurso são determinantes do sentido, pois é a partir dessas condições (sociais, econômicas, ideológicas) que cada sujeito se posiciona diante do outro, produzindo efeitos de sentidos” (PETRI, 2004, p. 34).

Nesse sentido, a construção de algo como uma narrativa histórica da *Marcha del Silencio* ofereceu um norte ou um ponto de partida para empreendermos o estudo das condições de produção do discurso que nos propomos a analisar. Tomar como base os dados e

os fatos históricos que envolvem a *Marcha* foi um primeiro passo dado para a compreensão da constituição desse objeto, para um trajeto de reflexão sobre a significação do discurso e sobre a produção de sentidos que este movimenta. E dado esse passo, a trilha mostra um caminho que demanda reflexão sobre o silêncio e sobre a marcha. Silêncio que, do ponto teórico em que nos situamos, não é o vazio, o nada da língua ou dos sentidos, mas uma categoria analítica cuja reflexão é apresentada com densidade teórica. Marcha que não será, neste percurso, tomada como mais um ritual militarista, mas abordada sob uma perspectiva discursiva que contempla sua historicidade.

3.2 SEGUNDA PARADA: O SILÊNCIO E A MARCHA

*Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como
significação, criou a linguagem para retê-lo.*
(ORLANDI, 2007)

Iniciamos estas considerações abordando a dificuldade de designar a *Marcha del Silencio*, tendo em vista o seu funcionamento social e político. Antes de avançar sobre a dissertação do trajeto percorrido sobre a questão da designação, nos detemos sobre a noção de *político*, mobilizada na leitura de Rancière (1996). O filósofo compreende a noção de *político* como um imbricamento do funcionamento de duas outras noções: a *polícia* e a *política*.

Polícia entendida além dos sentidos que pairam na superfície e indicam o aparelho de repressão (estatal ou não) que sob o pretexto de “proteção” da sociedade utiliza-se de toda sorte de violências para, efetivamente, *vigiar e punir* – o que o filósofo chama de “baixa *polícia* [que] é apenas uma forma particular de uma ordem mais geral” (RANCIÈRE, 1996, p. 41) que trabalha para organizar a distribuição dos indivíduos na sociedade. Segundo Rancière (1996), a *polícia* é uma atividade e não uma instituição, atividade compreendida como um conjunto de processos que visam operar “a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (p. 23) de modo que todos os elementos da coletividade estejam dispostos em seus lugares pré-definidos e ali permaneçam. Neste sentido, a *política* se opõe radicalmente à *polícia*.

A atividade política se inscreve no social em um viés oposto, tratando de restabelecer o caráter litigioso da distribuição de lugares sociais. “Há política simplesmente porque nenhuma ordem social está fundada na natureza, porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas” (RANCIÈRE, 1996, p. 30), porque a sociedade configura-se na luta de

classes (MARX, 2003), porque a luta de classes instaura, em última instância, dominantes e dominados que são interpelados de forma diferente pela ideologia (ALTHUSSER, 1985; PÊCHEUX, 2009). Nesse sentido, a política funciona de modo a desestabilizar a ordem que a polícia tenta manter e, no encontro destes dois processos (*política* e *polícia*) se configura o político – o dissenso. Dissenso, desentendimento que trata de instaurar o conflito e faz questionar a ordem que a política instaura, constituindo um processo que se desenvolve no sentido de promover mudanças no cenário social.

É nesse sentido que compreendemos a *Marcha del Silencio* não apenas como um movimento social – designação corrente nos textos sobre o objeto aos quais tivemos acesso ao longo de nosso estudo e noção teórica mobilizada dos estudos históricos/sócio-políticos, conforme apresentamos a seguir – mas também como um movimento político. Político porque propõe a desestabilização da ordem policial imposta que perpetua a impunidade.

Já no que toca a designação *movimento social*, esta decorre de um trajeto que parte de textos sobre a *Marcha* e tem parada nos estudos históricos e sócio-políticos que tematizam a noção e seu funcionamento em uma configuração latino-americana. Buscamos, inicialmente, nas cartas-convocatórias de diferentes edições da *Marcha del Silencio* a forma como esta era designada. Em seguida, buscamos nos textos jornalísticos que havíamos lido (em sua grande maioria, oriundos de periódicos uruguaios), ao longo de dois anos, a designação corrente para a *Marcha*. No primeiro grupo de textos consultados, não encontramos o que procurávamos. No segundo grupo, as designações recorrentes eram “protesto” e “movimento social”.

Logo, não foi “por acaso” que ambas as designações foram mobilizadas ao longo desse texto dissertativo, porém, “movimento social”, tal como o compreendemos na leitura de textos teóricos sobre o tema, surge como uma designação que significa (no gesto de leitura aqui realizado) a *Marcha del Silencio*. Isso porque para refletir sobre *movimentos sociais* e seu funcionamento social/político, trazemos à baila (ainda que sem sustentação mais profunda) algumas reflexões da ordem dos estudos históricos/sócio-políticos sobre o tema que consideramos importante nesse momento de reflexão sobre a marcha tomada como *forma* de movimentos sociais (doravante referidos pela sigla MS).

Amparada por uma vasta gama de estudos históricos, políticos e sociológicos sobre o espaço do qual se ocupa e retomando e atualizando as teorias sobre MS, Maria da Glória Gohn (2014) dedica grande parte de sua produção acadêmica à reflexão sobre a configuração e funcionamento sócio-político dos MS da América Latina contemporânea, sobretudo aqueles que se dão nas condições de produção (em sentido amplo) do final do século XX e início do século XXI, de especial interesse por apresentarem um cenário de questões contraditórias na

organização social e política. A autora compreende os MS latino-americanos da contemporaneidade como ações coletivas de caráter sociopolítico que viabilizam diferentes formas de os sujeitos expressarem suas demandas em sociedade (GOHN, 2014).

Contradições na organização social e política da América Latina parecem ser uma constante em nossa história, porém, segundo análise de Gohn (2014), essa configuração proporcionou a construção de um cenário no qual “ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram, em diversos países, mais condições de organização tanto interna quanto externa, dado o ambiente político reinante” – que se pense as democracias civis pós-década de 1980 – “em outro, eles perderam muito sua força política junto à população” (p. 59).

Tanto o número crescente dos MS, quanto o enfraquecimento da força política de alguns deles, devem ser pensados como efeito da contradição sócio-política latino-americana. “O movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico conjuntural” (GOHN, 2014, p. 63), o que compreendemos, nos estudos discursivos, como as condições de produção. Temos um momento de abertura política, de reestruturação das democracias civis em diversos países, contudo, ao mesmo tempo, parte do corpo social (digo “parte”, pois os efeitos do regime de DSN uruguaio não afetaram de forma idêntica a todos os sujeitos, de forma que os efeitos provocados não são comuns a todos os diversos grupos sociais) teve de enfrentar a morosidade da justiça, a audição seletiva dos governantes e algo como uma “descrença” de grande parte dos sujeitos para com os MS e sua força política. As experiências vividas no fim do século XX e início do século XXI não são significadas da mesma forma pelos diferentes grupos sociais, inscritos em diversas formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009), e tal diversa significação de seu tempo materializa-se, também, no engajamento (ou não) de grupos em movimentos sociais.

Nesse sentido, abordando os efeitos da configuração sociopolítica latino-americana do período em questão, o filósofo e politólogo Luis Tapia, também engajado na reflexão teórica e analítica sobre MS, pensa que estes são “una forma de política que problematiza la reproducción del orden social, de manera parcial o general”¹⁸ (TAPIA, 2009, s.p.) empreendida por sujeitos que têm sua posição social, política e ideológica constituída sob efeito das contradições supracitadas. Tendo em vista os pontos tocados, pensamos que a *Marcha del Silencio* configura-se como um MS de problematização da reprodução da ordem social quando questiona veementemente a impunidade desfrutada pelos criminosos da

¹⁸ “Uma forma de política que problematiza a reprodução da ordem social, de maneira parcial ou geral” (tradução nossa).

ditadura militar uruguaia, tanto na década de 1990, quando ainda se desbravavam trilhas por entre o emaranhado de artigos da Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado, quanto atualmente, já na segunda década dos anos 2000, quando apesar de tantas legislações sobre Direitos Humanos, tantas investigações sobre os abusos cometidos pelo governo uruguaio e o Terror de Estado (PADRÓS, 2005) empreendido durante a ditadura, a impunidade segue sendo uma constante.

Em tais CP, toma forma a *Marcha del Silencio* em 1996, levando milhares de pessoas para as ruas, inundando o centro da capital uruguaia com um calar que, em marcha, busca por sentidos. Compreendemos que este grupo social composto pelos marchantes congrega sujeitos sob uma mesma demanda, entretanto, inscritos não necessariamente em uma mesma formação discursiva, ainda que sob uma formação ideológica que lhes torna comum a ânsia por *verdade, justiça, memória e nunca mais*. Pensamos em tal grupo (que se configura como um grupo social por suas práticas sociais/políticas) que significa em uma mesma formação ideológica por retomar a questão pecheutiana da identificação dos sujeitos que não se dá completamente, mas que os aproxima e os une em um grupo social cujas práticas se configuram em uma mesma formação ideológica (PÊCHEUX, 2009).

As demandas de *verdade, justiça, memória e nunca mais* configuram o movimento social e este materializa-se sob a *forma material*, isto é, a forma significativa inscrita no histórico para significar (PÊCHEUX, 2014a) de uma marcha. Conforme afirma Tapia (2009), a *forma* do MS guarda relação constitutiva com os fins do mesmo e, pensando a *Marcha del Silencio*, sua forma e seus fins, detemo-nos em tal questão. Mobilizamos a tese althusseriana de que as práticas sociais que materializam a ideologia (e os efeitos da interpelação ideológica do sujeito) são várias, entendimento que leva Pêcheux (2009) a pensar as diversas possibilidades de formas de significar do discurso (materialidade da ideologia) e, por conseguinte, os estudos discursivos tal qual praticados hoje pela vertente na qual nos inserimos, a abrir espaço para o estudo do discurso significando em formas materiais diversas.

Por tal trajeto, chegamos a compreender que a *Marcha del Silencio*, como prática social de sujeitos/de um grupo de sujeitos, constitui-se como discurso inscrito em uma determinada formação ideológica e discursiva e, ainda, que a *forma* pensada por Tapia (2009), do ponto onde nos colocamos para estudo do objeto em questão, trata-se da *forma material*, da textualidade discursiva. Entretanto, não reconhecemos que haja uma necessária e indissociável relação de causalidade entre a *forma* e os *fins* dos MS. Tal questionamento da afirmação anterior ampara-se na retomada da noção de *esquecimentos* formulada por Pêcheux (2009). O *esquecimento n°2*, da ordem da enunciação, trata do dizer que é construído pelo

sujeito de uma forma e não de outra e da evidência que se mostra ao sujeito, fazendo-o crer que só é possível dizer *daquela forma* o que foi dito. Este esquecimento produz, para o sujeito, justamente um esquecimento das inúmeras outras possibilidades de formas de dizer o dito, construindo uma relação ilusoriamente natural/evidente entre o que se quer dizer e a forma como se diz, entre o sentido e sua forma material, apagando a relação constitutiva entre, por exemplo, a história, a ideologia, o inconsciente e a forma como este é construído.

Voltamos a afirmação de Tapia (2009) sobre a relação causal entre *os fins e as formas* dos MS para pensar que se trata, em uma compreensão pelo viés dos estudos em AD, mais de uma relação de constituição do discurso e de sua forma material e da inevitabilidade da relação do mesmo com a história, a ideologia e, sobretudo, com a memória em diferentes níveis. Pensamos que a marcha da *Marcha del Silencio* materializa discursivamente tais relações e promove efeitos de sentido que ora “explodem” os sentidos de marcha como ritual militarista¹⁹, ora os retomam para deslocá-los em um processo de resignificação empreendido em tal marcha urbana (NUNES, 2005).

Estudar a *Marcha del Silencio* por um viés teórico orientado pela AD moveu nossos passos em direção a uma reflexão sobre a forma material do movimento social e, neste trajeto, fez-se também a necessidade de refletir sobre o silêncio em uma perspectiva discursiva. Buscamos nas reflexões de Orlandi em sua obra *As Formas do Silêncio* (Pontes, 2007) ancoragem teórica para refletir sobre o silêncio tomado como categoria analítica, como já afirmei anteriormente. Tal orientação de leitura, foi imperativa, pois desde o início das reflexões empreendidas sobre o objeto desta dissertação, inquietava-nos o fato de tal marcha urbana (NUNES, 2005) transcorrer sem que qualquer canção fosse entoada, qualquer palavra de ordem fosse repetida em coro pelos marchantes. Entretanto, não se tratava de tomar o silêncio como um “elemento” empírico, ocupando-nos de uma questão de sons, o que encaminharia passos na direção da acústica; ou abordar o silêncio como qualquer coisa apartada da língua(gem), da significação, aproximando-nos mais de um estudo pragmático do que de uma leitura discursiva.

Talvez as primeiras palavras a dizer sobre a *Marcha del Silencio* tivessem de ter sido palavras sobre o silêncio. Palavras que jamais traduzirão o silêncio, dada a impossibilidade da tarefa, mas que direcionam a uma reflexão que faz compreender que o silêncio é, o silêncio

¹⁹ José Horta Nunes, no artigo “Marchas Urbanas: das redes sociais ao acontecimento” (2006) apresenta uma proposta de leitura discursiva sobre os movimentos sociais cuja forma material são as *marchas urbanas* (designação mobilizada pelo autor). Em seu estudo, Nunes recorre aos dicionários para refletir, em uma perspectiva da História das Ideias Linguísticas em diálogo com a AD, sobre a historicidade da palavra *marcha* e compreende a inegável estabilização de sentidos da ordem do militarismo para *marcha* materializada no texto dos verbetes para tal substantivo.

significa (ORLANDI, 2007) e que, tendo isto posto, exige palavras que discorram sobre *como* o silêncio significa. Orlandi (2007) compreende que o silêncio não significa de *qualquer forma*, significa em sua materialidade simbólica, materialidade que, como compreende a AD, está inscrita no histórico e no ideológico para significar. Por tal viés, o silêncio significa no processo de inscrição de sua materialidade significante (simbólica) na exterioridade, fazendo compreender que o silêncio e os sentidos que este suscita tem existência material.

Tal reflexão não implica em compreender que o silêncio *é linguagem* ou *é discurso* ou que guarda em si sentidos que podem ser *traduzidos* na língua: “tomá-lo como objeto de reflexão, e colocarmos-nos na relação do dizível com o indizível, nos faz correr o risco mesmo de seus efeitos” (ORLANDI, 2007, p. 11), risco de buscar traduzir o silêncio em palavras, uma tarefa impossível. Abordar a questão teórica do silêncio em AD e mobilizá-la em uma análise exige que se desnaturalize a noção de que no silêncio “cabem” todas as palavras ou de que é preciso palavras para significar o silêncio. É preciso tomá-lo em sua opacidade, respeitando no movimento teórico-analítico a sua materialidade e respeitando sua constituição que o torna não “imediatamente visível e interpretável”, porém exige que se tenha definido que é apenas tomando sua “historicidade inscrita no tecido textual que pode “devolvê-lo”, torná-lo apreensível, compreensível” (ORLANDI, 2007, p. 58). Compreensível no sentido de que, tomando o silêncio em sua materialidade, atentando para sua historicidade, é possível compreender o processo de construção de efeitos de sentido que este empreende.

Afasta-se também a noção de silêncio e o entendimento de que este é o não-som, o *non-sense*, o nada da língua(gem), o vazio. Afasta-se também o entendimento do silêncio como dependente da linguagem para significar – este tem sua materialidade específica, não se confunde com a materialidade da língua – ou como totalmente independente, uma vez que é via língua (tomando a língua como materialidade significante primeira, conforme reflexão pecheutiana) que se materializa o discurso em que significa o silêncio. Trata-se de entender que a própria linguagem implica silêncio e que no interior da linguagem, este é “visto como o ‘não-dito’” (ORLANDI, 2007, p. 23) e, em tal afirmação, há duas questões a serem propostas: o silêncio como condição *sine qua non* da linguagem e sua significação e o silêncio em seu *funcionamento na linguagem*.

Orlandi (2007) propõe que é no espaço (simbólico) do silêncio que está garantido o movimento dos sentidos, movimento que é condição do significar – ora, se os sentidos estivessem “colados” às palavras, não haveria possibilidade de paráfrase ou metáfora, processos de produção de sentidos por excelência. É compreendendo o silêncio como condição do significar que a autora propõe um primeiro desdobramento da noção (primeiro

em formulação no texto, não em uma hierarquia, aliás, inexistente), o silêncio em sua configuração de *fundador*. Fundador porque existe nas palavras – garantindo a possibilidade da polissemia... –, porque existe na linguagem – ora, para dizer X é preciso *não dizer* Y – porque “significa o não-dito e dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2007, p. 24).

Comprendemos que é a própria existência e funcionamento dessa forma de silêncio que possibilita a existência e funcionamento de outras formas do silêncio: é porque há possibilidade de movência dos sentidos que há possibilidade também de o silêncio, materialmente significante, desdobrar-se no funcionamento no interior da linguagem e significar em diversas formas. Por esta mirada, não se deve entender que há como que uma “fila de silêncios” sempre diferentes entre si, algo como uma linha de produção de silêncios que atendesse às demandas dos processos de produção de sentido. Acreditamos que dizer das *formas do silêncio* é dizer dos diferentes efeitos de sentido que o silêncio constitui no processo de inscrição de sua materialidade significante no histórico, no político, no ideológico.

E é tendo questões históricas, políticas e ideológicas em conta e “devolvendo” ao silêncio a sua opacidade que Orlandi (2007) avança sua reflexão na direção do silêncio e seu funcionamento na linguagem. Nesta mudança de trajeto a autora se debruça sobre o silêncio “que já não é silêncio, mas ‘pôr em silêncio’” (p. 12). Trata-se de um funcionamento do silêncio na linguagem que “mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados, que nos faz entender a dimensão do não-dito” (p. 12) por outro viés: não mais o silêncio interno à linguagem, *silêncio constitutivo* (p. 24) que indica o Y não dito quando dito X, mas do não-dito interdito, do movimento de *silenciamento* de sentidos.

A noção de *silenciamento* é mobilizada por Orlandi (2007) compreendida como efeito de uma *política do silêncio*, política que determina o que é proibido dizer, que interdita dizeres e sentidos, que a forma de *silêncio local*, “o silêncio da opressão” (p. 101). Nesse gesto de interdição, será compreendido o funcionamento da censura em uma perspectiva discursiva, ampliando a noção “para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos” (p. 13) em delimitar (gesto de caráter ideológico), fronteiras de significação que o sujeito não pode ultrapassar no percurso significar a si e ao seu mundo.

E todas as palavras não ditas, todos os dizeres interditados, todos os sentidos censurados, tudo o que foi colocado em silêncio, deixa de significar? Se entendemos que o silêncio significa e que se constitui como o fôlego da significação, espaço em que se movem

os sentidos, torna-se impossível acreditar que o que resta em silêncio é *insignificante*. O silêncio é sempre “um estado primeiro, aparecendo a palavra já como movimento em torno” (ORLANDI, 2007, p. 31) e este “estado” significa inscrito no histórico, no ideológico, nas condições de produção em que é tomado para interpretação. Os sentidos interditados em determinada conjuntura, impedidos de significar em determinado espaço, não “desaparecem”, não deixam de ser e o processo de silenciamento não se faz sem que os sentidos deixem rastros, vestígios de sua existência material.

Como efeito de uma “estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 74), o silêncio local faz mover um jogo de dominação e resistência: se, por um lado, o silêncio imposto “proíbe o sujeito de ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proibem-se certas ‘posições’ do sujeito” (p. 76), impedindo-o de inscrever-se em determinadas formações discursivas e levando-os a significar em outras, fazendo com que os sentidos sejam outros, impondo um silêncio do opressor (ORLANDI, 2007), por outro, nesta forma do silêncio significa também a interdição e o caráter político e ideológico da mesma.

Tais interdições empreendidas pela regulação da palavra empreendida por aquele que detém o poder, que no exercício de seu poder de dominação se insere no espaço de significação do sujeito e o recorta, traça limites, fronteiras invisíveis pelas quais se delimita quais sentidos podem ou não significar. As fronteiras estabelecem as margens entre os sentidos que se inscrevem no dizer e aqueles que restam no silêncio e no gesto de interpretação que traz tal jogo de poder para o âmbito dos estudos discursivos, os vestígios de tais margens/censura fazem significar os sentidos interditados. “Se obriga a dizer ‘x’ para não deixar dizer ‘y’”, mas o Y não dito significa por outros processos, em outros lugares de significação, “fato que dá lugar à retórica da resistência” (ORLANDI, 2007, p. 81) através da qual significam os outros sentidos que a censura impediu em uma conjuntura, mas não pode impedir em outras.

Compreendemos, então, que o silêncio do calar/ser calado não significa apenas a opressão sofrida, mas faz significar os dizeres que foram interditados por sua potência de mover sentidos que, em determinada conjuntura, devem ser silenciados. Entendemos que há um jogo duplo que faz com que o processo de silenciamento instaure simultaneamente a retórica do opressor e da resistência, porque, retomando a reflexão de Pêcheux (2009), não é sem resistência que a dominação ideológica se faz. Nesse sentido, retomamos o estudo de Beck (2010; 2016) que mobiliza a noção de silêncio e do processo de silenciamento para pensar o calar, quando o sujeito é interpelado a falar, como prática “de efeitos políticos corrosivos e subversivos” (BECK, 2016).

No silêncio do oprimido se abre espaço para que signifique a violência do antagonista (BECK, 2016) e, ao mesmo tempo, instaura-se a possibilidade de, por direcionamento ideológico diverso, significar-se a resistência do sujeito que cala. Porque, como afirma Orlandi (2007), não há possibilidade de “auto-censura” – o sujeito, mesmo quando não é calado, mas se cala em virtude do funcionamento opressor de uma ideologia dominante, não o faz “porque quer”, mas porque algo (da ordem do político, do ideológico) o cala. Desse modo, calar não significa necessariamente consentir, mas também recusar-se a dizer apenas o que é “permitido”, configurando-se como prática orientada por um posicionamento político do sujeito.

Por este viés, pensamos que o calar que envolve a *Marcha del Silencio* e que é constitutivo da forma deste movimento social faz mover sentidos de tal ordem, de ordem em que o silêncio do opressor e o silêncio da resistência são postos a bailar, mas não se confundem e, em sua materialidade específica, guardam vestígios das condições de produção em que se constituem.

3.3 RETOMANDO A MARCHA: SILÊNCIO À BEIRA DO RIO (URUGUAI, 1973-1985)

*[...] cuando empezaron a desaparecer
como el oasis en los espejismos
a desaparecer sin últimas palabras
tenían en sus manos los trocitos
de cosas que querían*

*están en algún sitio / nube o tumba
están en algún sitio / estoy seguro
allá en el sur del alma
es posible que hayan extraviado la brújula [...]
(Mario Benedetti)*

Argentina, 1962 e 1976; Brasil, 1964; Paraguai, 1954; Chile e Uruguai, 1973: o sul da América do Sul, na segunda metade do século XX, foi inundado por uma onda de regimes autoritários que mancharam de sangue nossa história recente. Como parte de uma série de golpes orquestrados em nome da defesa da soberania nacional contra a “ameaça vermelha” no período pós-guerra, vários países foram submetidos aos horrores de ditaduras de segurança nacional (PADRÓS, 2005) de caráter militar.

O cenário era caótico: o mundo todo ainda caminhava desnordeado entre os escombros do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e apesar do cessar fogo, a paz ainda parecia inalcançável. Embora não explodissem mais bombas nos territórios já devastados e não enviássemos mais soldados para os *fronts* além-mar, o momento era de incertezas políticas,

econômicas e, como se poderia esperar, sociais.

O que deveria ser um momento de reestruturação (não apenas material, mas também política) do mundo ocidental, tornou-se o momento de construção de “uma nova correlação de forças na ordem mundial” (VILLALOBOS, 2006, p. 39). O mundo se bipolarizava em defesa e ataque das duas grandes potências “sobreviventes” da guerra que se opunham ideologicamente. De um lado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de outro, os Estados Unidos da América (EUA).

Os interesses defendidos pelas duas superpotências e a impossibilidade de conciliação entre um bloco capitalista/imperialista e um bloco socialista levou o mundo à formação de blocos antagônicos. A disputa pela hegemonia mundial opunha dois projetos político-ideológicos, mas, sobretudo, opunha dois países que haviam sobrevivido com grande força ao desastre da Segunda Grande Guerra (PADRÓS, 2005). O resultado prático desse embate foi o desenvolvimento da Guerra Fria, um grande duelo político, ideológico e propagandístico, que afastou a possibilidade de paz, mas não levou ao confronto bélico aberto. “Existia a consciência de que, com o poder de fogo de ambos os lados, não havia chances de existir um vencedor ou dito de outra forma, todos seriam perdedores” (VILLALOBOS, 2006, p. 39).

Os conflitos desenrolavam-se muito longe dos campos frios do Uruguai, mas o país sofreria, assim como os vizinhos Brasil e Argentina, os efeitos de tal contenda. Os interesses norte-americanos de combate à ideologia socialista e comunista fizeram com que os olhos do *Tio Sam* enxergassem nos países latinos um campo fértil para o trabalho ideológico – a qualquer custo.

Se, como registra a história,

a política externa norte-americana visava a contenção da expansão da URSS e do comunismo; a organização da economia capitalista em volta da sua liderança e interesses; a abertura dos impérios coloniais e das metrópoles européias ocidentais aos seus investimentos e comércio, além da derrota da onda revolucionária anticapitalista na Europa, no Extremo Oriente e, depois, na América Latina e na África (PADRÓS, 2005, p. 125).

Era, então, de interesse político investir contra esse espaço de proliferação e fortalecimento de ideias anticapitalistas e anti-americanas que começava a ganhar fôlego em diversos pontos do globo. Nesse ínterim, a vitória do revolucionário Fidel Castro (1959) e seu exército em Cuba pareceu ser o motivo derradeiro para que os EUA e seus aliados justificassem suas investidas imperialistas na América Latina: “o primeiro regime comunista, a poucos quilômetros da Flórida. O fato fez com que surgisse um novo sentido de segurança

para a região” (PADRÓS, 2005, p. 42), fazendo crer que a segurança nacional agora devia ser militarizada, armada e doutrinada para “defender” os interesses anticomunismo até as últimas consequências.

A ofensiva autoritária chegou ao *paisito* onde *no pasaba nada*²⁰ quando este se encontrava em uma situação esgotamento econômico e de crise política. “O país que havia sido a ‘Suíça da América Latina’ começou a misturar crise econômica com crise política” (PADRÓS, 2005, p. 37) e os conflitos internos e externos, combinados, desencadearam a escritura de algumas das mais sangrentas páginas da história uruguaia. “Quando o assunto era Uruguai, o temor da infiltração esquerdista preocupava os estrategistas americanos” (PADRÓS, 2005, p. 44), sua posição de fronteira com duas grandes potências latinas como a Argentina e o Brasil e sua inclinação para uma democracia voltada para o povo tornavam o país um lugar de imensa importância para o combate ao comunismo.

O golpe foi preparado desde 1967, quando o presidente Pacheco Areco viu seu companheiro de governo, o general Oscar Gestido, decretar, pela primeira vez na história do país, “*medidas de pronta seguridad*” (segundo a análise de Padrós (2005), era uma manobra perigosa que visava garantir a segurança e estabilidade política do país por abrir brechas para ações enérgicas de repressão, mas constitucional), a fim de controlar a agitação popular frente à inflação galopante que assolava o país (VILLALOBOS, 2006). Em um espaço de tempo de um mandato presidencial, o Uruguai progressista e de (aparentes) firmes bases democráticas, viu-se dominado pela extrema direita, deixando “a porta aberta para o avanço do autoritarismo” (VILLALOBOS, 2006, p. 59).

Quando nos deparamos com enunciados como *instauração de um golpe ditatorial*, somos levados a sentidos de um sítio de significação (ORLANDI, 2001) que dizem de violência, deposição forçada de governantes, entre outros sentidos que a memória histórica de um golpe pode evocar. Hoje, não apenas nós brasileiros, mas todos que acompanharam a história repetir-se (como farsa) no golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff (travestido de processo de impedimento) estamos mais familiarizados com outros sentidos para *golpe de estado* e afins. Pois, o que aconteceu no país vizinho, quando da instauração da ditadura militar da década de 1970 não se tratou de um embate violento entre “dois lados” ou de um grande grupo de militares que subtraiu o poder em uma “surpresa”. A instauração da ditadura militar uruguaia se fez lentamente, entre manobras constitucionais, pressões internas ao

²⁰ Nos países vizinhos e no próprio Uruguai, há este “apelido” para o país devido em parte, à sua extensão geográfica (em comparação ao Brasil e a Argentina), em parte a uma expressão carinhosa. A expressão popular “no pasa nada”, referindo-se ao Uruguai, é também comum ao país e seus vizinhos, indicando a suposta tranquilidade ali mantida.

governo e problemáticas relações dos países latino-americanos com a política imperialista dos Estados Unidos da América.

A abertura de portas para a investida antidemocrática começara em 1967 e, poucos anos depois, não havia mais barreiras para que as Forças Armadas assumissem o governo do país. Em 1972, o poder executivo uruguaio projetou e executou a *Ley de Seguridad del Estado*, tornando as Forças Armadas o órgão responsável pela segurança e direção do país (VILLALOBOS, 2006).

Enfraquecia-se a resistência dentro do governo: o golpe, bem como vimos acontecer muito recentemente em nosso país, foi constitucional, a democracia sofria um ataque gestado em si mesma, por governantes autoritários e abusivos. No dia 27 de junho de 1973, por fim, estava suspensa a democracia no Uruguai, levada ao chão pelo *Decreto 464* que dissolvia o governo e o entregava nas mãos das Forças Armadas (VILLALOBOS, 2006).

O que se viu foi um governo que em muito pouco tempo transformou o *paisito* e sua aura *branda*, como dizia o poeta (BENEDETTI, 2010), em mais um país que sofria com a austeridade de uma política que não dialogava, apenas reprimia. A passos muito largos, a repressão deixou de ser direcionada para atividades de resistência realizadas por partidos políticos declarados socialistas ou comunistas, abertamente contra o regime ditatorial, mas a qualquer sujeito que ousasse contestar a ordem imposta. Tal movimento de alargamento do foco de combate responde ao alargamento do conceito de “inimigo interno” trazido para os regimes ditatoriais da América Latina junto com a Doutrina de Segurança Nacional. O “inimigo”, durante o período de endurecimento do regime, agora eram também “partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime” (FERNANDES, 2009, s.p.). A elasticidade do conceito abria possibilidades de enquadrar como “comunista” uma infinidade de manifestações políticas, oferecendo ao governo a ilusão de combater a tudo e todos que oferecessem “riscos” à (irreal) estabilidade política.

Não havia mais dúvidas sobre a natureza do governo que se constituía sob os “braços fortes” das Forças Armadas, e aos cidadãos uruguaios restava atravessar esse período em silêncio ou lutar, resistir, em nome de seus direitos. Se parte da população viu-se sem voz e sem armas, outra parte encontrava-se nas linhas de frente: estudantes, professores, sindicalistas, trabalhadores de todas as áreas e toda uma gama de sujeitos interpelados pelo ideal democrático colocaram suas vozes e seus corpos em luta. De muitos deles, jamais saberemos sequer o nome; de outros, temos inscrito na memória, através dos dizeres da

história, os efeitos de sentido de suas lutas.

“Nas ruas a violência policial assumia proporções inéditas” (VILLALOBOS, 2006, p. 55). Ainda que a censura, “situação praticamente desconhecida para os uruguaios” e utilizada como mais uma forma de “sufocar a oposição” (p. 55) tentasse evitar o “vazamento” de informações, a população era informada da agressão física e até mesmo da morte de jovens estudantes e trabalhadores em confronto com as Forças Armadas durante protestos públicos por Democracia.

Diversos jornais e revistas foram fechados no Uruguai nesse período, e seus colunistas e colaboradores perseguidos. Nos que permaneceram abertos, a censura atuava duramente, proibindo não apenas que se publicasse qualquer crítica ao sistema vigente, mas também chegando ao extremo de proibir determinadas palavras: adjetivos como “terrorista” e “subversivos” constavam na lista de palavras interditas (VILLALOBOS, 2006), especialmente quando o assunto fosse os guerrilheiros tupamaros²¹.

Não é objetivo dessa reflexão e sequer acreditamos que seja possível estabelecer uma hierarquia da violência das formas de silenciamento impostas pelo governo ditatorial no Uruguai. Tampouco cremos ser possível estabelecer uma ordem cronológica para as diversas formas de silenciamento, buscando estabelecer qual foi movimentada antes ou depois.

Não abordamos a censura antes de outras formas de violência simbólica empreendidas pelo Estado ditatorial uruguaio por considerá-la mais “leve” que outra qualquer. Se acreditamos que o sujeito constitui-se na e pela língua e significa a si e ao seu mundo através do discurso (ORLANDI, 2012), como podemos considerar “branda” a interdição de dizeres que visa “apagar sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos”? (ORLANDI, 2007, p. 73).

Compreendemos a censura como gesto de silenciamento e, para refletir sobre seus efeitos de sentido, trazemos como ilustração o caso dos periódicos uruguaios que, durante os anos de maior repressão das décadas de 1970 e 1980, foram proibidos pelo governo de designar os militantes Tupamaros como “revolucionários” ou “rebeldes” – o aceitável era, naquelas condições de produção, segundo os censores, *delinquentes ideológicos*

²¹ *O Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros* foi um importante grupo de guerrilha urbana que ofereceu intensa oposição e resistência ao governo ditatorial. “O MLN foi organização sobre a base das convicções e das experiências que amadureciam a partir de uma espécie de coalizão entre os homens do campo e os movimentos urbanos” (VILLALOBOS, 2006, p. 63). Aliando ideais de igualdade e liberdade à guerrilha urbana, os tupamaros ocuparam um lugar de destaque não apenas nas pautas jornalísticas, mas nas políticas de repressão e violência de Estado. Com o advento da guerrilha urbana, a violência e o combate armado tornaram-se uma via de mão dupla. Entretanto, cabe refletir sobre o fato de que o Estado contava não apenas com alguns trabalhadores subversivos insuflados pelo ideal da democracia, mas com um pesado esquema de repressão financiado pelos poderes públicos nacionais e internacionais.

(VILLALOBOS, 2006). Tal interdição não era de conhecimento da população em geral, mas os efeitos de sentido por ela provocados faziam-se sentir na leitura das matérias jornalísticas.

Em outros casos de interdição de dizeres via censura, tal violência simbólica fazia-se ainda mais sensível. Uma série de obras literárias, canções, peças teatrais e demais manifestações artísticas que, de alguma maneira agitavam sentidos que a censura considerava “perigosos”, foram impedidas de circular nos espaços de cultura uruguaios. Não havia lugar para contestação. Não havia lugar para a liberdade de interpretação, para a movência dos sentidos.

Compreendendo a necessária relação entre o discurso e o sujeito, cabe “analisar a censura enquanto ‘fato’ de linguagem que produz efeitos enquanto política pública de fala e de silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 75), compreendendo-a como “a interdição do sujeito em formações discursivas determinadas. Conseqüentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso” (ORLANDI, 2007, p. 76), uma vez que o sujeito constitui-se no/através do discurso e, por conseguinte, pelos processos de identificação decorrentes de sua filiação em determinada formação discursiva.

Para o Estado, silenciar dizeres sobre a violência institucionalizada resultaria em “apagá-la” ou, no mínimo, não oferecer margens para que este fosse um assunto capaz de mobilizar as massas. Ignorava-se, entretanto, que o silêncio significa e seus efeitos de sentido guardam estreitas relações com as condições de produção em que se instaura, ignorava-se, também que aquilo que aqueles sentidos interditados ecoarão e significarão em outros espaços (ORLANDI, 2007). O efeito da política de silêncio empreendida pelo Estado pode levar muito tempo para significar como gesto de opressão ou dominação – como um *delay* no tempo histórico, hoje, após anos de pesquisas, nem todo silêncio das mídias nesse período é tomado como conivência aos absurdos da ditadura, uma vez que se tem conhecimento sobre os mecanismos de censura...

A censura configurou um embate político materializado no plano da língua(gem), porém a “guerra” entre o Estado e o povo considerado inimigo (diga-se, uma parcela muito específica desse povo, aqueles que ofereciam resistência ao regime) não se restringiu à interdição de dizeres. Era preciso calar materialmente as vozes, livrar-se da oposição que representavam os corpos em luta nas ruas. Era preciso parar os corações revolucionários que não compactuariam com governos ilegítimos e autoritários: os embates armados tornaram-se frequentes. De ambos os lados, empunhavam-se armas: militares e guerrilheiros enfrentavam-se nas ruas uruguaias e acumulavam-se mortos a cada enfrentamento. Se eram numerosas as “atividades subversivas” dos guerrilheiros, eram assustadoras as ações militares – enquanto os

grupos de resistência organizavam-se na clandestinidade, contando com recursos escassos e com um treinamento que levou anos para ser eficiente, as Forças Armadas dispunham de todo o aparato de um Aparelho de Estado (ALTHUSSER, 1985) criado e mantido para o combate armado.

A luta armada, nas ruas, era também a luta política. Fora das redações de jornais, das editoras de livros e dos bancos escolares, a “censura” se fazia com máquinas, armas e corpos. Calar as vozes que representavam subversão não era, para o Estado, apenas cessar um ruído incômodo, mas proteger o país da ameaça comunista, do inimigo interno, era proteger o resto da população da “contaminação” com o “vírus” do questionamento.

E para atingir tais fins, a *política do silêncio* (ORLANDI, 2007), nas condições de produção do Uruguai ditatorial, foi empreendida por outros meios que não apenas a censura no plano do linguístico. Silenciar era também desaparecer com sujeitos, levá-los para lugar nenhum (esse lugar onde ninguém os encontra...). Silenciar era também torturar sujeitos para que, dizendo o que devia ser dito, não dissessem aquilo que queriam dizer. Silenciar era também promover o medo por si e pelos outros, por proteção de si e dos outros, e condenar a calar-se aquele que precisava gritar. Silenciar era também exilar, impedir de significar em um espaço determinado – mas não conseguir impedir de significar em outros. Silenciar era também matar. Mas não há possibilidade de escapar à injunção de significar e um homem em silêncio, um homem morto pelo silêncio, também significa.

Silêncio local (ORLANDI, 2007) promovido pela censura que proibia publicações jornalísticas, atividades culturais e acadêmicas. Silêncio daqueles que precisaram sair de seu país para manterem-se a salvo e buscaram outro lugar em que pudessem significar. Silêncio daqueles que, calados, buscam proteger a si mesmos e aos seus companheiros de vida, de luta. Silêncio do oprimido. Silêncio efeito, silêncio político, silêncio efeito de estratégias políticas. Silenciar configurou-se em uma arma poderosa para os ditadores e não se tratava apenas de calar as vozes de um povo, mas de tentar impedir que os sentidos se construíssem, que exercessem sua potência inata de se tornarem sempre outros e instigassem o questionamento, fizessem desestabilizar a evidência – e a possibilidade da perda de controle era assustadora.

“Quem não estava preso, ressentiu-se com a existência de uma ‘liberdade’ profundamente vigiada e controlada, alimentando a ‘cultura do medo’ espalhada por todo o país” (PADRÓS, 2005, p. 116). Milhares²² de cidadãos uruguaios foram encarcerados de

²² Apenas no período entre os anos de 1968 e de 1978, estima-se de cerca de cinquenta e cinco mil pessoas tenham sido encarceradas pela ditadura uruguaia (VILLALOBOS, 2006), mas estimativas atualizadas por órgãos de defesa dos direitos humanos estimam que o número de detidos ao longo de todo o período pode chegar a mais

forma arbitrária, sofrendo com o isolamento e com as mais variadas formas de tortura empregadas pelas forças policiais militares. Aqueles que não haviam sido presos, mas que sofriam com a violência da repressão em manifestações nas ruas, compreendiam o gradativo endurecimento do governo a cada novo cidadão desaparecido.

Na metade da década de 1970 já não havia mais dúvidas sobre a força e a extensão das ações do governo ditatorial uruguaio. Aos poucos, as ligações entre os vários regimes golpistas implantados na América Latina ficavam mais “claras” e faziam entender que não havia um lugar seguro para questionar o regime. Tal configuração da política (inter)nacional tornou-se clara, estampada nas capas de jornais, quando os jornalistas uruguaios Zelmari Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz, que haviam sido exilados em Buenos Aires (AR) foram sequestrados no dia dezoito de maio de 1976. O fato foi noticiado por jornais locais no dia seguinte e chocou os cidadãos: não eram “cidadãos comuns”, mas grandes nomes do jornalismo e da militância de esquerda no país; não eram mais duas vítimas em solo uruguaio, e sim do outro lado do *Mar del Plata*, onde, teoricamente, a ditadura uruguaia não deveria atuar.

No dia 21 de maio de 1976, os jornais já noticiavam aquilo de que não restava muitas dúvidas: Michelini e Ruiz haviam sido mortos no dia vinte de maio. A notícia das mortes incendiou a luta da oposição ao governo, somando-se a “la continuación de las detenciones, destituciones y persecuciones de diversa índole sobre organizaciones y ciudadanos de izquierda”²³ (PADRÓS, 2005, p. 29). A *política do silêncio* mostrava sua face reconfigurada pelas demandas do absurdo do autoritarismo.

Diante disso, acreditamos que todo o processo de suspensão democrática vivido no Uruguai durante a ditadura civil-militar está relacionado à constituição da *Marcha del Silencio*, mas o assassinato de Michelini e Ruiz terão, em 1996, um peso muito grande no desenrolar dos fatos, bem como tiveram na década de 1970. Se de um lado recrudescia a violência do Terror de Estado (PADRÓS, 2005), de outro as forças resistentes organizavam-se em diversas frentes para denunciar e combater as violências sofridas pela população.

Do ano de 1976 até o ano da abertura democrática com o fim da ditadura civil-militar uruguaia, muitos crimes foram cometidos. Muitos deles figuram em documentos oficiais do Estado uruguaio²⁴, documentos que deveriam servir como provas em processos judiciais que

de cinquenta mil. Já o número de desaparecidos chega a mais de duzentos, segundo informações da ONG *Desaparecidos*.

²³ “A continuación das prisões, destituições e perseguições de diversas índoles a organizações e cidadãos de esquerda” (tradução nossa).

²⁴ Assim como no Brasil temos a Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) que tratou de apurar crimes de

atestariam a culpa dos militares envolvidos e garantir sua punição. Diversas organizações não-governamentais em prol dos direitos humanos (como *A Amnistia Internacional - Uruguay*; o *Servicio de Paz y Justicia UY*, entre outros) reuniram documentos oficiais, depoimentos de vítimas e testemunhas e demais vestígios para que os processos contra os culpados tivessem um desenvolvimento mais eficiente, porém a impunidade não se trata de uma deficiência das leis, mas de uma lei de impunidade.

Em 1986, foi aprovada a Lei nº 15.848, chamada *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* (URUGUAI, 1986), também conhecida, entre o povo uruguaio, como “Lei da Impunidade”. Tal lei, aprovada durante o governo de Sanguinetti, durante a abertura democrática, “consagrou a impunidade dos agentes que violaram os direitos humanos durante a ditadura” (PADRÓS, 2005, p. 91). A lei garantia ao Estado proteção contra punições em relação a qualquer delito referente ao período ditatorial cometido por militares, policiais ou ocupantes de cargos equiparados, desde que em cumprimento de ordens governamentais. Uma vez mais, mesmo depois da abertura democrática, a política de silêncio (ORLANDI, 2007) imperava, agora no âmbito da justiça.

3.4 MARCHAR PARA NÃO MARCHAR (URUGUAI, 1996)

*Están en algún sitio / concertados / desconcertados
sordos buscándose / buscándonos
bloqueados por los signos y las dudas
contemplando las verjas de las plazas
los timbres de las puertas / las viejas azoteas
ordenando sus sueños sus olvidos
quizá convalecientes de su muerte privada*

*nadie les ha explicado con certeza / si ya se fueron o si no
si son pancartas o temblores / sobrevivientes o responsos*

*ven pasar árboles y pájaros / e ignoran a qué sombra pertenecen
[...]*

(Mario Benedetti)

Quando criminoso e juiz são a mesma pessoa, quais as chances reais de um julgamento “honesto”? E mais: quando o criminoso/juiz dispõe de um aparato judicial que lhe oferece a possibilidade de nem sequer investigar e levar a julgamento os crimes dos quais é acusado, o que se pode esperar? Esse era um dos cenários que compunha o palco do Uruguai pós-ditatorial. Parte da sociedade clamava por verdade e justiça, pautando em diversos

violação dos direitos humanos durante as ditaduras brasileiras, o Uruguai conta também com uma investigação promovida pela Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente nos anos 2000. Assim como na CNV brasileira, no Uruguai foram publicados documentos e suas análises, comprovando os crimes promovidos pelo Estado.

espaços a necessidade de apuração de responsabilidades pelos crimes praticados durante a ditadura e a punição dos culpados, mas as respostas seguiam em suspenso. Se outrora a sociedade ressentia-se no silêncio imposto pelas diversas formas de violência mobilizadas em prol de uma política de silêncio (ORLANDI, 2007), uma vez mais era preciso encontrar meios de lidar com as interdições que atendiam a interesses do governo.

Se a conhecida morosidade dos poderes públicos para investigar casos que afetem negativamente o governo já configura (há muito tempo...) um entrave para a justiça, pensemos então no caso de contar o Estado com uma lei que o ampare em tal imobilidade. No Uruguai pós-ditatorial, no ano de 1986, entrava em exercício a *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, cujo conteúdo fazia reconhecer que, como parte das providências a serem tomadas para a transição para um novo regime democrático, ficaria estabelecido que os crimes cometidos por militares em cumprimento de suas funções durante o período de governo ditatorial militar estariam automaticamente “caducados”, ou seja, não era possível sequer abrir um processo contra aquele indivíduo contra o qual não restavam dúvidas sobre a culpa. Como é possível ver na transcrição de um trecho do texto da lei, a aplicabilidade da lei era bastante “generosa”, uma vez que abrangia militares, policiais e outros funcionários de função equiparável ou assimilados pelos aparelhos estatais de repressão:

como consecuencia de la lógica de los hechos originados por el acuerdo celebrado entre partidos políticos y las Fuerzas Armadas en agosto de 1984 y a efecto de concluir la transición hacia la plena vigencia del orden constitucional, ha caducado el ejercicio de la pretensión punitiva del Estado respecto de los delitos cometidos hasta el 1º de marzo de 1985 por funcionarios militares y policiales, equiparados y asimilados por móviles políticos o en ocasión del cumplimiento de sus funciones y en ocasión de acciones ordenadas por los mandos que actuaron durante el período de facto (URUGUAY, 1986, s.p.)²⁵.

Ou seja, a abertura democrática parecia estar consolidada, mas alguns direitos ainda necessitavam que se lutasse por eles. O direito à justiça e à verdade – uma verdade outra, que não aquela contada pelos governantes – ainda estava em litígio e foi apenas dez anos depois, em 1996, que a luta por *verdad, justicia, memoria y nunca más* tomou fôlego e ganhou as ruas. Grupos de mães, familiares, sobreviventes, vítimas diretas ou indiretas, militantes de

²⁵ “Como consequência da lógica dos fatos originados pelo acordo celebrado entre partidos políticos e as Forças Armadas em agosto de 1984 e a fim de concluir a transição para a plena vigência da ordem constitucional, está caducado o exercício da pretensão punitiva do Estado sobre os delitos cometidos até 1º de Março de 1985 por funcionários militares e policiais, ou equivalentes por motivos políticos ou em ocasião do cumprimento de suas funções e em ocasiões de ações ordenadas pelos controles de onde atuaram durante o período em questão” (tradução nossa).

partidos de esquerda, sindicalistas, estudantes e demais interessados uniam suas vozes e em uníssonos faziam o Uruguai ouvir: “*Queremos saber la verdad*”²⁶ (LA REPUBLICA, 1996, p. 6).

Tal enunciado emblemático foi pronunciado por Tabaré Vasquez²⁷ frente a um anfiteatro lotado de pessoas interessadas em, mais de dez anos após a abertura política, manter firme a resistência necessária para fazer mover-se a engrenagem da justiça. Em um evento que reunia grandes nomes do cenário político, intelectual e cultural, uma vez mais, o Uruguai via o debate sobre a ditadura militar acender-se.

A cicatrização das feridas deixadas pelos anos de repressão dependia, em grande parte, de uma retratação do Estado frente à sociedade. Era preciso mais que palavras em pronunciamentos previsíveis, uma ação que levasse à cadeia aqueles que uniram forças para violentar um país inteiro. E nesse momento de somar forças para lutar, duas importantes vozes despontam para encontrar um caminho pelo qual se possa marchar para não marchar: Fernández e Michelini.

Em maio de 1996, o advogado uruguaio Gonzalo Fernández publica um artigo contundente que orientava os governantes e a população sobre “los fundamentos jurídicos del deber de investigar la suerte de los desaparecidos”²⁸ (LA REPUBLICA, 1996, p. 6). O jurista retomava a *Lei de caducidade* e propunha que se dedicasse atenção ao Artigo 4º e, partindo disso, junto de outros militantes como o futuro presidente Tabaré Vasquez, defendia a aplicação de uma lei que outrora fora duramente atacada. O artigo em questão legislava sobre “personas presuntamente detenidas en operaciones militares o policiales y desaparecidas así como de menores presuntamente secuestrados en similares condiciones”²⁹ e previa que, em caso de denúncias e abertura de processos, o Poder Executivo deveria abrir investigações destinadas ao esclarecimento das questões e fornecer informações aos denunciantes (URUGUAI, 1986).

Havia, então, um caminho. E havia representantes políticos que o desejassem trilhar. Rafael Michelini, eleito senador no ano de 1994, interessava-se duplamente pela questão da punição dos responsáveis pelos crimes ditatoriais: como cidadão uruguaio e como filho de Zelmari Michelini, sequestrado e assassinado pelo governo uruguaio quando em exílio na Argentina no ano de 1976. Em um momento de intenso debate sobre a verdade e a memória

²⁶ “Queremos saber a verdade” (tradução nossa).

²⁷ Importante nome da política uruguaia que cumpre hoje seu segundo mandato como presidente do país pelo partido Frente Ampla.

²⁸ “Os fundamentos jurídicos do dever de investigar o destino dos desaparecidos” (tradução nossa).

²⁹ “Pessoas alegadamente detidas em operações militares ou policiais e desaparecidas, assim como de menores alegadamente sequestrados em condições similares” (tradução nossa).

da ditadura, o senador ganhava visibilidade por suas posições sobre os processos judiciais que enfrentavam o Estado em busca de respostas.

Em entrevistas aos periódicos uruguaios, Rafael Michelini não escondia seu comprometimento com a investigação sobre os atos violentos do regime ditatorial militar que vitimou algumas centenas de uruguaios. Sua atividade política comprometida com a luta pós-ditatorial era declarada publicamente, como é possível compreender na leitura do trecho de uma entrevista do senador ao periódico *La Republica* reproduzido a seguir:

Como senador, tengo la responsabilidad de velar por todos los derechos, como hijo no me puedo olvidar de la tragedia, y como politico quiero que este tema se resuelva para el bien de la comunidad porque no quiero que se vuelvan a repetir nunca más [...]” el mejor homenaje a mi padre, y a todos aquellos que han caído, no sería recordarlos en forma teórica, sino que la verdad se sepa y que no vuelva a ocurrir³⁰ (LA REPUBLICA, 7 mai. 1996, p. 8-9).

As manifestações públicas do então senador provocaram respostas de ex-integrantes das Forças Armadas e, em pouco tempo, os jornais do país estavam dedicando grande parte de seus cadernos de política às discussões sobre os processos contra o Estado que deveriam ser abertos em grande número³¹.

Junto das manifestações públicas de militantes, mães e familiares de vítimas de crimes ditatoriais, representantes políticos e, de outro lado, dos ex-militares e representantes das Forças Armadas, uma série de protestos tomaram as ruas. Em pouco tempo, dentre todas as manifestações públicas em prol dos Direitos Humanos e da luta por Verdade e Justiça, uma delas ganhou destaque antes mesmo de acontecer: no dia três de maio de 1996, junto de uma notícia sobre um pronunciamento de Tabaré Vasquez pedindo por justiça, o jornal *La Republica* anunciava a chamada para uma marcha popular prevista para o dia vinte de maio.

No dia 7 de maio, novamente, a marcha figurou nas matérias da imprensa local, agora com mais detalhes. Essa ocorreria no dia 20 de maio, data em que completaria vinte anos do sequestro e morte de duas das mais emblemáticas vítimas do Terror de Estado (PADRÓS, 2005) ditatorial uruguaio, os já mencionados Héctor Gutierrez Ruiz e Zelmar Michelini.

Os manifestantes caminhariam calados do início ao fim do percurso, sem bandeiras de partidos políticos e sem realizar discursos por parte de qualquer organização ou manifestante

³⁰ Como senador, tenho a responsabilidade de velar por todos os direitos, como filho, não posso me esquecer da tragédia, e como político, quero que esta questão se resolva para o bem da comunidade, porque não quero que se repitam nunca mais [...] a melhor homenagem ao meu pai e a todos aqueles que caíram não seria lembrá-los de forma teórica, mas saber a verdade e não deixar que o mesmo ocorra novamente” (tradução nossa).

³¹ Por não ser o foco desse trabalho e por uma questão metodológica, não apresentamos aqui recortes dos jornais consultados para tal texto, entretanto, destaco a intensa publicação realizada pelo jornal uruguaio *La Republica*, que configurou uma importante fonte para a compreensão das condições de produção da *Marcha del Silencio*.

ao final da caminhada. O silêncio e os corpos marchantes seriam o discurso de protesto de sujeitos incansáveis na luta por justiça, surpreendendo não apenas aos simpatizantes da causa, mas principalmente os representantes do governo. Fizeram parte dos primeiros passos de organização representantes “del Frente Amplio, del PIT-CNT, familiares de detenidos-desaparecidos y varias organizaciones sociales que ya han comprometido su participación en dicho evento”³² (LA REPUBLICA, 7 mai. 1996, p. 7), além do Sindicato Médico do Uruguai, o Arcebisado de Montevideu, a Igreja Metodista, a Confluência Frenteamplista (Confa), o Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ UY), o Centro de Investigação Franciscano Popular e Ecológico (CIFPE) e o Instituto de Estudos Legais e Sociais do Uruguai (Ielsur).

Com o passar dos dias, uma série de outras organizações sociais juntou-se a estas, contando com importantes nomes da política e da academia nacional. Aderiram à marcha: Serviço pela Dignidade Humana; FEDEFAM (Regional Sur); Movimiento por la Vida y la Paz; Pastoral Social da Arquidiocese de Montevideu; Serviço de Reabilitação Social; União de Mulheres do Uruguay; Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEEUU); Universidade da República e mais cerca de vinte partidos políticos nacionais. As edições seguintes passaram a dar grande visibilidade para a *Marcha* e sua organização, informando a população sobre cada passo: as organizações envolvidas, suas pautas e seus meios de luta por verdade junto ao Estado e, por outro lado, abrindo espaço também para o discurso das organizações populares e políticas que se recusavam a somar seus passos à *Marcha del Silencio*.

Na edição do dia 9 de maio, no caderno de política, o jornal *La Republica* apresentou dados precisos sobre a marca que ainda restava inominada, mas recebia já a *consigna*³³ “*Por verdad, justicia y reconciliación*”³⁴ (LA REPUBLICA, 9 mai. 1996, p. 8). No dia 16 de maio, o jornal *La Republica* publicou, na íntegra, a convocatória para a marcha do dia 20, apresentando o texto composto pelos vários grupos envolvidos na organização, tornando pública a pauta e os objetivos do movimento e as informações básicas para participação do público (local, data, hora, etc.).

No dia 20 de maio de 1996, às 19 horas, partiu a primeira marcha por *verdade, memória e nunca mais*, silenciosamente percorrendo o trajeto entre a *Praça aos Desaparecidos na América* até a *Praça Liberdade*, no centro comercial da capital uruguaia.

³² “Da Frente Ampla, do PIT-CNT, familiares de detidos-desaparecidos e várias organizações sociais que se comprometeram com sua participação no evento” (tradução nossa).

³³ Manteremos a nomeação uruguaia *consigna*, sem tradução da Língua Espanhola para a Língua Portuguesa por acreditarmos que esta guarda sentidos da ordem do político.

³⁴ “Por verdade, justiça e reconciliação” (tradução nossa).

Após uma série de preparativos que envolveram discussões entre grupos favoráveis e contrários à marcha (um dos deputados do Partido Colorado, Guillermo Stirling, chegou a afirmar, em entrevista ao jornal *La Republica*, que a *Marcha* favoreceria revisionismos do passado e seria um passo em direção ao conflito entre os uruguaios), ela inundava as ruas e avenidas, mobilizando sentidos de luto e de luta.

Portando um grande cartaz estampado com o enunciado que sintetizou a *consigna* da primeira edição, “*Verdad, memoria y nunca más*”³⁵, um grande grupo de familiares de vítimas do Terror de Estado (PADRÓS, 2005) uruguaio tomavam a frente na marcha. Fotos das vítimas foram coladas a pequenas hastes de madeira e carregadas por familiares, amigos, companheiros de luta. O grupo surpreendia não só pelo grande número (muito maior do que se poderia imaginar), mas por sua configuração: idosos, jovens, crianças. Sob o frio intenso daquele 20 de maio, o *Uruguai* marchava em silêncio.

Dava-se início a uma longa marcha por justiça, longa e lenta marcha que construiria mais que uma memória compartilhada sobre os horrores de uma ditadura, mas uma luta comum por justiça sobre os fatos passados e por democracia para o presente e o futuro. Os sujeitos envolvidos naquele marchar não levaram para as ruas da capital apenas sua dor por familiares, amigos, companheiros de luta, mas seu manifesto por direitos essenciais, como à vida e à liberdade.

O silêncio dos marchantes não significava sua resignação frente às injustiças, mas um discurso de protesto frente ao silêncio dos poderosos que insistiam em ocultar a verdade sobre seus crimes. Aquela primeira *Marcha del Silencio*, em 1996, abriu espaço para a discussão sobre as lutas pós-ditatoriais e suas pautas, suas demandas. O que era possível cobrar do Estado? Como abordar questões tão dramáticas como o desaparecimento de crianças e a morte de famílias inteiras? Que tipo de retratação seria capaz de suprir a ânsia por verdade e justiça?

No dia seguinte à realização da *Marcha*, os jornais estampavam em suas manchetes o seu ineditismo e a surpresa pela imensa mobilização popular. Nesses dizeres que se construía sobre o evento, o choque para com o silêncio na *Marcha* assumia um lugar central. A maioria de nós tem experiência, empiricamente ou através de discursos, sobre os moldes de um protesto/manifestação popular de reivindicação por direitos na/da América Latina: canções, palavras de ordem, bandeiras de partidos políticos apoiadores do movimento e suas pautas... E se tal mobilização não contasse com grandes faixas nem bandeiras? E se, muito surpreendentemente, não houvesse cantos, discursos, palavras de ordem? “Apenas”

³⁵ “Verdade, memória e nunca mais” (tradução nossa).

silêncio.

Cerca de oitenta mil pessoas, portando flores e bandeiras uruguaias, ocuparam a Avenida *18 de Julio* (principal avenida da região central de Montevidéu). Segundo o relatado em reportagem de um jornal local, uma hora após o início da *Marcha*, diversas quadras da avenida estavam tomadas, “pero a esa altura lo más impactante, más aun que el número, era el silencio casi absoluto. Ni solo un grito, ni sola una consigna, todo era silencio y emoción”³⁶ (LA REPUBLICA, 21 mai. 1996, p. 02).

Descrita pelos periódicos nacionais (LA REPUBLICA e El Pais, ambos na edição do dia vinte e um de maio) como o episódio mais impressionante desde a queda da ditadura, a *Marcha del silencio* ocupou a capa de um dos principais jornais do país, estampando parte da multidão que se juntou ao caminhar silencioso. O jornal impresso uruguaio *La Republica* havia realizado uma grande cobertura sobre as discussões políticas que antecederam o acontecimento da *Marcha* e, no dia 21 de maio estampou em sua capa: ¿Quien hará callar este silencio?³⁷ (LA REPUBLICA, 21 mai. 1996, p. 1).

Desde o ano de 1996, todos os anos, no mesmo dia, local e horário, a *Marcha del Silencio* inunda as ruas de Montevidéu (e, em alguns anos, também de algumas cidades do interior do país) com seus passos lentos, seu silêncio profundo e sua mirada para o futuro. A cada ano atraindo mais marchantes, os sentidos de tal marchar foram movendo-se, atendendo a ânsias de diferentes grupos sociais que somaram sua luta à luta daqueles marchantes em movimento desde 1996: o pedido por verdade deixou de restringir-se aos casos das vítimas do período ditatorial, passando a tratar-se também de um manifesto pela democracia no presente e no futuro.

Como uma resposta positiva a tamanho empenho dos grupos de ativistas envolvidos com a organização e realização da *Marcha*, todos os anos o público comparece em grande número e sempre configurando uma multidão de diversas idades, classes sociais e diferentes posições políticas. A *Marcha del Silencio* uniu, ao longo do tempo, partidários de diferentes vertentes, jovens e idosos. Para pensar na *Marcha* em sua configuração mais recente, relembro o ano de 2015, ano em que se celebrou a realização da vigésima edição do evento e, em decorrência de tal data comemorativa, uma série de atividades artísticas, culturais e intelectuais (todas com forte comprometimento político) foram realizadas em espaços públicos, convidando a população a participar do debate sobre a situação política do país,

³⁶ “Mas a essa altura o mais impactante, mais ainda que o número [de pessoas] era o silêncio quase absoluto. Nem só um grito, nem só uma palavra de ordem, tudo era silêncio e emoção” (tradução nossa).

³⁷ “Quem fará calar este silêncio?” (tradução nossa).

sobre a história da ditadura militar, sobre as investigações e processos judiciais em andamento e, sobretudo, sobre a própria *Marcha del Silencio*. Especialmente nessa edição, foi instalada uma grande tela luminosa na frente do prédio da intendência administrativa de Montevideu, na qual foram projetadas, em um dos momentos mais emotivos da *Marcha*, fotos dos desaparecidos vítimas da ditadura militar uruguaia.

Como participantes das edições do ano de 2015 e 2016 da *Marcha del Silencio*, há uma série de impressões, fatos e pequenas histórias que nos sensibilizam e que parecem querer figurar em toda narrativa que empreendemos sobre o tema. Como analistas de discurso, acreditamos que, nesse ponto da reflexão, cabe pensar sobre esse silêncio que se constitui na *Marcha* e que é constitutivo dela. Penso que, se no período das marchas militares em 1970-1980, o silêncio efeito das interdições empreendidas pela política de silêncio (ORLANDI, 2007), o silêncio constitutivo da *Marcha* já não se trata de “pôr em silêncio”, mas de um silêncio fundador (Ibidem).

É preciso ter em vista que o silêncio, como visto, tem sua materialidade específica e, por isso, significa em relação necessária com o que lhe é exterior. Ora, os sentidos postos em movimento no silêncio daqueles que marcham no movimento social em questão não são mais os mesmos sentidos do silêncio efeito de interdições políticas. São diferentes *formas do silêncio* e diferentes condições de produção em que significa o silêncio. Nesse sentido, o silêncio constitutivo da *Marcha* fez ressoar vozes silenciadas: daqueles que desapareceram, daqueles que morreram, daqueles que já cansaram de bradar. É o silêncio da justiça que ora não responde aos apelos, ora fala sem nada comunicar; silêncio da memória nacional que evita revisitar o passado para não ouvir os gritos daqueles que estão presentes por sua ausência e tenta interditar sentidos controlando dizeres.

Tendo sido também exposta ao silêncio em tantas formas, buscamos para empreender um estudo sobre a *Marcha*, dizeres que a significassem, que trouxessem para o plano da língua algo desse movimento social. Desse caminho, podemos adiantar que os desvios e os tropeços foram essenciais para chegar onde chegamos: quando os passos já demonstravam uma certa perda de fôlego ao longo da trilha acidentada em busca por dizeres sobre a *Marcha del Silencio*, encontramos parte de um grupo social que dela é bastante próximo e que, mesmo assim, mais questionamentos apresentam: o grupo de *Familiares de Detidos Desaparecidos no Uruguai*.

Foi após termos conhecido integrantes deste grupo e conhecer seu trabalho de organização e intenso trabalho para realização do movimento social há já vinte anos que encontrei a trilha pela qual cheguei ao *corpus* que trago para este estudo. Compreendemos que

em um texto acadêmico “não cabe” uma narrativa que faça justiça ao que significou esse aproximar de percursos que fez com que nossa trilha se aproximasse da trilha do grupo de *Familiares*, então, o que é apresentado a seguir é o percurso trilhado por um viés metodológico e, para isso, a atenção é dada a questões da ordem da construção do arquivo de textos disponíveis sobre o objeto, da seleção do *corpus* e dos recortes dele tomados para análise.

4 HÁ CHAMADOS NO SILÊNCIO: PERCURSO DO ARQUIVO AO CORPUS

*Que escadas, que andaimes constroem o silêncio?
Onde o silêncio principia?
Onde ele começa a é claro ou escuro?
É no silêncio que se ouvem as vozes dos deuses?
Que lugar faz o silêncio?
(Sergio Fingermañ)*

Como explanado já na apresentação desta dissertação, nosso interesse acadêmico pela *Marcha del Silencio* inicia no primeiro semestre do ano de 2014. Desde então tomamos este movimento social como objeto de estudo e sua potência significativa fez mover em minhas reflexões uma série de questões teóricas e analíticas para as quais venho buscando entendimento. As questões suscitadas por sua discursividade eram muitas e, a fim de empreender uma investigação acadêmica, era preciso delimitar o espaço por onde transitaríamos, delimitar as questões possíveis de serem estudadas e o *corpus* a ser analisado.

Já no primeiro passo dado, aliando o conhecimento empírico de observadores do movimento (e marchantes), as leituras sobre o objeto e as reflexões possíveis a partir da articulação desse com a AD, apaixonamo-nos pelo silêncio enquanto categoria analítica. Perseguiu-lo. Buscamos-lo em diferentes espaços discursivos, em diferentes formas de significação. Buscávamos (em vão) “captar/capturar” sua materialidade simbólica (ORLANDI, 2007) e transformá-la em matéria observável. Logo tornou-se problemático: não importava qual movimento realizássemos, não era/é possível captar o silêncio, senão como o fizera o sujeito-lírico de Manoel de Barros, em um poema de extrema delicadeza, em uma fotografia simbólica captura o silêncio de uma aldeia³⁸, inscrevendo-nos também em fazeres da ordem do simbólico.

Por algum tempo não encontramos um caminho possível para desenvolver nossas reflexões sobre a *Marcha del Silencio* e as questões que (se) propunha(m) sobre ela. Parecia, como versara um atônito Álvaro de Campos, “tudo símbolos”³⁹ e, assim, tudo pouco provável de tornar-se *corpus*. E, sem um *corpus* que abrisse as portas para o trabalho com o objeto de estudo, onde buscar suporte para analisá-lo? Ou, ainda mais pontualmente, *o que analisar?* Onde e como relacionar a imbricação entre o simbólico e a materialidade discursiva, entre a materialidade discursiva e os sentidos em produção/circulação?

Foi um caminho difícil. Ao longo do tempo, as possibilidades passaram de muito poucas a um sem número de portas de entrada no objeto. Ao longo de nossas marchas em

³⁸ Menção ao poema “tentei fotografar o silêncio”, do célebre autor brasileiro Manoel de Barros.

³⁹ Versos do poema “Psiquetipia”, de Álvaro de Campos (heterônimo de Fernando Pessoa).

busca de conhecer e “descobrir” e “construir” saberes sobre a *Marcha del Silencio*, um grande número de materiais foi-nos ofertado. Panfletos de grupos politicamente engajados na luta pós-ditatorial, de sindicatos de trabalhadores e estudantis, documentos oficiais do governo uruguaio, jornais impressos e em versões digitais, publicações em *blogs* e *sites* de grupos de mães e familiares ou de instituições nacionais e internacionais apoiadoras do movimento social. Vídeos que circulavam por plataformas de acesso público *online* e registravam diferentes edições da *Marcha*, fotografias profissionais e amadoras. Nossos próprios registros audiovisuais. Entrevistas informais. Exposições artísticas em museus e ao ar livre. Documentários. Peças teatrais. Depoimentos de sobreviventes.

Estivemos frente a um grande número de testemunhos constituídos sob diferentes textualidades. Dizeres que se inscrevem em diferentes formações discursivas e ideológicas e que, assim, significam o objeto de nosso interesse de diversas formas. Textos que dizem muito sobre a *Marcha* e que significam este movimento social e político em diferentes condições de produção.

Dado o grande número de textos dispersos com que nos deparamos ao longo de dois anos de buscas, acreditamos que encontraríamos também uma produção acadêmica local (ou mesmo fora dos domínios uruguaio e, sobretudo, nas áreas de história, ciências políticas, sociais e da comunicação...) que se ocupasse do tema. As buscas foram igualmente engajadas, encontramos, igualmente, pessoas dispostas a apresentar “pistas”, direções possíveis. Consideramos que, devido ao tempo de realização do movimento social e à representatividade alcançada pela *Marcha* ao longo de vinte anos, seria uma investigação “fácil” dentro dos portões acadêmicos. Engano. Mesmo contando com a orientação (e boa vontade) de professores das áreas de Letras, História e Antropologia da Universidad de La Republica, na cidade de Montevideu, até então, nada encontramos, na produção acadêmica, sobre a *Marcha del Silencio*.

Por indicação daqueles professores, dedicamo-nos à investigação sobre a *Marcha* em periódicos uruguaio arquivados na *Biblioteca de La Republica* (Montevideu). Dedicamo-nos à leitura das edições dos meses de abril e maio dos anos de 1976, ano do assassinato dos uruguaio Gutiérrez e Michelini na Argentina, uma vez que já havíamos sabido (em diálogos informais com organizadores da *Marcha*) sobre a relação entre tais assassinatos e a organização da *Marcha del Silencio*, e 1996, ano de realização da primeira edição da *Marcha del Silencio*.

Trabalhando com edições dos jornais *La Republica* e *El Pais* por algum tempo e tendo reconhecido a riqueza dos textos apresentados nas matérias veiculadas por ambos sobre a

Marcha del Silencio do ano de 1996, decidimos, em um primeiro momento, mobilizar como *corpus* de análise as matérias publicadas sobre o movimento de organização e realização da *Marcha del Silencio*. Interessava-nos, neste ponto do percurso de constituição do *corpus*, o que aqueles textos traziam, marcado na língua, sobre a relação da memória com o discurso que significa a *Marcha* e como este significa o passado recente. Tornou-se um objetivo compreender como o discurso da *Marcha* “recupera” a memória para significar e, concomitantemente, para ressignificar o passado, “(re)construindo” a memória coletiva.

Em um segundo momento, tendo realizado uma segunda leitura atenta dos textos, selecionamos apenas matérias datadas do mês de maio de 1996, mês em que as atividades de organização da *Marcha* tornaram-se numerosas e figuraram quase que diariamente nas páginas dos jornais. Do arquivo constituído ao longo da busca por dizeres sobre a *Marcha*, parecia-nos, então, que estava selecionado o *corpus* a ser analisado e em uma das várias leituras dedicadas aos textos, um novo percurso se apresentou.

Dentre as matérias jornalísticas selecionadas para (re)leitura, constava a edição do dia dezesseis de maio de 1996 do periódico *La Republica*. Nessa edição, junto de uma série de publicações sobre o cenário político do país, que se agitava com as constantes discussões sobre os efeitos da ditadura das décadas de 1970 e 1980 e sobre as aberturas de processos e demais ações de vítimas e familiares, o caderno destinado aos assuntos de política publicou a primeira convocatória para a *Marcha del Silencio*.

A carta-convocatória para a *Marcha* do ano de 1996 já havia se destacado em nossas leituras por oferecer vias para refletir sobre condições de produção do discurso que significa o movimento social de modo que, entre outras informações, o elenco das instituições envolvidas na organização e realização da *Marcha* foi de grande interesse. Quando a carta foi retomada para leitura em um gesto que deveria ser de seleção de textos para composição do *corpus*, a constância do grupo de *Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos*⁴⁰ dentre o grupo de organizadores e realizadores do movimento abriu trilha para outras direções. O grupo popularmente conhecido no Uruguai como *Desaparecidos* tem sua sede em Montevideu e, como o nome indica, é composto majoritariamente por mães e demais familiares de presos políticos que se encontram, como dizem os documentos oficiais divulgados pela presidência uruguaia, “em situação de desaparecimento”⁴¹.

⁴⁰ As informações sobre os grupos de familiares em luta contra o regime ditatorial uruguaio, bem como sobre a formação do grupo de *Madres y Familiares...* são oriundas do texto de apresentação do grupo. Disponível em: <<http://desaparecidos.org.uy/nuestra-historia/>>. Acesso em: 1 out. 2016.

⁴¹ A expressão *situación de desaparecimiento* é empregada nos documentos oficiais do governo uruguaio em seus relatórios de investigações sobre a localização e situação das vítimas da ditadura militar, disponibilizados ao

Vários uruguaios com quem tivemos o prazer de conversar indicaram-nos o grupo *Desaparecidos* como uma possível fonte de informações sobre a *Marcha*, devido à sua ligação com a organização e realização da mesma desde sua primeira edição. Tal grupo tem atuação intensa, desde a década de 1970, no trabalho de busca por verdade e justiça no que toca as vítimas do regime ditatorial.

Em 1983, sob o nome de *Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos*, três grupos de militantes por *verdade e justiça*⁴² somaram suas forças para denunciar os crimes que implicaram em violações de direitos humanos, denunciando em nível nacional e internacional o Estado uruguaio. Desde então, o grupo vem tomando fôlego, movendo processos, promovendo debates, protestos, atividades culturais. A *Marcha del Silencio* é, sem dúvida, a mais emblemática dentre as movimentações em torno do tema, propostas pelo grupo

Os integrantes do grupo *Desaparecidos*⁴³ foram muito importantes em nosso percurso como colaboradores e incentivadores. Com tempo e diálogo com organizadores da *Marcha*, em conversas que giravam em torno de um interesse em comum, interessamo-nos pelo trabalho do grupo e dedicamos algum tempo a conhecer seu trabalho, estudar mais de perto suas ações, seus objetivos. Em 2016, por intermédio de uma das participantes da organização da *Marcha del Silencio* filiada ao grupo em questão e membro do *Servicio de Paz y Justicia Uruguay*, que já fora uma grande colaboradora em 2015, conhecemos as instalações físicas de atuação do grupo, participando, inclusive, da organização do material de trabalho da *Marcha* em sua vigésima primeira edição.

Além do endereço físico na cidade de Montevideu, onde o grupo realiza reuniões semanais para discussões sobre as atividades em desenvolvimento, há também um endereço virtual. Em tal *site* está disponibilizada uma série de materiais sobre o grupo, suas ações e sobre a *Marcha del Silencio*. Em meio a tantas informações e a esse entrelaçamento de caminhos, como se tocam, nesse estudo, a edição de dezesseis de maio de 1996 do jornal *La Republica* e o grupo de *Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos*? Como, a partir desse entrelaçamento, encontramos em outro espaço, outro caminho para marchar pela *Marcha* e, enfim, encontrar e delimitar o *corpus* que busco analisar, tomado de outro arquivo,

público pelo site da Secretaria de Direitos Humanos para o Passado Recente. Disponível em: <<http://sdh.gub.uy/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

⁴² *Asociación de Familiares de Uruguayos Desaparecidos (AFUDE)*, fundada por uruguaios em situação de exílio, na Europa, a *Familiares de Uruguayos Desaparecidos en Argentina*, ambas em atividade desde meados da década de 1970, e o grupo *Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos en Uruguay*, em atividade desde 1982.

⁴³ Assim que se chama, no vulgo, a ONG, acredito que em razão de ser a palavra destacada em seu logotipo, como é possível ver em: <<http://desaparecidos.org.uy/wp-content/uploads/2015/06/LogoFamiliares260.jpg>>. Acesso em: jun. 2016.

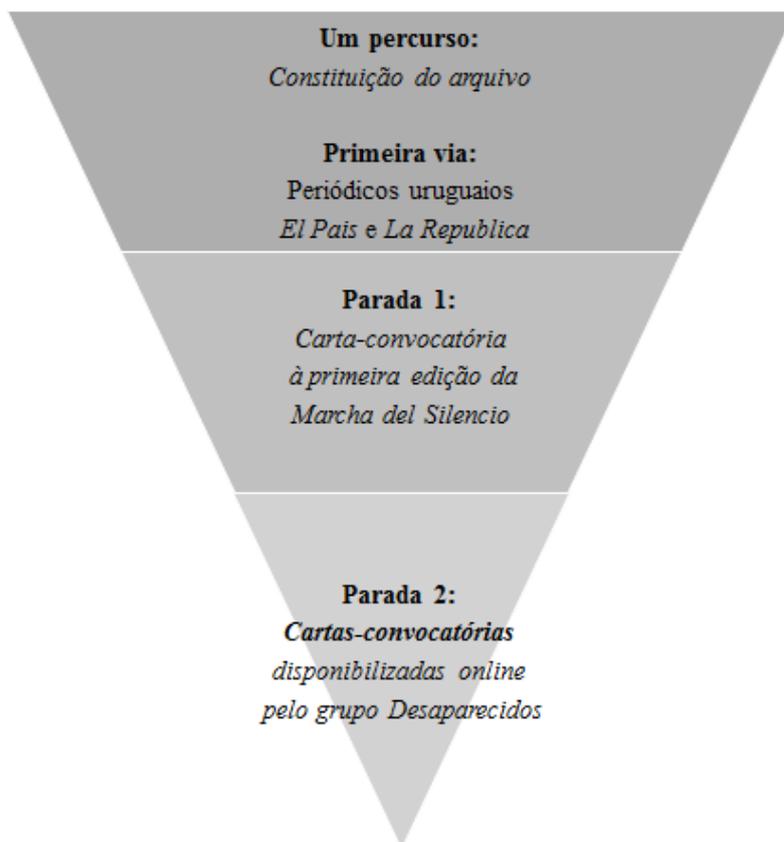
para responder nossa questão de pesquisa?

No *site* da ONG *Desaparecidos*, além do material mencionado, há uma seção intitulada *Documentos*, além de um livro de autoria coletiva do próprio grupo e um disco composto de canções que tematizam a luta anti e pós-ditatorial, disponível para audição *online*⁴⁴, há uma série de sentenças judiciais de âmbito nacional e internacional e, em separado, alguns *comunicados*. Não cabe aqui elencar todos os textos disponíveis em tal espaço do *site*, mas é importante informar que, entre textos que tecem comentários e/ou críticas sobre leis, proclamações públicas sobre a luta por verdade e justiça, cartas públicas à presidência uruguaia, consta uma série de documentos relacionados à *Marcha del Silencio* em suas diferentes edições, desde o ano de 1996 até o ano de 2016.

E os caminhos “se tocaram”: a carta-convocatória que fora publicada pelo jornal *La Republica* no dia dezesseis de maio de 1996 está também elencada entre os textos disponibilizados no *site* como uma *Convocatoria publica de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos*. Junto desta há outras cinco cartas-convocatória para a *Marcha del Silencio* datadas dos anos de 2005, 2006, 2009, 2015 e 2016. O caminho percorrido desde a constituição do arquivo até o encontro com o conjunto de textos que compõe o *corpus* deste estudo pode ser ilustrado pelo quadro apresentado a seguir:

⁴⁴ O álbum *Haciendo Memoria* está disponível gratuitamente em: <<http://desaparecidos.org.uy/haciendo-memoria/>>. Acesso em: ago. 2016.

Quadro 1 – Caminhando



Fonte: Autora.

Enfim, tomamos as cartas-convocatórias como conjunto de textos a ser analisado a fim de constituir o *corpus discursivo* deste estudo e nosso interesse por tal conjunto de textos se justifica, em um primeiro momento, por, em cada um deles, encontrarmos enunciados que formalizam as demandas e objetivos do movimento social em pauta. Interessam-nos, sobretudo, os enunciados que dizem da *Marcha* como um movimento de “**construção**” de memória - dizeres que vão ao encontro da questão de teórica que norteia este estudo, buscando compreender, em uma esfera teórica, o funcionamento da memória no discurso da *Marcha del Silencio* e, agora, fazendo questionar também, em um processo analítico, o funcionamento da *Marcha* e do discurso que a significa, em um processo de constituição de memória. E nesse gesto de leitura, fez-se a necessidade de mais uma parada no caminho, esta dedicada à reflexão sobre as noções de *arquivo* e *corpus* na ordem dos estudos discursivos. Foi através do estudo de tais noções e de seu funcionamento que se tornou possível realizar o gesto interpretativo pelo qual chegamos às sequências discursivas (noção também trazida para estudo) a serem mobilizadas em nosso gesto analítico.

4.1 DELIMITAÇÕES

No percurso delineado no encontro e estudo do conjunto de cartas-convocatórias para a *Marcha del Silencio* disponibilizadas no *site* do grupo de *Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos en Uruguay*, algumas paradas foram necessárias para refletir sobre questões de ordem metodológica. Para tanto, noções como a de arquivo e *corpus* foram mobilizadas em leituras de textos teóricos pertinentes aos estudos discursivos, guiando os passos que seguiram em direção da delimitação e recorte do *corpus*.

Em um primeiro momento, voltamos às reflexões pecheutianas sobre a noção de arquivo e seu funcionamento nos estudos discursivos, trazendo-o para o nível conceitual e o reconhecendo como um “*espaço polêmico das maneiras de ler*” (PÊCHEUX, 2010, p. 51 *grifos do autor*). Por este viés, o arquivo deve ser tomado em sua opacidade e complexidade (próprias ao discurso) e “devem ser considerados em suas condições de constituição, formulação e circulação de sentidos” (DELA-SILVA, 2015, p. 3).

Assim, se o arquivo não é um fundo de onde “buscamos” fatos a serem lidos e analisados, seu acesso já compõe, em si, um gesto de leitura, gesto empreendido por um sujeito que toma a posição de analista do discurso, está em jogo também, no processo de leitura e interpretação do arquivo, questões ideológicas. A imbricação (própria do aparato discursivo com o qual trabalhamos) entre língua e ideologia se faz sensível, uma vez mais, não apenas na constituição do arquivo, mas também no acesso e na leitura do mesmo (PÊCHEUX, 2010). É preciso ter em vista que o arquivo é constituído, acessado e lido (Ibidem) por sujeitos ideológicos, portanto, o discurso que nele se constitui (e a memória por ele posta em funcionamento) é, necessariamente, comprometido com questões atreladas às formações ideológicas e discursivas em que se inscrevem tais sujeitos. Por esta mesma relação entre o arquivo e a ideologia, cabe refletir sobre a constituição do mesmo: aquilo que fará (ou não) parte do arquivo responde também ao institucional, que faz circular alguns dizeres e silenciar (ORLANDI, 2007) outros.

Nesse caminho de reflexão teórica sobre o arquivo, chegamos ao entendimento de arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014a). Desse modo, não se trata do arquivo em uma concepção empírica (lugar de guarda/armazenamento de documentos ou mesmo um conjunto de documentos em textualidades diversas que restam sob responsabilidade de uma instituição qualquer...), mas de uma leitura teórica que compreende o arquivo na ordem do discurso, buscando observar nele os processos de constituição dos sentidos, considerando sua historicidade “traçando

percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas” (NUNES, 2005, p. 373).

Por constituir-se de tal forma que permite que o analista realize sobre ele gestos interpretativos a fim de, nesse processo, delimitar o *corpus* que será mobilizado na análise, nessa trilha teórico-metodológica, empreendemos um gesto de leitura que, de acordo com as propostas deste estudo, levou-nos ao conjunto de textos que compõem o *corpus* a ser analisado. A seleção dos textos que vieram a constituir o *corpus* deste estudo foi realizada seguindo a trilha de buscas às repetições no texto, com enunciados que formalizassem as demandas, o objetivo do movimento social e a *consigna* da edição em questão. Tal gesto decorre da leitura da carta do ano de 1996, ano da primeira edição da *Marcha*, na qual esses são alguns elementos mobilizados no texto para tratar da marcha. Em seguida, o gesto de leitura deu-se a partir da questão da historicidade do texto.

Como já foi mencionado, as cartas-convocatórias datam dos anos de 1996, 2005, 2009, 2011, 2015 e 2016, compreendendo vinte anos de *Marcha del Silencio* e, até então, vinte e uma edições da mesma. Desde meados da década de 1990 até o ano de 2016 não só o Uruguai sofreu uma série de mudanças em seu cenário sócio-político, como também a *Marcha* sofreu os efeitos de tais mudanças em sua configuração. Acreditamos que selecionar as cartas que seriam trazidas para o estudo analítico deveria levar em conta que refletir sobre o discurso implica considerar sua “constituição [...] fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo” (ORLANDI, 2005, p. 9).

Como resultado do percurso de tal trajeto deveríamos, então, chegar à delimitação do *corpus discursivo* (COURTINE, 2014, p. 28) sobre o qual dedicaríamos nosso gesto de análise pelo qual as reflexões teóricas seriam mobilizadas. Bem, se nos estudos vinculados à AD é parte do dispositivo metodológico a construção de um *corpus*, configurado como um conjunto de textos que, no seu interior configura um possível recorte, (PÊCHEUX, 2014), era necessário que focássemos com olhar analítico o arquivo que havíamos construído em nossas investigações. Assim, depreende-se que: a) não há possibilidade de haver um modelo de análise, um “passo a passo” a ser seguido pelo analista, a fim de obter sucesso em sua empreitada; b) o analista tem à sua disposição um vasto arcabouço teórico do qual, em decorrência da constituição do seu *corpus* e das questões de análise propostas, serão mobilizados/articulados conceitos que orientarão não “à resposta”, mas um caminho de leitura possível.

Ao longo de nosso estudo, compreendemos que, nos estudos discursivos, o dispositivo

teórico tem sua construção em relação ao corpus (e ao arquivo do qual este corpus faz parte) e às questões analíticas propostas. Foi importante, também, compreender que o *corpus* não é tomado em separado das CP nas quais se constitui e que delimitá-lo trata de, em “recortando amostras de representatividade, seja da língua, por meio de equivalências gramaticais, seja do discurso, por meio de comparação de enunciados” (DIAS, 2015), delimitar um conjunto de textos (ORLANDI, 1995) que serão analisados, sob o gesto interpretativo do analista, como via de entrada para a compreensão do discurso.

Sendo assim, as cartas a serem tomadas como *corpus* foram selecionadas tendo em vista a sua relação com um desenrolar cronológico das edições da *Marcha del Silencio*. Buscamos selecionar cartas-convocatórias que foram postas em circulação em momentos históricos que, em nossa leitura, são importantes para a constituição da *Marcha*. Compreendemos, também, que em cada uma dessas cartas, o teor rememorativo manifesta-se de formas diferentes, significando nas marcas da língua tal funcionamento discursivo. Tomamos as cartas-convocatórias como textos que nos aproximam do discurso que significa a *Marcha del Silencio*, recortes do texto, segmentos do discurso. Desta forma, constituem o *corpus* de análise desta dissertação as cartas dos anos de 1996 (primeira edição da *Marcha*), 2005 (décima edição) e 2015 (vigésima edição) cujos textos são apresentados em transcrição a seguir:

Texto 1: Carta-convocatória do ano de 1996

Por verdad, memória y nunca más marchamos en silencio el día 20 de mayo en homenaje a las víctimas de la dictadura militar y en repudio a las violaciones de los derechos humanos.

Nos concentraremos a las 19 horas en la Plaza a Los Desaparecidos en América, en Jackson y Avenida Rivera, para desde allí partir hacia la Plaza Libertad con flores y el pabellón nacional.

El homenaje a las víctimas no puede ser otro que el reconocimiento a través de la verdad de los hechos, la recuperación de la memoria y la exigencia de que en Uruguay nunca más exista la tortura las ejecuciones y la desaparición forzada de personas.

La sociedad debe poder reflexionar para no desconocer su historia, para no amputarla. A esta recuperación de la memoria colectiva queremos que todos nos sintamos convocados, marchando con banderas uruguayas, flores multicolores, en silencio y todos bajo la misma consigna: “verdad, memoria y nunca más”.

Convocan: Centro de Investigaciones y Promoción Franciscano y Ecológico (CIPFE), Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos, Servicio por la Dignidad Humana (SEDH), Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay (IELSUR), Servicio Paz y Justicia (SERPAJ), FEDEFAM (Regional Sur), PIT-CNT, Movimiento por la Vida y la Paz (MOVIPAZ), Sindicato Médico del Uruguay (SMU),

Pastoral Social de la Arquidiócesis de Montevideo, Iglesia Evangélica Metodista del Uruguay, Servicio de Rehabilitación social (SERSOC), Unión de Mujeres del Uruguay (UMU), Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), Universidad de la República, Asociación Cultural Israelita Dr. Jaime Zhitlovsky, Federación Nacional Independiente (lista 71 del Partido Nacional), Nuevo Espacio, Frente Amplio, Encuentro Progresista.

Texto 2: Carta-convocatoria do ano de 2005

20 de mayo 10ª marcha del silencio a las 19 hs. Desde la plaza de los desaparecidos de America (Jackson y Rivera) hasta Plaza Libertad.

Nuevos tiempos políticos, nuevas expectativas que nos llevan a renovadas esperanzas en torno a la verdad sobre nuestros desaparecidos.

Convocamos a marchar bajo la consigna: “PARA EL PASADO VERDAD, EN EL PRESENTE JUSTICIA, POR SIEMPRE MEMORIA Y NUNCA MÁS”.

En octubre próximo pasado entregamos a los candidatos a la Presidencia una plataforma que contenía los temas pendientes a resolver por los futuros gobiernos.

Dicho documento contiene los aportes de organizaciones de DDHH y victimas directas de terrorismo de estado.

Reclamamos toda la verdad sobre los hechos ocurridos en el periodo dictatorial y reclamamos justicia por los crímenes cometidos.

Es indispensable transitar los caminos hacia la justicia ya que sino hipotecamos el futuro y condenamos a las nuevas generaciones a a soportar nuevos crímenes contra la humanidad alentados por la impunidad que hoy gozan los criminales.

Son más de 210 nuestros desaparecidos y no alcanza con el reconocimiento del gobierno de la responsabilidad del Estado por las violaciones cometidas.

Reclamamos acciones concretas en torno a la reparación integral por parte del Estado a las victimas que el mismo Estado, agentes en su nombre, hayan violado sus derechos en forma flagrante llegando a configurar delitos de lesa humanidad.

Exigimos actos de justicia en devolver a todas las victimas su honor ubicándolos en los niveles de luchadores sociales y políticos.

Aportamos nuestro granito de arena en la construcción de la memoria colectiva, base de la historia verdadera de nuestro país.

Planteamos la necesidad. como lo hicimos ante la COPAZ, de incluir en los programas educativos la materia de EDUCACIÓN EN DDHH, especialmente en los cursos a militares y policías.

Pedimos la tipificación de los delitos de Desaparición Forzada integración y tortura, así como implementación de todos los Tratados y Pactos Internacionales sobre DDHH.

Bregamos por la conformación de una Comisión nacional de DDHH y la creación de la figura del Defensor del Pueblo.

Por ultimo, reiteramos, que, comprobado la coordinación represiva en el llamado Plan Cóndor la responsabilidad del Estado sobre los mas de 210 desaparecidos.

La VERDAD Y LA JUSTICIA, la construcción de la memoria nos asegurara un NUNCA MAS violaciones a los DDHH.

Texto 3: Carta-convocatória do ano de 2015

20ª Marcha del Silencio

Basta ya de impunidad! Verdad y Justicia. Lamentablemente, esta consigna sigue vigente a 20 años de la primera Marcha del Silencio, a 30 del retorno a la democracia, a 40 de que algunos familiares de detenidos-desaparecidos comenzaron a organizarse para buscar a sus seres queridos.

En estos largos años todo un país se ha visto obligado a presenciar un triste “juego del tesoro” – con trabajosas excavaciones muchas veces inducidas a lugares inexactos – y un juego de la “mosqueta”, ya que, cuando el Poder Legislativo – gestor de la Ley de Impunidad – y el Poder Ejecutivo – quien la aplicó indiscriminadamente hasta 2005- se volvieron flexibles, entró a tallar el Poder Judicial con postergaciones y pronunciamientos contrarios a la búsqueda de Verdad y Justicia.

Las “frías estadísticas” hablan de más de 200 uruguayos desaparecidos, entre hombres, mujeres e niños. Pero el hallazgo en los cuarteles de restos humanos con huesos rotos por los castigos, o asesinados con una bala en el cráneo como ocurrió con el maestro Julio Castro, le devuelve el sentido a palabras como tortura o desaparición. Palabras, que parafraseando al poeta, de tanto ser repetidas ya “no saben lo que dicen”.

La impunidad se sigue manifestando con militares que fugan, implicados que no hablan e instituciones que esconden sus archivos. Pero también son muchos los que pelean contra la indiferencia y asumen el costo emocional y político de reflexionar sobre lo ocurrido.

Para la convocatoria a la Marcha trabajaron junto a Familiares compañeros de Crysol, del Pit-Cnt, de Fucvam, de Ademu, así como familiares del grupo de Asesinados, integrantes de la comisión de DDHH y jóvenes armenios del Uruguay.

Con alegría por la gran participación de gente joven, este mes tan especial se ha visto colmado de actividades con funciones de cine en la Sala Zitarrosa de Montevideo y en otras salas digitales del interior, recitales y ponencias en la carpa de la Intendencia situada frente a la Universidad de la Republica, mesas redondas en varias facultades, etc.

Familiares editó un almanaque que va de mayo 2015 a abril de 2016, y editará en breve un disco llamado “Haciendo memoria” que reúne canciones de músicos uruguayos sobre la temática. Durante el año se irá informando sobre nuevos eventos.

La poeta Ana Demarco escribió versos que todos sentimos como propios: “Algunos serán río, otros serán tierra, pero nunca serán olvido”.

Como desde hace 20 años, mañana miércoles 20 de mayo marcharemos con la consigna **Basta ya de impunidad! Verdad y Justicia.** Los convocamos a que nos acompañen saliendo desde Rivera y Jackson a las 19 hs.

Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos

Quando da publicação da primeira carta-convocatória, no ano de 1996, (ver Texto 1) a *Marcha del Silencio* era, ainda, apenas um projeto. Em um momento de efervescência das discussões sobre as lutas por verdade e justiça, um movimento social que reuniria tantos grupos de tão diversas ordens – desde militantes políticos até membros de grupos religiosos –

foi acompanhado de muito perto pela mídia e pelas autoridades. Como foi possível acompanhar através da leitura das edições de maio de 1996 dos jornais *La Republica* e *El Pais*, o processo de construção da *Marcha* tocou em feridas antigas, trazendo à tona declarações polêmicas de antigos militares, vítimas, familiares, governantes que apoiavam ou condenavam o movimento. Nesse primeiro texto dedicado a convocar publicamente a sociedade para a *Marcha*, são trazidas informações como data e hora de realização, o trajeto a ser percorrido por ela, bem como o propósito do movimento. Desde o ano de sua primeira edição até o ano presente, 2016, não só o Uruguai sofreu uma série de mudanças em seu cenário político, mas também a *Marcha* foi reconfigurada enquanto movimento social, significando a conjuntura cambiante em que significa.

Na carta do ano de 2005 se mantém o tom de apresentação do movimento social e convocação do público a participar do mesmo. Compreendemos, entretanto, que o texto de tal carta significa também o percurso construído ao longo de quase dez anos, chegando à décima edição da *Marcha*, inserindo informações sobre a trajetória de lutas, a situação dos processos jurídicos movidos pelos grupos de mães e familiares, as dificuldades de sua marcha por justiça. Já no texto da carta do ano de 2015, quando a *Marcha* chega à vigésima edição, o texto se constitui carregado de dizeres que fazem significar a longa caminhada de lutas e a projeção deste caminho no futuro, mantendo as demandas de verdade, justiça, memória e nunca mais, demanda fortalecida na reconfiguração do movimento social que passa a congrega diversos grupos de luta por causas sociais sob a bandeira da *Marcha del Silencio*.

Compreendemos que tais cartas não configuram o discurso da *Marcha del Silencio* e tampouco dão conta de apresentar o discurso que a significa. Não é palpável o discurso, não é algo que aprisionemos em um texto compreendido de forma empírica, com início-meio-fim – o discurso é um processo de produção de sentidos, os textos, que tomamos como *corpus* de análise, são unidades significativas que se constituem em relação necessária – em sua significação – com o social. Nesse sentido, “o texto é um objeto histórico. Histórico aí não tem o sentido de ser o *texto* um documento, mas discurso. Assim, melhor seria dizer: o texto é um objeto linguístico-histórico” (ORLANDI, 1995, p. 112) e é esta configuração que nos oferece uma via de entrada no estudo do discurso que significa a *Marcha del Silencio*. Compreendendo ainda que o discurso, em sua “constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo” (ORLANDI, 2005, p. 9), tomamos que este texto que nos interessa analisar não pode ser interpretado sem ser considerada sua textualidade e sua historicidade, isto é, sua relação com um discurso que sustenta a interpretação e sua relação com a exterioridade que é constitutiva tanto do texto

quanto dos sentidos (ORLANDI, 1995).

4.2 NEM TODO PASSADO É MEMÓRIA, NEM TODA MEMÓRIA É PASSADO

Selecionadas as cartas-convocatórias que comporiam o *corpus* de análise deste estudo, nossa leitura foi acompanhada pelo interesse teórico despertado pelo objeto, instaurando uma vez mais a retomada das reflexões sobre o conceito de discurso, a fim de chegar a compreender as relações entre a língua e a exterioridade no processo de constituição de sentidos. Conforme desenvolvido na seção 2 “Primeiros passos de uma marcha sobre a Marcha” deste texto, compreendemos o discurso como “processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade” (ORLANDI, 2012, p. 21) que se constituem na e através da língua que, em uma perspectiva pecheutiana, é, como visto anteriormente, materialidade da ideologia.

É importante, neste ponto de nosso percurso, retomar aqui o que já tratávamos na referida seção, que o discurso não é um produto encerrado em si mesmo, cujos sentidos estão sempre pré-determinados e estáveis; em um sentido diverso (se não oposto), entendemos o discurso não como um produto, mas como um processo de produção de sentidos entre sujeitos, sentidos que se fazem em relação constitutiva com aquilo que, exterior à língua, é constitutivo de sentido. Exterioridade que abarca, entre outras, as determinações da ideologia e do histórico, como compreendido anteriormente, as condições de produção em que se constitui todo e qualquer dizer em lugar do discurso talvez.

No ponto da caminhada em que nos encontramos, o conceito de discurso, o entendimento de que este significa em sua inscrição necessária no histórico e no social, que o conceito de memória se torna parte de nossa trilha. Memória que, em nossa trilha, não é a memória *do indivíduo* ou a memória mera lembrança. Mas, de que falamos quando falamos de memória? Ao longo da leitura de textos fundadores da AD, encontramos uma série de noções que fazem evocar a memória em seu funcionamento discursivo (INDURSKY, 2011), noções como repetição, pré-construído e interdiscurso, todas elas trazidas à baila por Pêcheux na obra *Semântica e Discurso* (2009), tratam “de diferentes funcionamentos discursivos através dos quais a memória se materializa no discurso” (INDURSKY, 2011, p. 68). Porém, que memória é essa que se materializa no discurso, que significa e faz significar, que guarda tão essencial relação com o sentido?

Torna-se necessário considerar que não é possível responder à sedutora questão “o que é memória?”, nem sequer percorrer toda a trilha de estudos teóricos sobre o conceito de

memória em AD. Guiamos nossos passos pela trilha de reflexões realizadas por Pêcheux (2010, p. 50) que propõe considerar a memória “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória do historiador”, afastando-a, desta forma, de uma compreensão psicologizante. Por este viés, entendemos que a memória não é/está, em sua constituição, em seu funcionamento, alheia à história, portanto, não está alheia à luta de classes e, por conseguinte, não está jamais alheia ao funcionamento da ideologia. Nesta leitura que toma a memória como *social inscrita em práticas* pode-se entender que a memória não é algo como um “espaço livre” ao qual todos os sujeitos têm acesso de forma igualitária e podem “circular” por toda sua “área” igualmente.

Tomar a memória em sua relação com o discurso é compreender que, se é social, se é histórica, é necessariamente constituída sob o funcionamento da ideologia, não pode “ser concebida como uma esfera plena cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (PÊCHEUX, 2010, p. 56). Nem esfera plena, nem sentidos homogêneos – porque não é sem ramificações que se inscrevem na memória os acontecimentos históricos e as práticas sociais e não é sem efeito do trabalho da ideologia, desigual em si mesma, que se constituem os sentidos. A memória deve ser tomada então como “um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Ibidem, op. cit.), espaço em que o “passado” não é uno e igual a si mesmo, espaço sempre aberto para (re)leituras, (re)interpretações, ainda que se tente interditar o acesso.

Neste percurso, retomamos a compreensão de que os sentidos não estão *nas palavras*, mas que se constituem no discurso, na relação da língua com o que lhe é exterior, relação que coloca em movimento o que já foi dito antes, em outro lugar e o funcionamento da ideologia no processo de produção de sentidos. O conjunto destes saberes discursivos (os dizeres já ditos e ainda por dizer) é compreendido através da noção de *interdiscurso* (PÊCHEUX, 2009), um espaço em que os sentidos estão, mas que só são levados a significar quando inscritos em uma determinada formação discursiva. Ainda voltando a Pêcheux, compreendemos que o que faz com que se estabeleçam os “implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.)” necessários para que um “texto que surge como um acontecimento a ler” (PÊCHEUX, 2010, p. 52) signifique é o funcionamento da memória, compreendida na noção de *memória discursiva*. Memória que “diz respeito à *existência histórica do enunciado* no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2014, p. 105. grifos do autor), que diz respeito

àquilo que o enunciado *já* significou em outras FD no interior das quais se constitui sentido, outras CP que afetam materialmente o sentido.

É no funcionamento da memória discursiva que “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2012, p. 31) e tal funcionamento da memória faz com que esta seja constitutiva do discurso e do sentido.

E se a memória discursiva diz respeito aos sentidos que serão postos a significar, diz respeito também aos sentidos que serão interditados. “Ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD. A memória discursiva ainda tem um outro funcionamento: é em função dela que certos sentidos são ‘esquecidos’” (INDURSKY, 2011, p. 87), impossibilitados pelo funcionamento da formação ideológica em que se inscreve a formação discursiva, fazendo significar a memória como o espaço polêmico e conflituoso compreendido por Pêcheux (2009).

A inscrição do “passado” e seu acontecimento histórico, suas práticas sociais e seus dizeres no espaço da memória não se dá sem litígio, porque

o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é elegido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas (ROBIN, 2016, p. 31).

Tal reflexão sobre passado e memória, sobre esta espécie de “gerenciamento” da memória, faz com que, uma vez mais, compreendamos a noção de memória como espaço polêmico e disjunções. O espaço da memória não “lota” de sentidos inscritos, há um funcionamento do ideológico que determina o que será, ou não, inscrito na memória, fazendo entender que esta se constitui também em processos de interdição.

Tal caráter recortado faz questionar “como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, deslocada, restabelecida? de modo que os acontecimentos – históricos, midiáticos, culturais – são inscritos ou não” (NUNES, 2010, p. 7), são absorvidos pela memória como se não houvessem ocorrido ou escapam à inscrição (ORLANDI, 2007) ou, inscritos, provocam instabilidade na repetição que a constitui, ainda, como eles podem, também, escapar à inscrição?

Entendemos que este processo é sumariamente ideológico e político: assim como a

inscrição do sujeito em determinada formação discursiva implica em dizeres possíveis ou não, essa inscrição implica em inscrever ou não tais dizeres no histórico, de modo que façam parte ou não do processo de regularização (que é também um jogo de forças no qual a repetição que deve formar o “efeito de série” que promove a regularização (ACHARD, 2010) está sempre sob ameaça de ser desestabilizada/rompida por efeito da ideologia materializada em práticas sociais) que constitui memória. Regularização não entendida como mera repetição: descrever ou registrar os fatos sob qualquer textualidade não basta para que se constitua memória. “Se situarmos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico” (SCHERER; TASCETTO, 2003, s.p.), oscilação cujo efeito de fechamento é obra do analista em seu trabalho sobre o discurso.

Fazemos uma breve parada para refletir sobre o caso dos “voos da morte” realizados durante a ditadura militar uruguaia, prática cujo caráter violento e cruel nos é inadjetivável: pessoas sequestradas ou detidas pelo governo, em virtude de sua militância política considerada “subversiva”, eram atiradas do alto de um avião em pleno voo, para cair no Rio da Prata. Esta prática foi relatada de diversas formas e em diversas ocasiões por vítimas sobreviventes ao Terror de Estado (PADRÓS, 2005), por familiares de vítimas, por pessoas que se depararam com os corpos que chegavam à praia... E, apesar dos testemunhos daqueles que viam o horror, apesar do testemunho que o próprio corpo chegado à praia constituía, sobre tal prática ditatorial, imperava, uma vez mais, a *política de silêncio* (ORLANDI, 2007).

Entretanto, não bastava a repetição de tais registros, dos testemunhos compartilhados entre grupos, das demandas por verdade sobre os crimes. Era necessário que fosse *possível* inscrever tais dizeres – e seus sentidos de injustiça, impunidade, de crime bárbaro – na ordem de regularização da memória, era necessário que os dizeres que significavam tais práticas fossem permitidos, que a inscrição de tais dizeres na memória fosse *possível*. E se o jogo de forças em determinada conjuntura instaura uma dominação ideológica que interdita sentidos, instaura também um espaço dominado que não é passivo – uma vez mais, o “primado prático da luta de classes” que faz entender que “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2009, p. 281).

Interditar a inscrição de sentidos na memória faz entender que esta “é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncio e silenciamento” (ORLANDI, 2007, p. 59), silenciamento que, como já visto, é prática política, é prática de opressão (Ibidem) que produz um silêncio que vai significar na resistência do oprimido, que não torna seu não-dizer algo sem sentido, mas que o leva a significar em outra conjuntura. Se a política de silêncio (ORLANDI, 2007) da qual fez parte o Estado uruguaio,

durante tanto tempo, fez com que o acontecimento dos “Vôos da Morte” fosse interdito no percurso da significação em uma determinada conjuntura, este não deixou de significar no percurso dos sujeitos, em silêncio. Foi preciso esperar quase quarenta anos para que a força do silenciamento que interditava dizeres sobre a prática de violência empreendida pelo Terror de Estado (PADRÓS, 2005) cedesse à força dos sentidos que haviam sido “condenados” ao silêncio. É apenas no ano de 2012 que antropólogos forenses podem apresentar sem censura seus estudos sobre o tema⁴⁵ e inscrever tais dizeres em uma reprodução que não apenas o repete, mas o toma como fato de significação (DAVALLON, 2010) que deverá incorporá-lo no tecido social.

Tomamos a noção de repetição (de itens lexicais, de enunciados, de formas materiais) compreendendo que esta significa em sua inscrição na exterioridade e, em tal processo, tem como efeito também de pré-determinar implícitos “cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada” (ACHARD, 2010, p. 11) pela memorização que este processo realiza. Os implícitos funcionam no discurso apelando para a memória a fim de que possam ser (re)construídos no processo de significação. Achard (2010) compreende que são os implícitos que fazem funcionar no discurso o efeito de *consenso* dos sentidos da memória, efeito que não é infalível: “Uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais” (ACHARD, 2010, p. 16), procedimentos decorrentes do funcionamento da ideologia na materialidade do sentido.

Tal suscetibilidade ao desequilíbrio se dá porque “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” (PÊCHEUX, 2006, p. 56) das redes e trajetórias sociais e de memória em que se constitui, ou seja, “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2006,

⁴⁵ As investigações e estudos acadêmicos sobre a prática de assassinato designada como “*Vuelos de la muerte*” (“Vôos da morte”, em livre tradução) foram empreendidas pelos arqueólogos da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) que trabalham no sentido de recuperar e identificar restos mortais de vítimas das ditaduras militares argentina e uruguaia (Disponível em: <<http://www.eaaf.org/>>. Acesso em: nov. 2016). A EAAF realizou investigações em mais de trinta países da África, América, Ásia, Europa e Oceania e desempenhou papel de imensa importância no entendimento das manobras que entrelaçavam as diferentes ditaduras militares envolvidas no Plano Condor. No Uruguai, o Grupo de Investigação em Antropologia Forense (GIAF), vinculado à Universidad de La Republica, desenvolve trabalho semelhante e, mesmo tantos anos após o restabelecimento da democracia no país, sofre os efeitos da política de silêncio: no primeiro semestre do ano de 2016 a sede do GIAF, em Montevideu, sofreu um atentado no qual foram roubados computadores e outros equipamentos utilizados nas pesquisas e, também, destruídos materiais de pesquisa em laboratório. (Disponível em: <<http://alafforense.org/grupo-de-investigacion-en-arqueologia-forense-del-uruguay-giaf/>> e <<http://www.elobservador.com.uy/robo-humanidades-pistas-e-investigacion-entorno-laboratorio-n888985>>. Acesso em: nov. 2016). No ano de 2012, em divulgação dos resultados de tais pesquisas, finalmente o tema dos “Vôos da Morte” passou a ser posto para debate público, ganhando espaço e reconhecimento em diversas esferas de prática política.

p. 56). Não há identificação que se faça sem falhas e porque o peso do acontecimento discursivo – compreendido como uma memória com uma atualidade (Ibidem) – pode abalar as estruturas da constituição da memória e seus implícitos.

Assim, compreendemos que não há *um* sentido para significar a memória sobre determinado acontecimento histórico (midiático, social, cultural...), há sentidos possíveis, sentidos postos em silêncio: está em curso na memória, na estabilização de sentidos que significam a memória, um jogo de forças da ordem do social, do ideológico. Este jogo de forças provoca efeitos de sentido, faz com que, na memória, se signifique “a resistência” ou “os delinquentes ideológicos”. Sentidos que dizem respeito à inscrição e significação da memória no social.

Por este trajeto, chegamos a compreender que a questão da memória é, também, uma questão do social e que, assim sendo, há restrições na memória – restrições impostas pela “gestão social dos indivíduos [...] espaço administrativo (jurídico, econômico, político)” (PÊCHEUX, 2006, p. 30) que coloca cada um em seu lugar social e faz com que a polícia (RANCIÈRE, 1996) trabalhe para mantê-los neste lugar. Restrições impostas também pela formação discursiva na qual a memória é levada a significar, por políticas de silenciamento da memória, por outras formas de trabalho da ideologia no discurso.

Por este viés, compreendemos que, mesmo incorporado ao tecido social, a memória não significa de forma igual para todos – os sujeitos não são idênticos entre si ou a si mesmos, não são interpelados ideologicamente de forma igual e também não se constituem igualmente nos processos de identificação. A memória não significa sempre da mesma maneira porque também as condições de produção em que significa o discurso não são sempre as mesmas. Em síntese, a memória, tal como a entendemos nos estudos discursivos, é composta por “discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados” (INDURSKY, 2011, p. 71), cujos sentidos são questionados, esquecidos, silenciados, trazidos de volta do silêncio e colocados uma vez mais na ordem do repetível.

Entendemos que a memória é indelevelmente marcada pelo social, pelo funcionamento da luta de classes, pelo litígio de sentidos, e tal percurso nos faz lembrar a afirmação pecheutiana de que a luta de classes pode ser indiferente à língua, mas língua não é indiferente à luta de classes (PÊCHEUX, 2009) e trazer tal reflexão para o âmbito da memória: as classes podem ser indiferentes ao processo de inscrição de sentidos na memória, visto que não se trata de um processo que o sujeito possa controlar completamente, mas a memória não é indiferente à ininterrupta luta de classes e seus efeitos na constituição dos

sujeitos e do discurso.

Não é sem o trabalho da ideologia que a memória é constituída, tendo acontecimento histórico inscrito ou não. Não é, também, sem trabalho da ideologia que o silêncio (fundador) e o silenciamento (prática política) significam na memória. Tomamos esta compreensão de memória para “analisar as formas conflituosas da inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem e avançamos mais um passo na direção de nosso estudo sobre a *Marcha del Silencio*, recortando sequências discursivas que apontam para uma via de rastreio dos vestígios da memória na materialidade da língua, na materialidade do discurso.

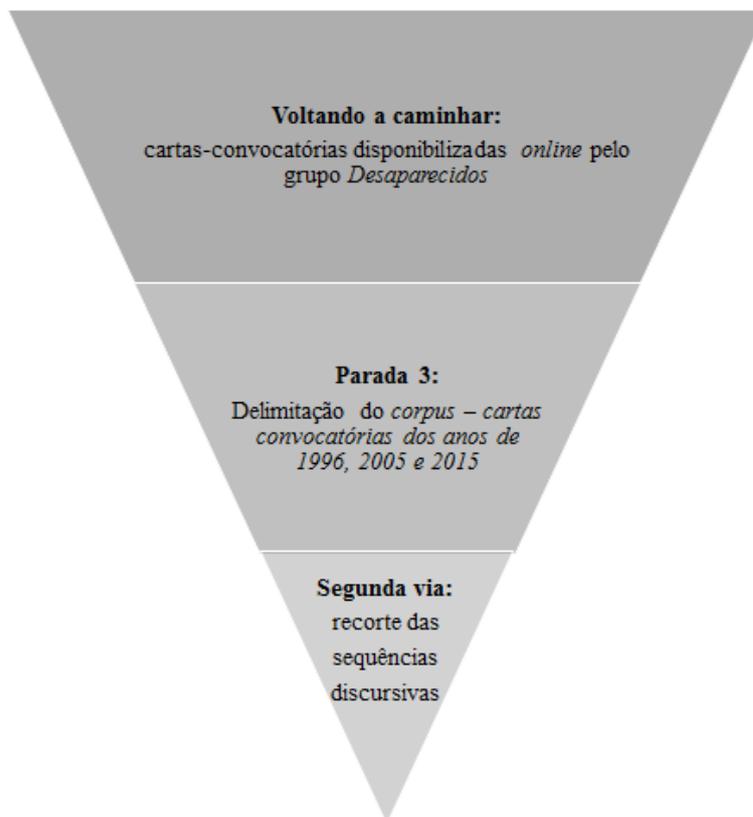
4.3 VESTÍGIOS DE MEMÓRIA

Para avançarmos em direção à análise que propomos, trazemos à baila a noção de *recorte discursivo* (ORLANDI, 1984). Tal noção permite compreender que *recortar o corpus* não se trata de uma simples seleção de “trechos”, de enunciados que atendem a pré-requisitos necessários para responder às questões analíticas propostas. Seguindo o que propõe Orlandi (1984), tal procedimento metodológico não se trata de simplesmente fragmentar o texto objeto de estudo e dele “extrair” unidades a serem analisadas, trata-se de constituir unidades discursivas tomadas para análise tendo respeitada “sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (ORLANDI, 2012, p. 63).

Tal reflexão leva-nos a compreender que tais recortes se constituem como *sequências discursivas* (COURTINE, 2016), segmentos de texto que guardam relação constitutiva entre si e com a formação discursiva (PÊCHEUX, 2009) na qual se constituem e se significam e que “dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2016, p. 20), compõem o corpus discursivo.

Tendo ancoragem nas reflexões teóricas sobre a noção de memória e seu funcionamento no discurso, avançamos alguns passos e chegamos ao conjunto de sequências discursivas (doravante referidas pela sigla SD) que tomaremos para análise. No gesto de recorte das SDs, buscamos atentar para os rastros, vestígios da memória materializados na língua. O percurso entre a delimitação do *corpus* e o recorte das sequências discursivas pode ser ilustrado pelo quadro seguir, que se configura como seguimento do Quadro 1 (p. 76):

Quadro 2– Ainda caminhando



Fonte: Autora.

Apresentamos a seguir as oito SDs mobilizadas para análise, numeradas e seguidas, entre parênteses, pela indicação do ano de publicação do texto da carta-convocatória a qual se referem. É partindo de tal texto que remetemos nosso estudo ao discurso, como uma via de entrada, de possibilidade de marcha pela análise desse discurso que nos interessa – o discurso que significa a *Marcha del Silencio*. Tal via (de constituição do arquivo, de buscar nele o *corpus*, de tomada do *corpus* para análise em recortes...) é necessária, pois o discurso não é algo posto, algo que possamos tocar, captar e trazer para junto de nós a fim de perscrutá-lo.

SD1 (1996)⁴⁶:

“Por *verdad, memoria y nunca más, marchamos en silencio* el día 20 de mayo en homenaje a las **víctimas de la dictadura militar** y en repudio a las violaciones de los derechos humanos”.

⁴⁶ “Por verdade, memória e nunca mais, marchamos em silêncio no dia 20 de maio em homenagem às vítimas da ditadura militar e em repúdio às violações dos direitos humanos” (tradução nossa).

SD2 (1996)⁴⁷:

“**El homenaje a las víctimas** no puede ser otro que el reconocimiento a través de la verdad de los hechos, **la recuperación de la memoria** y la exigencia de que en Uruguay nunca más exista la tortura”.

SD3 (1996)⁴⁸:

“La sociedad debe poder **reflexionar para no desconocer su historia**, para no amputarla. A esta **recuperación de la memoria colectiva** queremos que todos nos sintamos convocados [...]”.

SD4 (2005)⁴⁹:

“Para el pasado, verdad, en el presente, justicia, **por siempre memoria y nunca más**”.

SD5 (2005)⁵⁰:

“Aportamos nuestro granito de arena en la **construcción de la memoria colectiva**, base de la historia verdadera de nuestro país”.

SD6 (2005)⁵¹:

“La VERDADE Y LA JUSTICIA, **la construcción de la memoria** nos asegurara un NUNCA MÁS violaciones a los DDHH”.

SD7 (2015)⁵²:

“*Basta ya de impunidad! Verdad y Justicia*. Lamentablemente, **esta consigna sigue vigente a 20 años de la primera Marcha del Silencio, a 30 del retorno a la democracia, a 40 de que algunos familiares de detenidos-desaparecidos comenzaram a organizarse** para

⁴⁷ “A homenagem às vítimas não pode ser outra que não a verdade através do reconhecimento dos feitos, a recuperação da memória e a exigência que no Uruguai nunca mais exista a tortura” (tradução nossa).

⁴⁸ “A sociedade deve poder refletir para não desconhecer sua história, para não amputá-la. A esta recuperação da memória coletiva todos nos sintamos convocados” (tradução nossa).

⁴⁹ “Para o passado, verdade, no presente, justiça, para sempre memória e nunca mais” (tradução nossa).

⁵⁰ “Colocamos nosso grão de areia na construção da memória coletiva, base da história verdadeira de nosso país” (tradução nossa).

⁵¹ “A verdade e a justiça, a construção da memória nos assegurará um nunca mais violações dos direitos humanos” (tradução nossa).

⁵² “Basta já de impunidade! Verdade e Justiça. Lamentavelmente, esta *consigna* segue vigente a vinte anos da primeira *Marcha del Silencio*, a trinta do retorno à democracia, a quarenta desde que alguns familiares de detidos-desaparecidos começaram a organizarem-se para buscar a seus entes queridos” (tradução nossa).

buscar a sus seres queridos”.

SD8 (2015)⁵³:

“La poeta Ana Demarco escribió versos que todos sentimos como propios: “Algunos serán río, otros serán tierra, pero **nunca serán olvido**”.

4.4 TRILHA DO DISCURSO, MARCHA DA MEMÓRIA

A cada passo dado nessa marcha, marcha pela *Marcha*, nossos esforços foram em direção de encontrar, no terreno acidentado, uma via que aproximasse, até entrelaçar, as reflexões teóricas propostas pela Análise de Discurso e o gesto analítico dedicado ao objeto discursivo deste trabalho, o discurso que significa a *Marcha del Silencio*. Nesse percurso, não encontramos uma resposta, mas uma via de entendimento na interpretação construída na mobilização do dispositivo teórico e metodológico erigido em nosso estudo. Se, neste momento, traçássemos um mapa virtual que apontasse as direções, as trilhas percorridas para chegar a uma análise do discurso que significa a *Marcha*, se o traçássemos em vermelho, teríamos algo como um emaranhado de linhas que se perpassam, se encontram, se bifurcam, se enredam e que não se acabam – porque não se separam, porque não existem isoladas. Linhas que se constituem em uma circulação que não quer parar, pulsando questionamentos, inquietações discursivas, fazendo lembrar as veias (eternamente) abertas da América Latina de Eduardo Galeano (que também é nossa...).

Nessa trilha que puxa e segue o fio do discurso que significa a *Marcha del Silencio*, pé atrás de pé, seguimos para mais um passo de nossa análise, agora trazendo à baila, uma vez mais, as SDs apresentadas anteriormente, tomando-as como recorte de um *corpus* discursivo, corpus que não dá conta *do discurso*, mas que, em se tomando a língua como lugar de memória (ORLANDI, 2012), abre vias para a análise do discurso em questão. É no enredar destes fios imaginários, materializados na língua, que construímos (sem inaugurar) e percorremos (sem esgotar as possibilidades) uma análise do discurso que significa a *Marcha del Silencio* como movimento social que visa “recuperar” e “(re)construir” (nomeações constantes nos textos das cartas-convocatórias e que traremos à discussão a seguir) memória. Nesta trilha, a tomada das SDs aponta para um caminho de rastrear vestígios, marcas da memória na materialidade da língua, marcas que, em uma leitura discursiva, conduzem-nos

⁵³ “A poetisa Ana Demarco escreveu versos que todos sentimos como próprios: “Alguns serão rio, outros serão terra, porém nunca serão esquecidos/esquecimento” (tradução nossa).

para um entendimento dos efeitos da memória na constituição e significação do discurso e, em seguida, para os efeitos de sentido da *Marcha* na significação dos sentidos inscritos e estabilizados na memória sobre o acontecimento histórico que o movimento social e político pauta.

Para tanto, mobilizamos uma questão teórica (o papel da memória no discurso) e uma questão analítica: qual o papel da memória na constituição e significação do discurso que significa a *Marcha del Silencio*? Quais os efeitos de sentido de tal discurso em relação constitutiva com a memória? Tais questões nortearam nossos passos e auxiliaram-nos na trilha dos objetivos de compreender a relação entre memória e discurso, compreender como a memória tem efeito de condição do significar e, por outro lado, em batimento, compreender como o discurso faz significar a memória e faz *ressignificar* a memória. Buscamos, ainda, compreender como este discurso que significa a *Marcha* a significa como movimento social e político e, sobretudo, como movimento que formaliza e materializa demandas que são, também, da ordem da memória. Por tal trajeto, chegamos a um entendimento de como a *Marcha del Silencio* chega a significar na memória, como veremos a seguir.

Nosso foco é direcionado, na leitura das SDs, a rastrear nos vestígios da materialidade linguística, marcas linguísticas que se repetem e se mantêm e, paralelamente, outras marcas que “se perdem”. Apresentamos no quadro abaixo uma síntese e ilustração do trajeto de leitura que orientará os passos a seguir. Em cada coluna apresentamos recortes das oito SDs selecionadas para estudo, agrupados pelo ano de referência das cartas-convocatórias das quais são oriundas as SDs. Os grifos em diferentes cores sinalizam repetições marcadas linguisticamente, seja em repetição da palavra ou por meio de paráfrase, cujos efeitos de sentido serão estudados a seguir:

Quadro 3 – Recorte de sequências discursivas

1996	2005	2015
<p>SD1 Verdad, memoria y nunca más</p> <p>SD2 Homenaje a las víctimas [...] reconocimiento de la verdad de los hechos; recuperacion de La memoria</p> <p>SD3 Reflexionar [...] historia [...] recuperación de memoria colectiva</p>	<p>SD4 Para El pasado, verdad, Por siempre memoria y nunca más</p> <p>SD5 Construcion de La memoria colectiva</p> <p>SD6 Verdad y justicia [...] construccion de La memoria [...] nunca más violaciones a los DDHH</p>	<p>SD7 Verdad y justicia [...] esta consigna sigue vigente a 20 años de La primera Marcha del Silencio, a 30 del retorno a La democracia, a 40 de que algunos familiares de detenidos-desaparecidos comenaram a organizarse</p> <p>SD8 Algunos serán rio, otros serán tierra, pero nunca serán olvido (precisava deixar nunca e olvido como meio a meio a cor)</p>

Fonte: Autora.

Um primeiro apontamento diz respeito ao nosso entendimento da repetição de cinco “elementos” que, em nossa leitura, indicam tanto o cerne das demandas da *Marcha del Silencio* enquanto movimento social e político quanto o centro do sítio de significância do discurso que a significa. *Verdade, memória, nunca mais, vítimas e justiça*: no texto das três cartas-convocatórias tomadas como *corpus*, repetem-se estes elementos. No conjunto de SDs, *verdade* repete-se sob a mesma forma linguística, o que não implica em efeitos de sentido “idênticos” entre si (se é que isso é possível...) em cada um dos textos, visto que são tomadas como *sequências de um discurso*. Vejamos.

Temos *verdade* como algo porque se marcha (SD1 [1996]), como imperativo do presente na sociedade em que se constitui o movimento social (SD4 [2005]), como aquela que garantiria o respeito aos direitos humanos (SD6 [2005]) e como demanda indispensável para a punição dos culpados pelos crimes cometidos durante a ditadura militar uruguaia das décadas de 1970 e 1980 (SD7 [2015]), ponto central no estudo das condições de produção do discurso da *Marcha del Silencio*.

Tomando tais SDs recortadas do corpus como sequências do discurso, considerando as condições de produção e atentando para a historicidade que significa em tais dizeres, compreendemos que a *verdade*, que não cansa de se repetir, vem provocar efeitos de sentido

que significam a busca por esclarecimentos sobre os crimes cometidos pelos militares durante a ditadura uruguaia, crimes de violação dos direitos humanos (SD1 [1996]; SD6 [2005]) que se deram no passado, mas que ecoam, no presente, pela impunidade dos culpados (SD7 [2015]). Ter ciência da verdade – que entendemos como *esclarecimentos* no âmbito jurídico sobre os crimes – é o que tornaria possível o fim da impunidade, impunidade que atormenta vítimas e familiares que, há quarenta anos (SD8 [2015]), somam forças nessa luta desigual entre opressor e oprimido.

De nosso ponto de vista, *verdade* significa também a *homenagem* às vítimas que a *Marcha* se propõe a realizar (no movimento social) e significar (no discurso, no movimento da memória): em se tendo conhecimento dos ocorridos, de quem são os culpados e quem são as vítimas, do caráter terrorista⁵⁴ e de desrespeito aos direitos humanos⁵⁵ dos crimes cometidos pelos agentes da ditadura militar, é possível o desenrolar de processos judiciais contra o Estado Uruguaio ou a busca por vítimas desaparecidas (vivas ou mortas...). É por efeito desta *verdade* que se torna possível, também, recuperar os dizeres sobre os acontecimentos históricos da ditadura militar que foram inscritos na memória significando a resistência como “o mal vermelho” (VILLALOBOS, 2006), o “inimigo interno” (FERNANDES, 2009) e colocá-los em reflexão (SD3 [1996]), percurso que deverá inscrever na memória coletiva outros sentidos, instaurando outras significações sobre o tema (SD5 [2005]; SD6 [2005]).

Em “alcançada” a *verdade* sobre os feitos da ditadura militar uruguaia e esta posta para reflexão na “recuperação” da memória (coletiva) sobre tal acontecimento histórico (“el reconocimiento de La verdad de los hechos, La recuperación de La memoria” SD2 [1996]), um passo é dado na direção da *justiça*. Justiça no “reconhecimento da verdade dos feitos” (SD2 [1996]) criminosos da ditadura. Justiça também quando, em tendo-se esclarecidos os fatos, tendo-se posta “a verdade”, torne-se possível inscrever na ordem da repetição sentidos que signifiquem o reconhecimento de responsabilidades por parte do Estado, reconhecimento de que aqueles sujeitos que tiveram seu trajeto de significação interdito não eram/são “delinquentes ideológicos” (VILLALOBOS, 2006), não eram o mal vermelho que deveria ser extirpado da América Latina – eram, isto sim, expressão de resistência. Reconhecimento de

⁵⁴ “Terrorista” no sentido de decorrente da prática de Terror de Estado empreendida pelo governo ditatorial uruguaio (PADRÓS, 2005).

⁵⁵ A Declaração Universal dos Direitos Humanos data do ano de 1948, poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, e foi elaborada a fim de garantir direitos inalienáveis, visando um estado permanente de paz, justiça, igualdade e liberdade no mundo abalado por duas grandes guerras. O texto da Declaração encontra-se disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: nov. 2016.

que se há vítima, há algoz, e a ditadura militar uruguaia não se fez em abstração, se fez em práticas de silenciamento materializadas sob formas diversas.

Percebemos, tomando *verdade* como elemento de significação do discurso que significa a *Marcha* (e mesmo do discurso *da Marcha* como movimento social), que não se trata da verdade posta por comissões e investigações governamentais, não se trata da verdade comprovada por “provas”, por peritos, por textos de centenas de páginas assinadas e carimbadas, verdade com data de nascimento e sempre em vias de ser relegada a um qualquer lugar. A verdade, neste discurso, é *uma verdade*, verdade que se constitui e significa sob um olhar bastante preciso, o mesmo olhar sob o qual se constitui e significa o discurso que diz da *Marcha del Silencio*: o olhar de um sujeito inscrito em uma formação discursiva na qual é preciso abrir espaço mais para o significar da memória, menos para o significar da história (em um sentido de narrativa disciplinar dos fatos históricos). Robin (2016) compreende que a sociedade atual vive em um outro momento de memória, momento em que as memórias das testemunhas “estão sendo desapropriadas. No lugar delas, outros discursos, outras formas de representação, talvez outras memórias” (ROBIN, 2016, p. 238), outras significações para a memória.

De que testemunhas falamos? Que testemunhas são essas que, em seu discurso, significariam a (*uma*) *verdade* que a *Marcha* persegue? Robin (2016) trata de testemunhas como aqueles que foram sujeitos do acontecimento histórico, que “tiveram a sorte de sobreviver” (Ibidem, p. 239) e que se constituem em *testemunhas*. Essa verdade-testemunho, “memória angustiante, que conhece seus limites e os desgastes do tempo” (Ibidem, p. 249) não se atém a datas e fatos, a nomes, localizações geográficas específicas – ela *significa*, sob a ótica da testemunha, a *verdade* que exige o *nunca mais*, porque é neste testemunho que se significam, no discurso, os efeitos da política de silêncio (ORLANDI, 2007), os efeitos da interdição de significar, os efeitos daquilo que, para a justiça institucional, é um crime de violação dos direitos humanos. Ainda, no discurso que significa a *Marcha*, a verdade-testemunho é também a ausência da testemunha: o desaparecimento. Há, em incontáveis páginas resultadas de pesquisas históricas encomendadas pela presidência uruguaia (sob responsabilidade de historiadores parceiros da *Secretaria de Direitos Humanos para o Passado Recente*), nomes de uruguaias e uruguaios que restam em *situação de desaparecimento*⁵⁶. Cada um destes nomes diz respeito a uma testemunha desaparecida que,

⁵⁶ Os resultados de tais estudos encontram-se disponíveis em <<http://sdh.gub.uy/>>. Acesso em: set. 2016. A nomeação *situação de desaparecimento* interessa-nos pelo efeito de sentido que, em nossa leitura, provoca, significando que não há um ponto final para este caso, o Estado não assume a responsabilidade de um

no silêncio que significa sua ausência, significa a *uma verdade* que a *Marcha* exige.

Materializa-se na língua a relação litigiosa da inscrição de sentidos que significam a resistência dos sujeitos em posição de vítimas – que, em seu desaparecimento, significam a política ditatorial de silenciamento (ORLANDI, 2007) daqueles que desestabilizavam a ordem imposta – e a violência inominável e ainda impune dos opressores e guarda relações com a questão da *justiça*. Justiça para quem? Que justiça? Quem faz justiça?

Abrimos espaço para um evento bastante recente e que nos faz refletir sobre os sentidos de *justiça* no discurso da *Marcha del Silencio*: no dia cinco de janeiro do ano de 2017, a *Comissão Especial da Lei de Reparação às Vítimas da Atuação Ilegítima do Estado* durante o regime ditatorial uruguaio concedeu indenizações de caráter econômico a quatrocentas e treze pessoas e emitiu certificados de responsabilidade do Estado por crimes de violação aos direitos humanos⁵⁷. Tal decisão do Estado foi recebida pelos familiares e vítimas sobreviventes com uma pergunta: e os culpados? Qual a *punição* para os culpados?

Indenizar as vítimas e reconhecer a responsabilidade do Estado, nesta conjuntura, significa tentar, uma vez mais, calar sujeitos e sentidos: o Estado reconhece sua culpa, mas não aponta os culpados, não referenda as denúncias das vítimas, dos familiares, segue silenciando (ORLANDI, 2007) sobre questões que, trazidas à superfície, significariam os crimes bárbaros da ditadura como uma perseguição desmedida àqueles que ofereceram resistência ao regime.

Fazendo questionar onde estão e quem são os *culpados* pelos crimes cometidos durante o regime ditatorial, a *Marcha del Silencio* faz questionar também sobre as *vítimas*. Buscamos, na leitura das sequências discursivas apresentadas anteriormente, recortes que nos orientam em uma leitura que visa um entendimento sobre *como* a questão das vítimas é significada no discurso do movimento social. No quadro a seguir, apresentamos recortes das sequências discursivas SD1 (1996), SD2 (1996), SD6 (2005), SD7 (2015) e SD8 (2015) que mobilizaremos em nossa leitura:

desaparecido, mas de alguém que, estando nesta situação, pode retornar a qualquer momento.

⁵⁷ Disponível em <<http://historiadaditadura.com.br/imprensa/uruguai-indeniza-413-vitimas-da-ditadura-militar-que-ocorre-de-1968-a-1985>>. Acesso em: jan. 2017.

Quadro 4 – Recortes SDs

1996	SD1 “ víctimas de La dictadura militar” SD2 “El homenaje a las víctimas ”
2005	SD6 “nunca más violaciones de los DDHH ”
2015	SD7 “algunos familiares de detenidos-desaparecidos ” SD8 “ Algunos serán río, otros serán tierra, pero nunca seran olvido ”

Fonte: Autora.

Compreendemos que a questão das *víctimas* é significada em diferentes formas linguísticas, por um processo de paráfrase – que apreendemos como um processo que indica que “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2013, p. 36), trabalhando para a estabilização, estabelecendo um jogo de forças entre o mesmo e o diferente: diz-se o mesmo, mas diz-se diferente. E, em se “dizendo diferente”, tendo em conta que os sentidos não estão “colados” (ORLANDI, 2012) às palavras, os efeitos de sentido são, por sua vez, outros.

No quadro acima, grifamos em negrito as marcas linguísticas que repetem a questão das *víctimas*. Se na sequência discursiva recortada do texto da carta de 1996 os sentidos de “víctimas” são materializados na própria nomeação, repetindo-se e provocando um efeito de sentido de evidência de *quem* são as vítimas, nas seguintes temos outros processos em curso. É preciso atentar para as condições de produção do texto da primeira carta-convocatória das quais tomamos as sequências discursivas (SD1; SD2; SD3) para análise e ter em conta que, em 1996, ano da primeira edição da *Marcha del Silencio*, o debate público sobre as necessárias punições ao Estado e aos militares que trabalharam para a instauração da ditadura e do Terror de Estado (PADRÓS, 2005) ainda estava dando seus primeiros passos. Se os sentidos se constituem não apenas na construção do texto, mas em sua circulação social (ORLANDI, 2012) e se a repetição trabalha para estabilização de sentidos e inscrição dos mesmos pela memória, a repetição do nome “*víctimas*” no texto de 1996, em nossa leitura, provoca efeitos de sentido que significam a necessidade, em tal conjuntura, de se dizer da ditadura militar e seus agentes como algoz e aqueles que, em nome de sua luta política sofreram os efeitos da política de silêncio (ORLANDI, 2007).

No texto do ano de 2005, inscrevem-se outros sentidos para vítima no discurso. Quase dez anos depois do primeiro passo da *Marcha* em direção à “recuperação” da memória (SD2

[1996]) sobre a ditadura militar, os sentidos de “vítima” vêm significar em paráfrase: “Nunca más violaciones a los DDHH⁵⁸”. Retomam-se da memória discursiva os sentidos de *vítima da ditadura militar* e, se os inscreve na materialidade da língua sob outra forma, diz-se “o mesmo”, mas “diferente”. Diz-se da *vítima da ditadura militar* como *vítimas* não de qualquer crime, mas de crimes que violam os direitos humanos. Detenções arbitrárias, sequestros, desaparecimento, tortura (física e psicológica), assassinatos – é por *vítimas* destes crimes e por estes crimes cometidos *pelo Estado* que se pede por *verdade e justiça*.

No texto de 2015, os vestígios da memória na língua provocam efeitos de sentido que significam, vinte anos depois da primeira *Marcha* (SD7 [2015]), a luta e o luto: são *vítimas* aqueles que sofreram toda sorte de violência pelo Estado e seu aparelho repressor (ALTHUSSER, 1985), porém são *vítimas* também os “*familiares de detenidos-desaparecidos*” que há quarenta anos organizam-se em luta por *justiça* (SD7 [2015]). Orientamos nosso olhar para as condições de produção de tais dizeres e atentamos para que, durante a *Marcha del Silencio* do ano de 2015, um dos mais importantes nomes da luta pós-ditatorial uruguaia, a senhora Luisa Cuesta, pela primeira vez, não pode fazer-se presente; com a saúde fragilizada pela avançada idade e pelo frio rigoroso, Luisa fez-se presente apenas em cartazes que estampavam seu rosto e o enunciado “*en tu nombre*⁵⁹”. Assim como Luisa, várias outras mães (e familiares) aproximam-se de seus últimos anos sem encontrar respostas para as perguntas que ecoam em seu calar: *donde están? Quien son los culpables*⁶⁰? Luisa e todos os outros que marcharam por *verdade e justiça* são, também, vítimas da ditadura militar, vítima de sua política de silêncio (ORLANDI, 2007) que interdita dizeres, que cala frente aos interrogatórios que cobram por esclarecimentos. São vítimas as testemunhas que estão, também, desaparecendo, como desaparecem as vítimas que restam em *situación de desaparecimiento*.

Tomamos um recorte da SD8 (2015) com o verso de Ana Demarco, buscando compreender sua significação no discurso que significa a *Marcha del Silencio*:

Recorte SD8 (2015):

“Algunos serán río, otros serán tierra, pero nunca serán olvido”

⁵⁸ A sigla para “Derechos Humanos” é assim grafada no texto da carta-convocatória que consta no *site* do grupo *Desaparecidos*. A repetição das letras indica que a expressão está pluralizada.

⁵⁹ “Em teu nome” (tradução nossa).

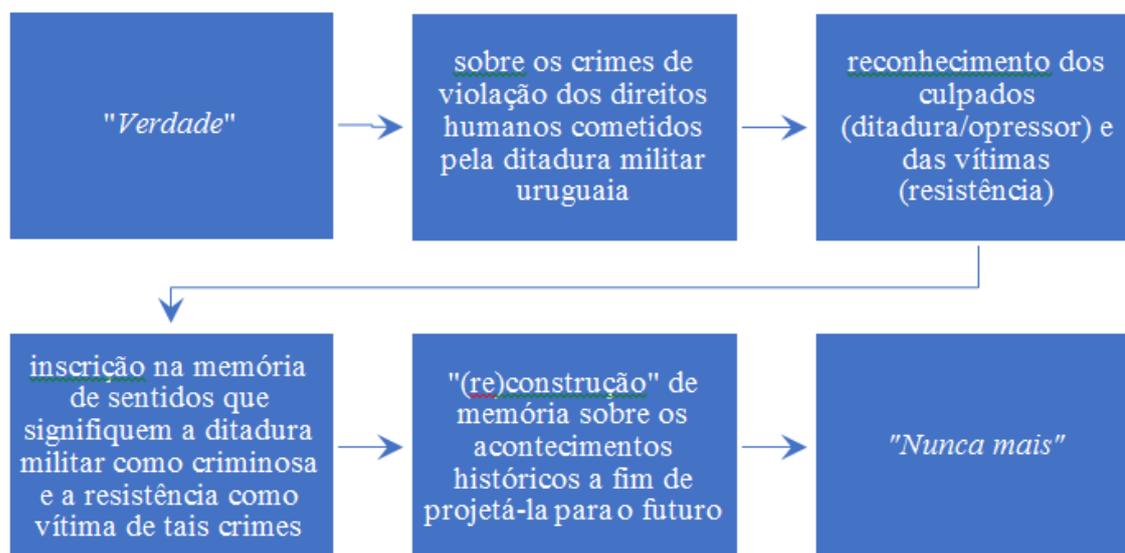
⁶⁰ “Onde estão? Quem são os culpados?” (tradução nossa), o enunciado figurava em cartazes carregados por marchantes na edição da *Marcha* do ano de 2015.

É preciso fazer significar a memória sobre a ditadura militar, memória de sentidos estabilizados, mas também fazer significar a memória sob a ótica pela qual o discurso da *Marcha del Silencio* é constituído, desestabilizando sentidos – assim, “ser rio” e “ser terra” significarão, nesta conjuntura, a memória sobre as vítimas. Quarenta anos desde que familiares começaram a buscar por seus entes queridos, trinta anos após a redemocratização uruguaia e vinte anos desde a primeira edição da *Marcha* (SD7 [2015]), as vítimas não são *só* vítimas, são, em seu desaparecimento, em sua morte, no silêncio em que significam, vítimas de uma política de silêncio, vítima de práticas de repressão que deixaram marcas profundas na constituição da sociedade, que significam ecoando no discurso.

Voltamos ao caso de crimes como os Voos da Morte que, em um ato para o qual desconhecemos adjetivo, atirava no Rio da Prata os corpos de sujeitos considerados pelo Estado “uma ameaça” à ordem. “Ser terra” significa, no mesmo trajeto, a memória das centenas de vítimas do Terror de Estado (PADRÓS, 2005) cujos corpos foram enterrados em cemitérios clandestinos, em subsolos de centros de tortura e execução das vítimas. Buscar da memória tal lembrança de uma prática de repressão e inscrevê-la na memória pelo discurso que significa a *Marcha* é inscrevê-lo em um processo de desestabilização da memória, de reconfiguração dos significados – é significar sob o olhar que *constrói* esse discurso.

No quadro a seguir, buscamos ilustrar alguns dos movimentos do gesto de leitura que faz com que, partindo da interpretação dos dizeres sobre “*verdade*” e “*vítimas*”, possamos chegar a pensar o “*nunca mais*” e seus efeitos de sentido no discurso da *Marcha del Silencio*:

Quadro 5 – Da verdade ao nunca mais



É o entendimento da violência ditatorial, dos golpes desferidos na sociedade democrática, da memória de terror e impunidade que significa o pedido de *nunca mais*. No discurso que significa a *Marcha*, pedir por *nunca mais* é uma projeção da memória no futuro (ROMÃO, 2003), projeção de inscrição de sentidos outros, sentidos que são evocados da recuperação e reflexão sobre a memória do acontecimento histórico e que significam a urgência de *jamais* esquecer o que aconteceu, como aconteceu e o que significam tais eventos da ditadura por este viés. Nesse jogo de retomada e reinscrição de sentidos na memória, constitui-se a homenagem às vítimas, homenagem à resistência.

Em tal gesto analítico, tratamos de fazer entender tais SDs como recortes que, em sua materialidade linguística, em sua historicidade, tem o funcionamento da memória como condição do significar – memória discursiva que retoma sentidos não apenas para mantê-los na repetição que os estabiliza, mas também para, inscrevendo-os em outras CP, atualizá-los, significando em outra formação discursiva (PÊCHEUX, 2009; 2014). Por este caminho, tomamos as SDs como recortes que nos guiam em nossa análise, não significam de qualquer forma (ORLANDI, 2012), significam inscritos em práticas sociais de sujeitos, deixando marcas manifestas na língua (materialidade específica do discurso) entendendo que mesmo a repetição pode ter seus sentidos deslizados pelo trabalho da ideologia, da memória, do silêncio. Nesta leitura atentamos para um efeito de sentido evocado pela leitura das SDs, buscamos encontrar os pontos em que estas “veias” se tocam na “artéria” que é a *Marcha del Silencio*...

Tomando as oito SDs que seguem na ordem na qual estas estão projetadas e buscando construir através delas um dizer que signifique a *Marcha del Silencio* como movimento social e político, temos que em homenagem às vítimas da ditadura militar (SD1; SD2), se convoca a população uruguaia (SD3) a marchar em silêncio (SD1) em uma data pré-determinada (SD1). “Os sentidos são partes de um processo. Realizam-se num contexto, mas não se limitam a ele. Têm historicidade, têm um passado e se projetam num futuro” (ORLANDI, 2007, p. 137) e se constituem naquilo que queremos significar. Nesse sentido, retomamos as considerações sobre a questão das vítimas e como estas são significadas e seguimos em nosso caminho questionando: *como a Marcha del Silencio* e o discurso que a significa (e no qual esta se significa) empreende a “homenagem” às vítimas e sua memória, que o movimento social e político visa empreender (SD2 [1996])? *Por quais processos* de significação da *Marcha del Silencio* recupera e “reconstrói” memória?

Temos que tal homenagem não pode ser outra senão a “recuperação” de memória coletiva sobre a ditadura militar uruguaia e a exigência de que “nunca mais” (SD2) tais

horrores se repitam. Este é o processo pelo qual a homenagem deve significar e entendemos que é um processo de interpretação porque não apenas repete já-ditos, sentidos estabilizados na memória, mas os retoma para refletir sobre eles, para inseri-los em outra conjuntura e fazer com que signifiquem diferente.

Segundo o discurso que significa a *Marcha*, refletir sobre a memória coletiva na qual se inscrevem os acontecimentos históricos em questão é trazer para jogo do discurso a história do país para interpretá-la sob o risco de, em não se realizando tal gesto, desconhecê-la, “amputá-la” (SD3). Compreendemos que enunciar o efeito de tal não-reflexão (ou seja, de mera repetição sem interpretação), o desconhecimento como a “amputação” de uma parte do todo (ilusório, incompleto), vem significar o caráter ideológico do discurso, da memória, do sujeito, vem significar o imbricamento de tais noções e a noção de que a história é, como afirma Rancière (1994), obra de uma arquitetura. Trata-se de significar, a necessidade de reflexão sobre a história e sobre os sentidos que significam tais eventos históricos na memória. Porque se a história é uma arquitetura, há arquitetos, há um determinado *design* metafórico que significa os acontecimentos históricos em uma “construção” que deverá significar X e não Y, de acordo com a formação ideológica em funcionamento na formação discursiva em que se inscreve tal “arquiteto”. Nesse entendimento, a memória é, também, uma arquitetura, um espaço sujeito à gerenciamento de ordem ideológica, um espaço que *deve* ser tomado como polêmico, cujos sentidos *devem* ser postos em questionamento.

A *Marcha del Silencio* se significa como “recuperação” e “(re)construção” de memória em propor e impulsionar esta reflexão e questionamento dos sentidos historicamente. Não é sob qualquer mirada que a “não-reflexão” sobre a significação da ditadura militar uruguaia na memória implica em uma “amputação”: é sob a mirada que se constitui no discurso que significa a *Marcha*, discurso que envolve sujeitos cuja formação discursiva permite, por efeito ideológico, questionar, compreender as várias faces da história e as várias formas de narrar e significar a história, o passado. Neste sentido, é preciso inscrever tais sentidos – efeito de reflexão sobre a memória em práticas sociais e políticas – na memória, fazendo-os significar diferente, inscrevendo na memória outros dizeres sobre este acontecimento histórico, pois “o que está fora da memória não está nem esquecido, nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado” (ORLANDI, 2007, p. 66). Ou seja, em não-inscrevendo tais sentidos na memória, não os fazendo significar, “amputa-se” parte do percurso de significação deste discurso.

Não é o sujeito que ignora tais sentidos e sua significação necessária em um processo de reflexão que reconhece e significa tal “amputação”, esta “dor” é do sujeito do discurso que

significa a *Marcha*. Poderíamos ilustrar com a ideia de uma “síndrome do membro fantasma⁶¹” que não é sentida pelo sujeito amputado (aquele que não é interpelado a refletir e interpretar a memória), mas pelo sujeito que reconhece “no outro” a amputação.

À dor do membro fantasma o sujeito (em um grupo social) responde com a ousadia da resistência (PÊCHEUX, 2009) manifesta na prática discursiva (e política) de retomar lembranças do passado inscritos na memória e devolver-lhes a opacidade que lhes é constitutiva, tomando-os em certa desnaturalização os efeitos de sentido pelo funcionamento da ideologia, como se os sentidos de tais lembranças pudessem ser apenas aqueles, como se só houvesse um sentido a lembrar e a esquecer.

Chegamos à questão de como a *Marcha del Silencio*, em sua materialidade de movimento social e político, empreende tal processo de retomada e ressignificação da memória coletiva sobre o acontecimento histórico da ditadura militar uruguaia. Tomamos dois pontos centrais para análise: a marcha e o silêncio, ambos como fios que tecem a materialidade textual do movimento social e que, em uma perspectiva discursiva, tem seus sentidos constituídos na relação necessária com a exterioridade.

4.4.1 A ousadia de marchar em silêncio: é preciso ousar se revoltar⁶²

Quem permanece em silêncio é ingovernável
(Ivan Illitch)

Tomamos para reflexão o *silêncio* e a *marcha*, mobilizando o primeiro como categoria analítica dos estudos discursivos e a segunda como forma material de textualização envolvida pela *Marcha del Silencio*. Interessou-nos, neste gesto interpretativo, refletir sobre ambos devolvendo-lhes a sua opacidade, tomando *silêncio* e *marcha* em um estudo discursivo, abrindo caminhos para que possamos refletir sobre o papel da memória no discurso que significa tal movimento social e, paralelamente, sobre os efeitos de tal movimento social na significação da memória.

Para tanto, unimos as trilhas da reflexão teórica sobre os conceitos de discurso e memória sob a perspectiva teórica dos estudos discursivos e da mobilização de tais noções

⁶¹ Tal síndrome clínica é descrita pelos estudos em medicina, mais especificamente na área de neurologia e neurobiologia, como a sensação psíquica e fisiológica experimentada por pacientes amputados de que o membro ainda está ali. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300022>. Acesso em: dez. 2016.

⁶² Trecho do enunciado “Não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 2009, p. 281).

para estudo das SDs trazidas à baila. Na união destas trilhas (estas veias...), construímos um caminho que significa um entendimento da *marcha* e do *silêncio* que os toma como constituintes indispensáveis da *Marcha del Silencio*, trilha que vem significar, em nossa leitura, a memória e seu funcionamento nesse enredo de língua, memória, ideologia, sujeito... Nesse enredo de um movimento social e político, não é de qualquer forma que a caminhada dos marchantes é realizada: o silêncio perdura. Em nossa reflexão teórica sobre o silêncio, já afirmamos que não se trata de tomar “o semblante explicável do silêncio” (KOVADLOFF, 2003, p. 10). Atrai-nos, neste estudo, o silêncio que “não é um confinamento”, que “não aprisiona outra realidade”. Queremos, portanto, “em vez disso, falar do silêncio que não cumpre a função de maquiagem e que, como tal, não encontra e nem pode encontrar equivalência na palavra.” (Ibidem, op. cit.), silêncio que não é traduzível pela língua porque tem materialidade que, ainda que simbólica, é específica e significante (ORLANDI, 2007). Silêncio que tem significação e, assim sendo, tem dimensão histórica e política, tem sentidos inscritos na memória. Silêncio que, na perspectiva de onde o miramos, implica em “um modo de estar no silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido” (Ibidem, p. 11) e este *modo de estar* também significa – há sentidos no silêncio e há sentidos em silêncio. Há sentidos no silêncio porque a linguagem implica silêncio (*silêncio fundador*) e há sentidos em silêncio porque há na linguagem a implicação do ideológico (*silêncio efeito do silenciamento*).

Neste sentido, compreendemos *fazer silêncio*, o silêncio tomado como efeito de uma prática do sujeito (BECK, 2016), significa e significa como prática (social, porque de um sujeito) inscrita no histórico, no ideológico, fazendo mover sentidos em seu retorno necessário à memória para significar outra memória... da vítima do processo ditatorial e vítima, a família dos desaparecidos, sempre atrás de verdade, justiça.

A *Marcha* se realiza sem que os milhares de marchantes valham-se de qualquer enunciado oral para significar o discurso que ali se constitui. Para realizarmos nosso estudo sobre os efeitos de sentido do silêncio na constituição do discurso em análise, colocamo-nos em um ponto no qual ele é efeito de uma prática (BECK, 2016), ou seja, não se trata do silêncio fundador (ORLANDI, 2007), mas do silêncio efeito de um calar-se. Precisamos nos deter sobre I) a prática de calar no interior de um movimento social; II) os efeitos de sentido de tal prática no interior do movimento social; III) os efeitos de sentido de tal forma do silêncio (ORLANDI, 2007) no discurso em análise.

Neste percurso, memória é tomada como o lugar “que estabelece a condição de legibilidade do dizer” (ROMÃO, 2003, p. 174), pois é preciso que o dito já tenha significado

para significar, em outra conjuntura, em outros sentidos. Assim, a memória sobre os movimentos sociais na América Latina retorna para fazer significar e para fazer também com que o calar na *Marcha del Silencio* seja impactante: os movimentos sociais, em suas mais variadas formas, em geral, trazem consigo não o calar dos sujeitos, mas o bradar de palavras de ordem, de canções de toda sorte, de enunciados em alto-falantes, cartazes, corais...

Nesse sentido, compreendemos que o silêncio – tomado como efeito de uma prática de calar no interior do movimento social – significa qualquer coisa de inusitado, mas mais do que isso, significa em relação à historicidade do movimento social, à sua relação com a memória, significando que “não responder à demanda [da palavra] e furtar-se à injunção a significar [...] é um modo de desestabilizar o ritual que rege o direcionamento dos sentidos” (BECK, 2016, p. 168), desestabilizando os sentidos inscritos na memória e fazendo significar sentidos que indicam que *silenciar*, nesta conjuntura, não é não ter nada a dizer.

Temos a memória de outros movimentos sociais e políticos latino-americanos que constituíram-se em práticas de calar, movimentos como a luta zapatista que, em determinado momento, encontra no silêncio, um modo de subversão⁶³; como, também, as *Madres de Mayo*, na Argentina, que se uniram caladas a andar pela praça em frente ao palácio presidencial em um movimento que se tornou social, que entrelaçou um fazer político e um fazer da ordem dos afetos: onde estão os filhos que a ditadura argentina desapareceu?⁶⁴ Os sentidos de tais MSs ecoam na memória e ressoam no calar da *Marcha del Silencio*, significando o silêncio em tal prática com sentidos de resistência.

Pois como sabemos, segundo Orlandi (2007), a forma do silêncio que se constitui via silenciamento não pode ser compreendida, mesmo quando decorrente do calar do sujeito, como uma “auto-censura”. Dessa forma, o silêncio efeito do silenciamento significa diferente do silêncio fundador, porque significa inscrito em uma prática política de interdição de sentidos. Questionamos: quais os efeitos de sentido dessa forma de silêncio no interior da própria marcha em análise? Ora, se a política de silêncio (ORLANDI, 2007) empreendida pela ditadura militar uruguaia já não está mais vigente interditando dizeres e sentidos, se o Estado Democrático garante ao sujeito a liberdade de dizer e significar, o que significa silenciar na marcha em questão?

Compreendemos que a *Marcha del Silencio*, ao mobilizar a materialidade significante

⁶³ A análise sobre o silenciar zapatista foi desenvolvida por Beck em sua tese doutoral “Aurora Mexicana - processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista” (UFSM, 2010) e revista em estudos posteriores.

⁶⁴ Mais sobre o movimento das *Madres de Mayo*. Disponível em: <<http://www.lavaca.org/notas/la-historia-de-las-madres-de-plaza-de-mayo-erase-una-vez-catorce-mujeres/>>. Acesso em: jan. 2017.

do silêncio em sua forma de silêncio local (efeito da política de silêncio) (ORLANDI, 2007), mobiliza sentidos inscritos na memória, sentidos nos quais significa historicidade de tal forma do silêncio. Ao mobilizar tal forma do silêncio para significar um movimento social cujas demandas são de *verdade, memória, e nunca mais* (SD1), de denúncia dos efeitos da violência da ditadura militar uruguaia (SD2; SD6; SD7; SD8), mobiliza-se sentidos do silêncio que ecoam em uma memória sobre o silenciamento como política do Estado ditatorial uruguaio.

As *vítimas* da ditadura militar uruguaia são, em última instância, todas *vítimas* da política de silêncio (ORLANDI, 2007) do e no regime ditatorial. Silenciamento que se fez, sim, pela censura do dizer, no plano da língua, na sua interdição, mas que se fez dolorosamente na interdição do sujeito em seu percurso de significar(-se). Silenciamento que foi sequestro, exílio, desaparecimento, tortura, assassinato. Silenciamento que foi enfrentamento corpo a corpo, o corpo do aparelho de Estado (ALTHUSSER, 1985), o corpo da resistência. Silenciamento que se fez em práticas diversas e que produziu um silêncio cujos sentidos, ao contrário do que acreditavam aqueles que empreendiam tais práticas, não cessaram de significar.

Porque o silêncio é sentido e produz sentidos, porque sua materialidade se inscreve em uma formação discursiva para significar e porque a “ideologia não é ocultação, mas interpretação de sentido em certa direção” (ORLANDI, 2007, p. 97) e, sobretudo, em funcionamento no interior de toda interpelação, tornando possíveis os sentidos que foram, outrora, em outro espaço de significação, interditados e agora reaparecem, transbordam o caminho da marcha. Ecoam no silêncio do calar da *Marcha* os sentidos interditados no silêncio imposto aos desaparecidos, aos exilados, aos torturados, aos assassinados. Ecoam os sentidos como que em um “*delay*” da significação e vem significar o silêncio no discurso da *Marcha del Silencio* como uma “retórica do oprimido” (ORLANDI, 2007). O silêncio, nessa perspectiva, não é efeito de censura, mas de uma inscrição desta materialidade simbólica em um discurso que significa a memória de outra forma do silêncio, silêncio local, silêncio da opressão. E ressignifica com um “nunca mais”, nunca mais violações de direitos humanos, nunca mais ditadura (SD2; SD6), nunca mais o silêncio do opressor. No interior do discurso, o silêncio significa a própria resistência ao silêncio.

Esse jogo que desloca sentidos e faz o calar-se, significa não a violência do opressor, mas a resistência do oprimido. Em nosso entendimento, tem a ver ao que acontece no processo de significação da *marcha* na sua forma material do movimento social e seus efeitos de sentido provocados na e pela *Marcha del Silencio*.

Marcha soldado, cabeça de papel. Se não marchar direito, vai preso no quartel... A cantiga infantil ecoa na memória e faz significar a marcha na ordem da memória coletiva como uma prática militar. Marcha de militares cujo passo ritmado, cuja ordem e continência deve significar, no ritual, o rigor do serviço à pátria. Marchas das quais “nós”, civis, não fazemos parte senão como caricaturas daqueles outros, senão como atores em figuração, em brincadeira de criança. Nunes (2006) nos auxilia em nosso caminho quando afirmamos que a memória de marcha evoca sentidos da ordem do militarismo, sentidos que a significam como prática de continência e também de homenagem. Prática de um ritual da ordem do militarismo que é trazido para a constituição de um movimento social que, justamente, condena as práticas autoritárias do exército militar, aparelho estatal de repressão (ALTHUSSER, 1985) que significa em suas práticas uma lógica de obediência à ordem policial (RANCIÈRE, 1995) que o Estado visa manter estável. Compreendemos que a *marcha* enquanto prática se inscreve no movimento social em repetição de uma forma que é reconhecida – posto que é significada na memória – e em tal repetição “constitui outro jogo de força, este fundador” (ACHARD, 2010, p. 17) de sentidos outros. Ou seja, repete-se a forma de marcha, mas, inscrevendo-a em outras condições de produção e significando-a em outra formação discursiva, os efeitos de sentido são outros.

Nesse discurso no qual a marcha (como forma) se insere, a memória do militarismo é retomada para significá-lo não mais como homenageado, mas como aqueles a quem se condena: marcha-se em homenagem às vítimas da ditadura militar (SD1). Marchar (n)a *Marcha del Silencio* é repetir a forma, retomar seu sentido de homenagem e, inscrevendo esta textualidade em prática social de outra formação discursiva (não mais do opressor, mas do oprimido) e em outras condições de produção do discurso (na qual o silêncio significa a resistência do oprimido, movendo sentidos que, outrora, foram interditados pelo silenciamento), fazer deslizar sentidos. Marchar, neste sentido, é não-marchar no sentido da memória militarista; é subverter os sentidos de tal ritual quando o inscreve no discurso como forma de protesto. É uma prática política portanto que tem direcionamento que visa o próprio da desestabilização da ordem social (militar) imposta, é um caminhar em direção à ressignificação da memória sobre o acontecimento histórico pautado.

Projetamos também uma leitura da *marcha* sob o olhar de Frédéric Gros (2010): pois se sentidos deslizam no repetir da forma acompanhado da subversão do homenageado, sentidos deslizam também na subversão do próprio ato de marchar. Não se trata de marchar em um ritmo determinado pela imposição do ritual militarista, de seguir o ritmo exato dos passos do grupo de indivíduos em uma ordem e com continência. Trata-se de caminhar, a

passo lento, sem distribuição hierárquica de posições, sem um ritmo obrigatório, sem obrigação de início ou fim. Trata-se de *marcha* como manifestação pela qual se caminha de um lugar a outro⁶⁵, manifestação inscrita em um movimento social e político, manifestação que, como compreende Gros (2010), significa, sobretudo, a desobediência.

Caminhar|marchar, sob a mirada filosófica de Gros (2010), é uma prática que ensina a desobedecer por permitir ao sujeito uma espécie de “liberdade suspensiva” (p. 11): todas as intermináveis demandas da vida social em um sistema capitalista são postas em suspenso por esta atividade que oferece, por este caráter de não precisar de nada material (que não, como diz o filósofo, um corpo e uma vontade), uma desconexão provisória (p. 13). Segundo a reflexão de Gros (2010), é por oferecer tal liberdade e desconexão provisória que caminhar|marchar é desobedecer, porque caminhar|marchar faz exigências ao sujeito em um sentido contrário do que faz a ordem social (capitalista) na qual este se insere.

Trazemos as reflexões de Gros (2010) para o caminhar da *Marcha del Silencio* por compreendermos que a desobediência manifesta-se, sobretudo, na “liberdade provisória” que oferece - aquele que marcha a *Marcha del Silencio*, durante aquele momento de reflexão e homenagem, abandona, ainda que provisoriamente, sua posição de sujeito inscrito no social x ou y de um grupo x ou y. Deixa, dessa forma, em suspenso, as demandas de ser e ter, pois “ao andar, escapa-se à própria ideia de identidade, à tentação de ser alguém, ter um nome e uma história [...] ser alguém não seria só mais uma obrigação social que nos acorrenta” (GROS, 2010, p. 14)? Nesse sentido, marchar é colocar-se do lado de fora – das posições sociais e fora também das quatro paredes que parecem ser o lugar do sujeito do capitalismo (Ibidem, p. 37) – e dessa forma, provisoriamente, transgredir também uma ordem, a ordem de marchar em silêncio.

Mobilizamos tal noção de caminhar como desobedecer no sentido em que a marcha da *Marcha del Silencio* toma quadras e quadras, como já dissemos, da principal avenida da região central da capital uruguaia, região na qual se encontram campi universitários, instalações de órgãos de administração pública, áreas de comércio e pela qual a imensa maioria das rotas de transporte público trafegam. O ritmo acelerado do coração da capital contrasta com o passo do caminhar, lento, provisoriamente desconectado da ordem (GROS, 2010). O passo lento da marcha, uma vez mais, desestabiliza, pois, a cidade precisa se adequar, suspender atividades comerciais, mudar vias de tráfego, entrar no jogo da

⁶⁵ Em nosso estudo, tomamos a leitura de dois dicionários de Língua Espanhola: o popular *Diccionario de La Lengua Española da Real Academia Española* (Edição do Tricentenário, disponível em: <<http://dle.rae.es/?id=ON4wO00>>. Acesso em: out. 2016) e também o *Diccionario del Español del Uruguay* (Uruguay. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011).

desconexão provisória que o caminhar se projeta. E mais: marchar a *Marcha del Silencio* é caminhar a passos lentos e é, também, novamente em direção oposta ao previsto, caminhar calado.

Já no século XVIII, o abade francês Dinouart dedicava-se a refletir e escrever um tratado sobre o silêncio e seus efeitos de sentido, *A Arte de Calar* ([1771] 2002). Em determinado ponto de seu texto o abade inferia que havia uma “epidemia de falar e de escrever”, o que entendia como uma “doença da palavra”, uma manifestação da ânsia de explicar o mundo (HAROCHE; COURTINE, 2002, p. xi). Dois séculos a frente, Orlandi (2007), quando propõe uma reflexão discursiva sobre o silêncio, entende que aquilo que o abade via como uma “epidemia”, hoje se trata de uma busca de controle dos sentidos, de tratar de “domesticá-los”, porque o silêncio oferece um espaço de movência de sujeitos e sentidos, espaço que “torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer mas o indizível da presença: do sujeito e do sentido” (ORLANDI, 2010 p. 70), espaço no qual a linguagem é mero “recorte da significação em unidades discretas” (p. 71). Espaço no qual o sujeito não conta sequer com a ilusão de poder controlar os sentidos do que diz. A ânsia de explicar o mundo é significada por Orlandi (2007) como a ânsia de controlar os sentidos, de “domesticar” a significação “selvagem” do silêncio.

Caminhar a passo lento e calado provoca, em nossa leitura, efeitos de sentido que, como indica Gros (2010), significam a desobediência, a prática política do movimento social em curso, os sentidos de luta inscritos no discurso da *Marcha del Silencio*. “Desobediência” que retoma a memória de resistência daqueles que são homenageados e a necessidade de resistir (desobedecer) à ordem quando a ordem da memória imposta pelo processo ditatorial, é questionável. Compreendemos que é este retorno à memória que faz com que os sentidos signifiquem: é preciso já ter sentido para fazer sentido (ORLANDI, 2010). Importante trazer aqui que lembrar é transformar, é retomar os sentido de “desobediência” que foram inscritos na memória sobre a ditadura militar uruguaia, sentidos que indicam ainda a resistência como “o inimigo interno” que o Estado deveria combater e, inscrevendo-os em outra conjuntura, “da qual o sujeito não tem o privilégio de possuir a consciência plena ou o controle, mas na qual intervém” (p. 143), outra formação discursiva, fazendo significar diferentemente, mas no mesmo jogo do dizer. Silenciava-se antes para não fazer significar, silencia-se na atualidade para fazer significar o que ainda não está na ordem da verdade, justiça e nunca mais ...

Temos o entendimento de que há um processo de repetição de formas já significadas (ACHARD, 2010) na memória (formas do silêncio, forma da marcha), fazendo com que, para significar (n)o discurso, o funcionamento da memória seja condição *sine qua non*, memória

discursiva, constituída na materialidade que estrutura o discursivo da memória (ACHARD, 2010). Porém, “com efeito, o fechamento exercido por todo jogo de força de regularização se exerce na retomada dos discursos e constitui uma questão social” (ACHARD, 2010, p. 15), constituindo-se como uma questão social de memória porque está entre o textual e o histórico, constituindo sentidos neste estar entre um e outro. Se compreendemos o histórico como parte da esfera das condições de produção do discurso e como materializado pela luta de classes, o histórico é necessariamente ideológico e de configuração cambiante, neste estar em um e outro. “Uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais” (p. 16) que são capazes de deslocar significações, de ressignificar formas de silenciar.

Em nossa leitura, o processo de produção de (efeitos de) sentido que faz significar o a *Marcha del Silencio*, sua relação constitutiva com a memória, e sua significação envolvida por um processo de *efeito metafórico*, noção formulada por Pêcheux (2014) para explicar como os sentidos deslizam, tornam-se outros, mesmo quando da repetição de dizeres. “Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse deslizamento de sentido entre X e Y é constitutivo do sentido designado por X e Y” (PÊCHEUX, 2014, p. 96), e, assim compreendendo, não se trata da *metáfora* figura de linguagem, mas de uma “importação” de elementos (metaforizados) que figuram em determinada ordem, mas que é “pertencente a *uma outra* formação discursiva” (PÊCHEUX, 2014a, p. 158, grifos do autor) viabilizando o deslocamento histórico de si e de sua significação em outra sequência, em outra formação discursiva.

É do interdiscurso que se “importam” sentidos de outras formações discursivas, é da memória do dizer, deste espaço onde tudo já está, esse “corpo de traços como materialidade discursiva exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência” (PÊCHEUX, 2014a, p. 146), que os elementos são mobilizados e inscritos em determinada conjuntura, fazendo funcionar sob forma de um efeito metafórico. *Metáfora* como *perturbação* dos sentidos, como efeito de o dizer do sujeito de estar exposto à falha que é constitutiva do sentido, “se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto, escorregam, derivam para outros sentidos, outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras” (ORLANDI, 2012, p. 53).

Não se trata, portanto, de uma *ruptura* ou da “criação” de sentidos “novos”, mas de um *deslizamento* de sentidos que faz ressignificar palavras, objetos, práticas e situa-se além da

literalidade/não-literalidade, situa-se como condição do sentido: “em princípio, não há sentido sem metáfora. As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso a sua literalidade” (ORLANDI, 2012, p. 44). Percebemos, em nosso trajeto, que também o acontecimento histórico e os sentidos que os significam, inscritos na memória, não são sustentados por uma relação “natural”, mas, como visto anteriormente, são decorrentes de relações de força, relações ideológicas materializadas nas práticas sociais e significadas nas suas múltiplas condições de produção. Compreendemos, dessa forma, que, se a FD na qual os sentidos significam, é “historicamente o lugar mais ou menos provisório” (p. 44) é porque ela não é isolada entre si e nem o sujeito é isolado em uma delas. O sujeito é errante, o sentido também o é. As FDs se tocam, se interpenetram e oferecem espaço para a resignificação; o sujeito transita por diferentes FDs e os sentidos *possíveis* tornam-se outros, os enunciados significam repetindo o mesmo, mas já tão diferente.

Entendemos que a memória “funciona”, nesse processo, como um espaço constituído por “séries de *tecidos de índices legíveis*, construindo um corpus sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, 2014a, p. 142) que são trazidos para a análise discursiva na materialidade da língua, na análise das SDs, a fim de, em um gesto interpretativo, tomá-las como, de fato, sequências do discurso, tomando-as em sua historicidade. Memória coletiva em memória discursiva. Coletiva não no sentido de uma totalidade (que é sempre ilusória), mas de grupos sociais que se configuram pela filiação dos sujeitos à mesma formação ideológica, aproximando-os, fazendo com que se identifiquem, com que partilhem certas formações discursivas. Memória coletiva que é, também, se sócio-histórica, indiscutivelmente ideológica. É por este viés que compreendemos que não é possível que a *Marcha del Silencio* signifique da mesma forma para todos os sujeitos, para um coletivo-totalidade, senão para o coletivo de certos grupos sociais; porque a ideologia não é um processo que se dá de forma igual para todos e não é, também, um ritual sem falhas. É na falha do trabalho da ideologia que se significa o nosso dizer que faz constituir o movimento social da *Marcha del Silencio* e é nessas falhas que ela significa o que o deslizamento a inscreve na memória.

No entanto, não se trata de uma “reconstrução” da memória coletiva, visto que “construir” memória não é algo da ordem do voluntário, do individual, do consciente. A *Marcha del Silencio*, ao recuperar memória, significá-la em outra conjuntura, promover o deslizamento de significações e inscrever estes sentidos outros na memória, há uma resignificação da memória, que, nas marcas linguísticas, é trazida como “reconstrução”. Neste jogo de discurso e memória, os sentidos não são evidentes e mesmo se as memórias mais suscetíveis estiverem estáveis, no desequilíbrio onipresente da potência do significar

tornam-se outros. Atentando para os deslizamentos de sentidos, torna-se possível compreender o efeito do atravessamento das significações do sujeito em diferentes posições, interpelado de diferentes formas, ideologicamente, significam diferentemente o mesmo, pois instado pela memória, o sujeito vai movimentando sentidos, significando diferente. Considerando o deslizamento de sentidos, compreendemos que a “amputação” de que tratávamos anteriormente só é sentida/significada por sujeitos cuja posição (política, ideológica, social) lhes oferece margens para fazer do marchar em silêncio uma procura por sentidos que, interditados em algum momento, em algum espaço, ainda demandam que se lute por eles.

5 CONSIDERAÇÕES AO FIM DA MARCHA

*En mi país somos duros:
El futuro lo dirá.
Canta mi pueblo una canción de paz.
Detrás de cada puerta
Está alerta mi pueblo;
Y ya nadie podrá
Silenciar su canción
Y mañana también cantará.
En mi país somos duros:
El futuro lo dirá.
[...]
En mi país somos miles y miles
De lágrimas y de fusiles,
Un puño y un canto vibrante,
Una llama encendida, un gigante
Que grita: ¡adelante... adelante!
(Alfredo Zitarrosa)*

Tomando como objeto de estudo a *Marcha del Silencio* e, deste ponto, partindo em uma marcha de constituição de um aparato teórico-metodológico ancorado pelos estudos discursivos e de mobilização do mesmo para chegar a um entendimento de questões teóricas e analíticas, estamos neste que parece ser um ponto de chegada, ao fim de nossa marcha. Ao fim–dessa dissertação, que formaliza nossas reflexões, nossa análise, nosso percurso de estudo, mas não o fim de nossa marcha: ela, a *Marcha del Silencio*. Em parte, porque compreendemos que para cada questão proposta há uma nova trilha se abre; por outra, pois nosso interesse (político-acadêmico) se renova a cada imersão no arquivo construído sobre o tema ao longo destes dois anos de pesquisa, renovando-se a cada nova mirada que leva a outras tantas questões...

Buscávamos, nesse percurso, partir do estudo do objeto de interesse, mobilizando um arsenal teórico e metodológico orientado pelas reflexões da Análise de Discurso, chegar a compreender o papel da memória na constituição e significação do discurso. Partindo de tal entendimento, primeiro buscamos compreender o papel da memória no discurso que significa a *Marcha del Silencio*, tomando como *corpus* discursivo o conjunto das três cartas-convocatórias analisadas, compreendendo que essas não dão conta do discurso *da Marcha*, porque a materialidade do discurso não é algo que possamos “segurar”, não é o texto, não são as cartas. As cartas são uma via de entrada para o estudo do discurso pelo qual/no qual significam.

Na leitura e análise de tais textos, recortados em sequências discursivas, entendemos como a memória significa no discurso, como a memória se constitui como condição da significação, como espaço de regularização e estabilização de sentidos que significam

determinadas lembranças, mas também espaço onde o jogo de forças do efeito da ideologia e do histórico se fazem sensíveis no deslizamento de sentidos. Compreendemos que se configura entre a memória e o discurso um jogo, uma relação constitutiva. Equilíbrio e desequilíbrio. Estabilização e desestabilização. Sentido e sentidos.

No processo de análise, mobilizando os conceitos de discurso, ideologia, memória e articulando-os às noções de condições de produção, política/político, foi possível deparar-nos com uma análise que tomou como central não uma perseguição ao “porque” significa o discurso ou “quais os sentidos” de tal discurso, “porque” significa a memória ou “onde” significa a memória. Não seria cabível nem tais questões, nem acreditar que temos uma resposta para as mesmas. Chegamos, sim, a compreender *como* a memória significa (n)o discurso e *como* esses efeitos de sentido se materializam no discurso.

Buscando, na materialidade da língua, vestígios que nos orientassem em tal estudo, conseguimos assimilar os efeitos de repetição/regularização que inscrevem sentidos na memória e perceber como tal repetição pode nos trazer sentidos já postos, mas pode, também, ressignificá-los. Dedicando-nos ao gesto interpretativo que toma as condições de produção do discurso como de suma importância no processo de significação e buscando entender como os efeitos de sentido se constituem, partimos do objeto para o arquivo, do arquivo para o *corpus* e do *corpus* para a análise de sequências discursivas que, em determinado ponto da leitura, instauraram uma via que guiou nossos passos para mobilizar a noção de *marcha* como forma material (NUNES, 2013) do movimento social e do silêncio como materialidade simbólica (ORLANDI, 2007) significativa de práticas políticas. Para interpretar o funcionamento da *marcha* e do *silêncio* no discurso que significa da *Marcha del Silencio*, tomamos ambos em sua materialidade, em sua historicidade, em sua opacidade, perseguindo uma leitura que atentasse para alcançar como tais elementos retomam sentidos da memória para significar no discurso em que se inscrevem.

Em nosso percurso, compreendemos, então, o funcionamento da memória no interior do discurso como condição de legibilidade, como condição de significar, como aquele espaço de regularização e possível estabilização de sentidos. Passível também de deslizamento de sentidos promovido pelo efeito metafórico, que trata de um processo de significação do discurso que está na base da condição do significar.

Reservamos algumas palavras de nosso entendimento sobre a *Marcha del Silencio* como movimento social e político significado no discurso e que, por sua vez, significa no discurso e na memória. Tal interesse, nestes últimos passos, dizem respeito à formulação constante nos textos das cartas-convocatórias que diz da *Marcha* como um movimento social

e político de “recuperação” e “(re)construção” de memória coletiva: como a *Marcha* pode significar tal processo que se configuraria como um gesto de “gerenciamento” de memória? Nosso entendimento da *Marcha* como movimento social e político que se constitui em/por um discurso, nos ajudou a formularmos a problemática dos efeitos de sentido pelo o que tal movimento social e político suscita enquanto prática social e política. Prática que é também prática discursiva (INDURSKY, 2015), entrelaçando discurso e memória em um processo de “retomada” e “(re)construção” (retomando as nomeações constantes nas SDs analisadas).

Compreendemos que o movimento social e político da *Marcha del Silencio* inscreve-se na ordem do discurso como uma prática discursiva de *rememoração* que se constitui no social e no histórico, construindo redes de memória que significam em suas filiações ideológicas (PÊCHEUX, 2006), sendo entendida como espaço discursivo no qual se recorda não apenas para repetir, mas para atualizar, para interpretar em outra conjuntura. “Os discursos de rememoração, de um lado, trazem para o domínio da atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação e, de outro, são interpretados pelos valores sociais do presente” (VENTURINI, 2008, p. 43), vestígios de um passado que é retomado do interdiscurso e constituído novamente no discurso, movendo os sentidos já significados sob efeito de sua inscrição em outras condições de produção do discurso, outra formação discursiva: significar diferente.

No discurso do movimento social da *Marcha del Silencio*, retoma-se do passado a memória e os já-ditos sobre o acontecimento histórico da ditadura militar, tomando-os em outra conjuntura, mas não como memória “oficial” (aquela que o Estado e seus aparelhos repetem incessantemente e tentam fazer significar como única, estabilizando-a), mas como “memórias subterrâneas que estão fora da história oficial e podem retornar do passado” (VENTURINI, 2008, p. 77). Essas podem sair do espaço de interdição que a política de silenciamento lhes impunha e vir a rememorar os acontecimentos de forma a, nesse processo, a significar sentidos outros.

No espaço discursivo da rememoração, não se infere que o sujeito escape ao assujeitamento ideológico e “resgate” recordações do passado para significá-las de acordo com sua “vontade”, mas infere que, em práticas sociais (e políticas), o sujeito traz para a ordem do discurso dizeres que significam diferente o acontecimento histórico e significam, “sobre” elas, outras versões tão ideologicamente comprometidas quanto. Porém acabam por romper com a homogeneidade, com a ilusão de evidência dos sentidos que a força da ideologia dominante impôs.

Rememorando a ditadura militar uruguaia em um discurso que provoca deslizamento

de sentidos, a *Marcha del Silencio* significa, em nossa leitura, o que Indursky (2015) compreende como um “gesto de resgate de memória” que significa em embate com uma Política de Esquecimento (INDURSKY, 2015). Durante o período da ditadura militar uruguaia, depreendemos que estava em pleno funcionamento uma *política de silêncio* (ORLANDI, 2007) que interditava dizeres e sentidos em decorrência de uma “estratégia política” (Ibidem). Transcorrido já tanto tempo, sendo tais eventos históricos já parte do que dizemos “passado”, retomados como lembrança de um período que ansiamos por não voltar a viver, a memória que significa o acontecimento histórico sofre o efeito de uma *política do esquecimento* (INDURKY, 2015), política que não *interdita* dizeres ou sentidos, mas que, por vias legais, com amparo dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1985), promove efeitos de esquecimento, des-regularizando as repetições que inscreveriam na memória os sentidos de litígio, de demanda por verdade e por justiça.

Ao trazer para o discurso tal litígio, tal força política do discurso, em um espaço de rememoração, a *Marcha del Silencio* inscreve-se em uma *política de resgate de memória* (INDURSKY, 2015), através de gestos “que podem desacomodar, provocar inquietação e reflexão” (p. 21) e, no funcionamento do discurso, deslizam-se os sentidos, repetindo-os, para inscrevê-los na memória, ressignificando a memória, resistindo ao esquecimento e ressignificando a resistência. Resistência ao silenciamento.

Compreendemos, dessa forma, que a *Marcha* não se encerra: está em curso em uma política de resgate de memória e também em uma política de esquecimento (INDURSKY, 2015). Política que entendemos como de interdição da inscrição de sentidos na memória, ecoando nas práticas de controle dos sentidos a prática de silenciamento de outrora. Se está em curso o deslizamento de sentidos que significam a resistência, está em curso, de outro lado, uma política de contenção do movimento dos sentidos. Na conjuntura da ditadura militar uruguaia, a política de silêncio (ORLANDI, 2007) visava interditar sentidos, sentidos que, no silêncio, ingovernáveis, vieram a significar em outro tempo-espaço. Esse é o tempo-espaço da *Marcha* e do discurso que a significa.

Não há prática de silenciamento que consiga, como que por mágica, interditar a significação em *todos* espaços, em *todos* os tempos. À ilusão do controle do sujeito e dos sentidos responde ao que Pêcheux compreendeu como o “primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”, fazendo entender que apesar das práticas repressivas ideológicas, “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2009, p. 281), ou não seria luta, seria apenas dominação.

No passado, o silenciamento; no presente, políticas de “gerenciamento” da memória

que, frente à impotência de interditar sentidos que significam o acontecimento histórico da ditadura sob o viés da resistência que busca inscrever na memória sentidos que remetem a outra interpretação, cujos sentidos têm vetado seu movimento em determinadas formações discursivas (onde impera o funcionamento da ideologia dominante). Nesse sentido, entendemos que a *Marcha del Silencio*, como movimento social e político, como prática discursiva de rememoração, faz mover a engrenagem de uma política da memória: sentidos que podem e devem significar, sentidos que devem ser silenciados, sentidos que significam no silêncio.

Esse passado que nos esforçamos para gerir, perseguir, ou, ao contrário, para reavivar em ilusões de ressurreição, para restaurar, transformar, contornar, esses passados esburacados (o que resta dos arquivos é aleatório, seções importantes foram apagadas), distorcidos, reescritos, reinventados, simplesmente esquecidos, inacessíveis; esses passados lacunares se assemelham a camadas geológicas entrelaçadas, plissadas como depois da formação de uma cadeia de montanhas ou algum outro cataclismo. O presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas (ROBIN, 2016, p. 40).

A *Marcha del Silencio* em seu discurso que a significa, sua significação que não se faz sem uma volta à memória e que se faz na direção de uma ressignificação da memória, configura-se, enfim, como uma marcha em direção à resistência: resistir ao silenciamento, resistir à interdição do trajeto do significar, resistir à política de esquecimento. Resistir também ao tempo, a cada 20 de maio mais distante do passado a rememorar. E

[...] esse trabalho de memória é difícil; no debate, em conflito, está longe de triunfar, está sempre a retomar e sempre tomado em uma conjuntura que ele próprio está em questão, preenche uma função social, é mais ou menos instrumentalizado – talvez seja impossível que seja diferente – politicamente, culturalmente, historiograficamente (ROBIN, 2016, p. 40).

E se nossa marcha se encaminha para o fim, a *Marcha del Silencio* segue significando, percorrendo um trajeto cujos pontos de partida e de chegada significam, no discurso, muito mais do que localizações geográficas: desde a *Praça em Homenagem aos Detidos Desaparecidos na América*, caminhando lentamente, calados, até a *Praça Liberdade*, os sujeitos andam em silêncio à procura de sentidos. Porém, esta já é outra trilha, para futuras marchas...

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 11-18.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BECK, Maurício. A prática do calar como modo de subversão. In: TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; STÜBE, Angela Derlise; PAULON, Clarice Pimentel. (Orgs.). **Silêncio e interdito: discursos em movimento**. 1. ed. São Carlos: Pedro e João editores, 2016. p. 157-174.

_____. **Aurora Mexicana** – Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – UFSM, Santa Maria, 2010.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

_____; HAROCHE, C. Os paradoxos do silêncio. In: DINOUART, A. A arte de calar. São Paulo: Martins Fontes, [1771] 2002, p. v-xxxv.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte da memória. ACHARD, Pierre [et al.]. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 23 -38.

DINOUART, A. **A arte de calar**. São Paulo: Martins Fontes, [1771] 2002.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, v. 24, n. 48, [s.p.]. 2010.

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua no discurso. **Organon**, v. 17, n. 35, [s.p.]. 2003.

FONTANA, M. G. Z. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 12, [s.p.]. 2014.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GROSS, F. **Caminhar, uma filosofia**. São Paulo: É Realizações, 2010.

INDURSKY, F. Políticas do esquecimento X Políticas de resgate de memória. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda (Orgs.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia, v. 1. Campinas: Pontes, 2015. p. 11-28.

INDURSKY, F. Memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. **Memória e história na/da Análise de Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-90.

NUNES, J. H. Marchas Urbanas: das redes sociais ao acontecimento In: DIAS, Cristiane, PETRI, Verli (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva**. Santa Maria: UFSM, 2013.

_____. Introdução. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 7-10.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas, Pontes: 2007.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Discurso e texto**. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**, Campinas, n. 1, 1995. p. 35-47.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da memória. ACHARD, Pierre [et al.]. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 59-71.

_____. Michel Pêcheux e a Escola Brasileira de Análise de Discurso. **Anais SEAD I**. [s.p.]. 2003. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Os falsos da forma. In: _____. **Palavra, Fé e Poder**. Campinas: Pontes, 1987. p. 11-28.

_____. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Unicamp, 1990.

_____. Texto e discurso: o texto em perspectiva. **Organon**, v. 9 n. 23, p. 111-118.1996.

_____. Segmentar ou recortar? In: CURSO DE LETRAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DAS FACULDADES INTEGRADAS DE UBERABA. **Linguística: questões e controvérsias**. Minas Gerais: [s.n.], 1984.

PADRÓS, J. E. **Como el Uruguay no hay**: Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014a.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, Pontes: 2006.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-51.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethânia Mariani [et al.]. Campinas: Unicamp, 2014.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: 34, 1995.

_____. **Os nomes da história: ensaio de Poética do Saber**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

VENTURINI, M. C. **Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

VILLALOBOS, M. A. **Tiranos, tremei!** ditadura e resistência popular no Uruguai: 1968-1985. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2006.

JORNAIS CONSULTADOS

EL PAÍS. Montevideo, 20 de mai. 1976.

_____. Montevideo, 21 mai. 1976.

LA REPUBLICA. Montevideo, 2 mai. 1996.

_____. Montevideo, 3 mai. 1993.

_____. Montevideo, 5 mai. 1996.

_____. Montevideo, 7 mai. 1996.

_____. Montevideo, 9 mai. 1996.

_____. Montevideo, 15 mai. 1996.

_____. Montevideo, 16 mai. 1996.

_____. Montevideo, 19 mai. 1996.

_____. Montevideo, 21 mai. 1996.

DICIONÁRIOS CONSULTADOS

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de La Lengua Española**. 23. ed. Disponível em: <<http://dle.rae.es/?id=5viKP4M>>. Acesso em: mar. 2016.

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DE URUGUAY. **Diccionario del español del Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.